



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA**

MARCOS MIGUEL GUIMARÃES CAMPOS

**ANÁLISE DOS GASTOS EM ESPORTE E LAZER
NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS
NOS ANOS DE 2008 a 2012**

**FLORIANÓPOLIS – SC
2015**

MARCOS MIGUEL GUIMARÃES CAMPOS

**ANÁLISE DOS GASTOS EM ESPORTE E LAZER
NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS
NOS ANOS DE 2008 a 2012**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Erni José Seibel

Florianópolis-SC
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Campos, Marcos Miguel Guimarães

Análise dos Gastos em Esporte e Lazer nos Municípios de Minas Gerais nos Anos de 2008 a 2012 / Marcos Miguel Guimarães Campos; orientador, Erni José Seibel. - Florianópolis, SC, 2015.

148 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Esporte e lazer. 3. Políticas públicas. 4. Gastos públicos. I. Seibel, Erni José. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. IV. Título.

Marcos Miguel Guimarães Campos

ANÁLISE DOS GASTOS EM ESPORTE E LAZERNOS
MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS NOS ANOS DE 2008 a 2012

AGRADECIMENTOS

“A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida. Do encontro consigo mesmo, com os amigos, com os parceiros de vida em comum.”¹

Depois de tantos desafios no percurso desse trabalho, a parte dos Agradecimentos deveria ser uma das mais fáceis. Ao contrário do que parece, com tantos agradecimentos distribuídos durante essa jornada, receio esquecer de alguém. Por isso, de antemão, não vou inventar muito, agradecendo a todos que fizeram parte desse processo, direta ou indiretamente, e, principalmente, àqueles que já fazem parte da minha vida.

A Deus, por me abençoar e proteger, e aos meus pais, Eloi Campos (em memória) e Rita, e irmãos, Cláudio, José Eloi, Alexandre, Margarida e Antônio, por terem me ensinado os valores mais importantes que me acompanham, segue o meu primeiro agradecimento. Apesar da distância, agradeço pelo apoio e carinho dados, especialmente nos intervalos mais difíceis.

Agradeço aos meus filhos Fernanda, Camila e Leonardo, por me apoiar e compreender que a distância não diminui nosso amor e por me instigar a ir atrás dos meus ideais. Obrigado por entender minhas ausências, me escutar horas e horas, sobre meus dilemas e dificuldades, mas também, por dividirem comigo as alegrias e conquistas.

Não poderia deixar de agradecer, também, os meus compadres Rogério e Janaína, que me acolheu em suas casas quando fui estudar em Montes Claros e em Florianópolis – cidades que aprendi a amar. Quero agradecer, ainda, aos meus amigos e amigas de todas as turmas. Obrigado pela paciência e por entenderem os meus discursos e ausências.

No plano acadêmico, gostaria de agradecer ao Prof. Erni José Seibel pela confiança depositada, assim como o Prof. Jacques Mick. Obrigado pelo incentivo e por acreditarem no meu trabalho. Agradeço pelas palavras de incentivo e contribuições preciosas ao trabalho não só pela atenção cordial de sempre, mas pela assessoria e a todos os professores que participarão das Bancas.

¹ Síntese das obras de Vinicius de Moraes elaborada em homenagem ao poeta e gravada de forma integral

Agradeço, ainda, a todos os outros Professores do PPGSP pelas aulas e ensinamentos, ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais e à Universidade Federal de Santa Catarina pela possibilidade de ingressar em um Mestrado Público. À FAPEMIG pela viabilidade e o apoio financeiro para a execução deste projeto, o que me permitiu dedicar à pesquisa.

Aos meus queridos colegas de Mestrado, da turma do Minter, obrigado pela convivência e amizade. Aos mais próximos, obrigado por escutarem meus desabafos e anseios de pesquisa. Luciana, Rose e Wânia Silvinha, pelas leituras, contribuições, palavras de incentivo, pelo auxílio na pesquisa, e também, na estada em Florianópolis. E aos meus hermanos Francisco, Elza Cristiny, Gladstone e Charles de Assis pelo apoio em todos os momentos.

No plano técnico, à Albertina da Secretaria, não só pela eficiência nas questões burocráticas, mas por todas as conversas e indicações. A todos os colegas do Núcleo de Pesquisa NIPP, em especial, ao Marcão, pela oportunidade das conversas e debates. Agradeço também ao coordenador Antônio Martins, do IFNMG, por oportunizar e a ajudar todos na concretização deste projeto.

Muito Obrigado

RESUMO

O tema investimentos em esporte e lazer tem sido uma problemática emergente, fortalecido pela crescente sistematização de políticas públicas que buscam consolidar aspectos que influenciam o bem-estar da população nas diferentes regiões. A investigação desse campo tem se legitimado, principalmente, com a disponibilidade e distribuição de recursos públicos, importantes para subsidiar ações de políticas públicas nesta área, com a finalidade de contribuir para uma maior democratização de suas práticas. As análises das Políticas Públicas nos auxiliam a compreender o planejamento e o direcionamento dos investimentos no plano específico das políticas; o investimento e os gastos fornecem indicações sobre o alcance e o caráter redistributivo destes, portanto, implicam em analisar os gastos constatando quais demandas ou manifestações são priorizadas. A partir desta ideia, analisamos os gastos em esporte e lazer com o objetivo de lançar uma leitura da problemática referente às políticas para o esporte e lazer, através do estudo sobre os gastos realizados, concentrando-se nos investimentos realizados pelos municípios mineiros nos anos de 2008-2012, correlacionando-os com índices e indicadores que aferem o desenvolvimento humano nos municípios. A partir da experiência de construção da metodologia de pesquisa, utilizada neste trabalho, consideramos pertinente apontar verdadeiro propósito da publicização dos gastos públicos, e, não somente publicação. Assim, esse processo de analisar os gastos em esporte e lazer é também uma maneira de pressionar os gestores para tornar seus orçamentos mais transparentes e, tecnicamente, acessíveis. Esse foi o princípio que norteou este estudo e que nos remeteu ao esforço metodológico para compreensão dos gastos e sua relação com os índices que aferem o desenvolvimento humano dos municípios. Na análise, percebemos, uma variação e a ausência de regularidade nos gastos realizados, pressupondo uma inconsistência nos gastos, indicando a falta de diretrizes nas políticas públicas para o setor, e por outro lado, indicando que os gastos realizados tendem a atender políticas clientelistas e seletivas. É inegável que a percepção dos gastos públicos pode ser um poderoso instrumento de reivindicação e denúncia pela Sociedade.

Palavras chaves: Esporte e Lazer. Políticas Públicas. Gastos Públicos.

ABSTRACT

The topic of investments in sport and leisure has been an emerging issue, strengthened by the increasing systematization of public policies that seek to consolidate aspects that influence the well-being of the population in different regions. Research in this field has been legitimized, especially with the availability and distribution of public resources, important to support programs of public policies in this area, in order to contribute to greater democratization of their practices. The analysis of public policies help us to understand the planning and targeting of investments in the specific plan of policies; investment and spending provide an indication of the scope and redistributive character of these therefore imply analyze spending noting which demands or demonstrations are prioritized. From this idea, we analyze spending on sport and recreation in order to launch an issue of reading on policies for sport and leisure, through the study of the expenditures made, focusing on investments made by municipalities of Minas Gerais in the years 2008-2012, correlating them with indexes and indicators measuring human development in the municipalities. From the construction experience of the research methodology used in this paper, we consider relevant point true purpose of publicizing of public spending, and not only publication. So this process of analyzing spending on sport and recreation is also a way of pressuring managers to make their budgets more transparent and technically accessible. That was the principle that guided this study and sent us to the methodological effort to understand the costs and their relationship to the indices that measure human development of the municipalities. In the analysis, we see a variation and the lack of regularity in spending performed, assuming an inconsistency in expenses, indicating the lack of guidelines on public policies for the sector, and on the other, indicating that the expenses incurred tend to cater clientelist policies and selective. It is undeniable that the perception of public spending can be a powerful tool and claim termination by the Company.

Keywords: Sport and Leisure. Public Policy. PublicSpending.

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual dos municípios de acordo com classificação por número de habitantes.....	35
Gráfico 2 - Montante aplicado no esporte e lazer, acumulado de 2008 a 2012.....	59
Gráfico 3 –Variação Média entre os gastos por classes de municípios..	60
Gráfico 4 – Proporção dos gastos médios pela classificação dos municípios.....	62
Gráfico 5 – Gasto por ano das classes de municípios(R\$ milhões).....	64
Gráfico 6 – Gasto médio per capita por classe de município.....	65
Gráfico 7 – Variação dos coeficientes de IDHM.....	67
Gráfico 8 – Variação do IDHM-Educação.....	68
Gráfico 9 – Variação do IDHM-Renda.....	69
Gráfico 10 – Variação dos coeficientes de IDHM-Longevidade.....	70
Gráfico 11 – Variação dos coeficientes Demográficos.....	71
Gráfico 12 – Variação dos coeficientes de Analfabetismo.....	72
Gráfico 13 - Variação dos coeficientes de Escolaridade.....	73
Gráfico 14 - Variação dos coeficientes Frequência Bruta.....	74
Gráfico 15 -Variação dos coeficientes de frequência líquida.....	75
Gráfico 16 - Variação dos coeficientes Defasagem Idade-Série.....	76
Gráfico 17 - Variação dos coeficientes Defasagem Idade-Nível.....	76
Gráfico 18 - Variação dos coeficientes de Renda Nível-Composição..	77
Gráfico 19 - Variação dos coeficientes de Renda Pobreza.....	78
Gráfico 20 - Variação dos coeficientes de Renda – Desigualdade.....	79
Gráfico 21 - Variação dos coeficientes de trabalho - Ocupação/Desocupação.....	80
Gráfico 22 - Variação dos coeficientes de trabalho por posição.....	81
Gráfico 23 - Variação dos coeficientes de Trabalho – Escolaridade.....	82
Gráfico 24 - Variação dos coeficientes de Trabalho – Setor.....	83
Gráfico 25 - Variação dos coeficientes de Habitação.....	84
Gráfico 26 - Variação dos coeficientes de Vulnerabilidade – Mulher...85	
Gráfico 27 - Variação dos coeficientes de Vulnerabilidade – Crianças.86	
Gráfico 28 - Variação dos coeficientes de Vulnerabilidade.....	87
Gráfico 29 - Variação dos coeficientes Habitação.....	88
Gráfico 30 - Variação dos coeficientes de População Total.....	89
Gráfico 31 - Variação do coeficientes de população referência.....	90
Gráfico 32 - Variação do coeficientes de população por pirâmide etária.....	91

LISTAS DAS TABELAS

Tabela 1 – Classificação dos municípios de acordo n° habitantes.....	34
Tabela 2 – Classificação por número de habitantes.....	35
Tabela 3 – Classificação e força de uma correlação.....	37
Tabela 4 - Variação dos gastos médios.....	61
Tabela 5 – Evolução dos gastos pela classificação dos municípios.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDG - Banco de Dados Geral
BDP - Banco de Dados Preliminar
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBCE - Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CEF - Caixa Econômica Federal
CF - Constituição Federal
CNE - Conselho Nacional do Esporte
CO - Ciclo Orçamentário
CONFED - Conselho Federal de Educação Física
FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FJP - Fundação João Pinheiro
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice do Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFES - Instituições de Ensino Superior
IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IPEA - Pesquisa Econômica Aplicada
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei de Orçamento Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
ME - Ministério do Esporte
MF - Ministério da Fazenda
NIPP - Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas
ONU - Organização das Nações Unidas
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual
RBEFE - Revista Brasileira da Educação Física e Esporte
SBD - Sistema Brasileiro de Desporto
SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis
SNEAR - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNELIS - Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
SNFDT - Secretaria Nacional de Futebol e Defesa do Torcedor
SPSS - Statistical Package for Social Science
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TCE-MG - Tribunal de Contas de Minas Gerais
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
2. OBJETIVO.....	27
3. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	29
3.1 Metodologia.....	29
3.1.1 Procedimentos metodológicos	29
3.2 Organização do Estudo	30
3.3 Conjunto de Dados	30
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	38
4.1 O Esporte e o Lazer.....	39
4.2 O Estado e as Políticas Públicas	43
4.3 O Ciclo Orçamentário e Avaliação de Políticas Públicas	53
5. A ANÁLISE DOS DADOS	59
5.1 Gastos em Esporte e Lazer dos Municípios de Minas Gerais	59
5.2 Análises das Correlações entre os gastos e os índices e indicadores	65
5.2.1 Índices de Desenvolvimento Humano – IDH	66
5.2.2 IDHM - Educação	67
5.2.3 IDHM - Renda	68
5.2.4 IDHM - Longevidade.....	69
5.2.5 Indicadores Demográficos	70
5.2.6 Indicadores de analfabetismo.....	71
5.2.7 Indicadores de Escolaridade.....	72
5.2.8 Indicadores de Frequência Escolar Bruta e Líquida.....	73
5.2.9 Indicadores Defasagem Idade-série e Idade-nível	75
5.2.10 Indicadores de Renda – Nível/Composição	76
5.2.11 Indicadores de Renda – Pobreza	78
5.2.12 Indicadores de Renda – Desigualdade	78
5.2.13 Indicadores de Trabalho – Ocupação/Desocupação	80
5.2.14 Indicadores de Trabalho – Posição/Ocupação	81
5.2.15 Indicadores de Trabalho – Escolaridade	82
5.2.16 Indicadores de Trabalho – Setor	82
5.2.17 Indicadores de Habitação	83
5.2.18 Indicadores de Vulnerabilidade - Mulher	84
5.2.19 Indicadores de Vulnerabilidade - Crianças	85
5.2.20 Indicadores de Vulnerabilidade – Educação-Trabalho-Renda	86
5.2.21 Indicadores de Vulnerabilidade – Habitação	87
5.2.22 Indicadores de População – Total Domicílio	88

5.2.23 Indicadores de População de Referência dos Indicadores	89
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	93
6.1 Recomendações	95
7. REFERÊNCIAS.....	97
8. ANEXOS.....	103

1. INTRODUÇÃO

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”²

O lazer foi inserido de forma inédita na Constituição Federal em 1988 como um Direito Social e está inscrito em vários dos seus dispositivos, como no *caput* do artigo 6º, no inciso IV do artigo 7º; no inciso III do artigo 217, e no *caput* do artigo 227. A partir de então, o Estado passa a ser responsável pela afirmação do Lazer como um direito, garantindo a sua efetivação, ressaltando sua perspectiva emancipatória que se apoia no conceito de cidadania. O artigo 217 da constituição dispõe que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

- I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
- III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não- profissional;
- IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

A aplicação dos termos formais e não formais visam diferenciar práticas organizadas e reguladas por normas das entidades esportivas (o esporte), daquelas que se manifestam livremente com propósitos diferentes, praticadas individualmente ou em grupo, escolhidas espontaneamente (o lazer).

Como fenômeno social, o esporte e o lazer estão vinculados a vários setores da sociedade, com a educação, auxiliando na formação física e psíquica; com a saúde, na prevenção de doenças e promoção da saúde; com a segurança pública, no distanciamento da criminalidade e

² *Caput* do Art. 6 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.

do uso de drogas; com a promoção social, com ações e projetos de inclusão social; com a economia, na realização de grandes eventos esportivos e de lazer; dentre outras, assumindo, assim, uma posição importante na arquitetura da sociedade, tornando-se, assim, um instrumento importante para a formação e o desenvolvimento humano na sociedade moderna.

O esporte e o lazer passam a ser direcionados pela lei 9.615/98³, em que institui as normas gerais para o Sistema Brasileiro de Desporto (SBD), passando a ser composto pelo Ministério do Esporte (ME), o Conselho Nacional do Esporte (CNE) e os sistemas de desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municipais. O referido sistema tem o objetivo de organizar o plano nacional para o esporte e o lazer, assegurando a prática regular de esporte ou lazer, oportunizando, desse modo, a melhora da qualidade de vida.

A Lei descreve que o esporte pode acontecer nas seguintes manifestações: no desporto⁴ educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação; no desporto de participação, praticado para contribuir a integração social; na promoção da saúde; na educação e na preservação do meio ambiente; e no desporto de rendimento, praticado, segundo normas gerais desta Lei e das regras desportivas nacionais e internacionais.

Com esta configuração, o esporte e lazer passam a receber mais financiamentos, permitindo a realização de novas ações ou políticas que pretendem proporcionar um crescimento do número de praticantes e na realização de eventos esportivos. Elegendo a inclusão social entre suas ações, compromete agregar força, de forma institucional, na direção da superação do quadro de injustiça, de exclusão e de vulnerabilidade social.

³ Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Lei que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

⁴ No Brasil o uso das expressões “esporte” e “desporto” é indiferente, contudo, a predominância é da palavra esporte. O termo desporto é, alias, mais usado nos textos de leis, decretos e a própria Constituição Federal, acompanhado a tendência geral, sempre que possível usarei o termo esporte. Na França usavam *desport* significando prazer, descanso, esparecimento, recreio etc. O termo que foi posteriormente transformado para *sport* e depois incorporado ao inglês na mesma grafia. Já espanhóis usavam *deporte*; italianos *deport*; portugueses, desporto.

Como alternativa de assegurar esse direito constitucional, foi implementado o Ministério do Esporte⁵ (ME), com a missão de “formular e implementar políticas públicas⁶ inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e o desenvolvimento humano⁷”.

Pretendendo criar uma Política de Estado, aquela que não se restringe ao quadriênio de uma gestão, mas, que se comprometa com a efetivação de uma Política Nacional para o Esporte e Lazer, garantindo à população o acesso gratuito à prática esportiva, à elevação da cultura esportiva, à inclusão social, a melhora da qualidade de vida e do desenvolvimento humano.

O ME, como proponente, formulador e articulador, responsabiliza-se em desenvolver as ações ou políticas destinadas a suprir as necessidades das demandas sociais, propondo projetos e programas que atendam a todas as manifestações esportivas, sendo construídas em parcerias com outros Ministérios, como o Ministério da Educação; o Ministério do Desenvolvimento Social; o Ministério da Justiça; o Ministério da Saúde; o Ministério do Trabalho; o Ministério das Cidades e Ministério da Defesa, dentre outros.

Com a formulação do SBD, mais investimentos e mais parcerias, o esporte e lazer ampliaram suas áreas de atuação, visando atender as demandas da sociedade, garantindo, assim, o acesso da população à prática esportiva e de lazer, atendendo ao direito promulgado na Constituição Federal (CF). No entanto, alguns autores, especialistas na área, afirmam que essas políticas priorizam determinadas ações e programas, direcionando os financiamentos para a manifestação de desporto de rendimento, desfavorecendo, pois, as demais categorias de manifestação esportiva – esporte de participação e esporte educacional.

⁵ Criado em janeiro de 2003, no início da gestão do Presidente Luiz Ignácio Lula da Silva

⁶ O termo “políticas públicas” se refere a um leque de políticas de responsabilidades do Estado, principalmente políticas sociais (saúde, educação, transporte, assistência, social, o lazer, etc.). Segundo PEREIRA (2009), a política na sua configuração recente e restrita, tem a conotação de política pública, a qual engloba a política social. Ou melhor, a política social é uma espécie do gênero política pública. Assim, ao se tratar de política pública, buscamos entender a dinâmica das relações entre governos e cidadãos.

⁷ Missão do Ministério do Esporte, instituído pela Medida Provisória nº 103, de 01 de janeiro de 2003.

Na compreensão de Tubino (1996), “o Brasil, continuava, pelos seus instrumentos legais e prática dos seus dirigentes esportivos, a não entender o esporte, a não ser nas suas manifestações ligadas ao esporte-performance.” (TUBINO, 1996, p. 57). Este quadro só vem a ser alterado com a volta da democracia e a ascensão de novos dirigentes na estrutura do Estado.

Mauro Betti (2001) faz a crítica no mesmo sentido, ratificando que o esporte de alto rendimento vem se estruturando como espetáculo ou show em busca de audiência, usando o grande poder de mídia para capturar a cumplicidade do Estado.

Linhares e Vago (2003) afirmam que os avanços recentes da área esportiva para democratizar o esporte e lazer significam a massificação das práticas excludentes do “processo de seleção natural de talentos” e para a formação de uma elite esportiva.

Segundo Bracht (2005), “o fenômeno esportivo, com estas características, tomou como de assalto o mundo da cultura corporal de movimento, tornando-se sua expressão hegemônica, ou seja, a cultura corporal de movimento esportivizou-se” (BRACHT, 2005, p.15).

A lógica do esporte de alto rendimento vem, há décadas, direcionando a condução das políticas públicas para o setor, “a definição de prioridades é sempre decorrente do conceito de esporte hegemônico no seio do aparelho de Estado, ou seja, da visão que se tenha desse campo de atividade” (MANHÃES, 2003, p.19).

A realização dos Jogos Pan-Americanos em 2007, a confirmação do Brasil em sediar os “megaeventos⁸”, como os Jogos Mundiais Militares (2011); a Copa das Confederações (2013); a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio, em 2016, reafirmam essa hegemonia nos financiamentos nesta manifestação. No livro “O legado de Megaeventos Esportivos”, publicado em 2008, onde resume obras que reforça que a realização desses eventos produzem as condições favoráveis para o desenvolvimento do esporte e lazer, deixando um legado⁹ esportivo para a população brasileira.

A realização (...) dos Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos 2007 torna inequívocos os

⁸ Megaevento: o termo usado para designar os grandes eventos esportivos nacionais e internacionais.

⁹ São os impactos positivos que são construídos e deixados após a realização desses eventos, proporcionando o desenvolvimento econômico, social, cultural, esportivo e político.

diversos benefícios que podem ser alcançados e que devem ser revertidos para toda a sociedade na cidade sede, no Estado e no País. A infraestrutura, o conhecimento, a tecnologia, entre outras áreas mobilizadas para a realização de um grande evento poderão potencialmente viabilizar o acesso de camadas significativas da população às políticas públicas em diversas áreas. (FILGUEIRAS, 2008, p. 67).

Percebendo este contexto descrito por alguns autores, afirmado a preferência dos financiamentos em uma das manifestações esportiva, nos incentiva a compreender os processos de financiamento para o esportes e lazer no Brasil.

Segundo Queiroz (2007), políticas públicas são conjuntos de ações interrelacionadas que visam enfrentar problemas sociais ou atender às demandas da sociedade através de mecanismos de participação direta ou indireta do povo.

Compreendendo que as políticas públicas direcionam os financiamentos, que são materializados em investimentos e/ou em gastos, através do desenvolvimento de projetos e programas, desperta a preocupação em estudar essa temática. Rezende (1997) afirma que os “(...) gastos proporcionais possibilitam compreender a dinâmica e evolução das preferências alocativas dos governos (...) por políticas públicas”.

Neste processo existem órgãos e instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais que corroboram com iniciativas que permitem acompanhar as políticas e ações que são desenvolvidas pelos governos. Estes, obviamente, demonstram-se preocupados com a garantia e a ampliação dos direitos constitucionais e, ao mesmo tempo, com a eficiência e a eficácia destas políticas.

No Brasil, instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os Tribunais de Contas dos Estados e da União possuem a função de monitorar e fiscalizar os gastos públicos, fornecendo informações e dados que contribuem para o processo de avaliação das políticas públicas.

No contexto internacional, encontramos o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que desenvolve no Brasil, um programa que oferece um panorama do desenvolvimento humano e das desigualdades locais e regionais, em vários aspectos, o Atlas Brasil

2013. Sua relevância vem justamente na capacidade de fornecer informações e de estabelecer índices e indicadores sobre demandas sociais, da unidade político-administrativa mais próxima do cotidiano dos cidadãos: o município.

As informações geradas por esses dados contribuem para instrumentalizar o processo de avaliação e/ou análise das políticas públicas, possibilitando uma maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho das políticas aplicadas, colaborando com o processo de avaliação e aperfeiçoamento das políticas públicas.

Compreendendo que os gastos são a materialização dos financiamentos realizados em esporte e lazer, tivemos, como desafio, identificar os gastos realizados em esporte e lazer pelos municípios, neste caso, os municípios de Minas Gerais, a fim de constataremos o montante e a variação desses valores e a existência de relação entre esses gastos com alguns índices e indicadores que são utilizados para averiguar o desenvolvimento humano nos municípios.

Os Municípios que são reconhecidos como iminentes, ou seja, que estão mais próximas das demandas locais, em contato direto com a população, assumem a responsabilidade de identificar suas reais condições materiais e necessidades, possibilitando, o processo de implementação (planejamento, execução e avaliação) de políticas que visam garantir os direitos e promovam o desenvolvimento humano do cidadão.

Identificando se os gastos efetuados pelos municípios contribuem para o desenvolvimento humano e para identificar a existência de uma política nacional para o esporte e lazer, estabelecendo, assim, o cumprimento do dever constitucional do Estado.

A presente pesquisa poderá servir de suporte para revisões acadêmicas que problematizam os temas “gastos” e “políticas públicas” para o esporte e lazer, potencializando, deste modo, a continuidade do debate e da crítica, e de muita relevância por se tratar de um tema pouco explorado.

2. OBJETIVO

Esta presente pesquisa tem como objetivo “analisar a evolução dos gastos em esporte e lazer dos municípios em Minas Gerais, no período entre 2008 a 2012, e correlacioná-los com os índices e indicadores que aferem o desenvolvimento humano de demandas sociais dos municípios.

Com o intuito de alcançar o objetivo geral deste trabalho, seguimos os seguintes objetivos específicos. Primeiramente, realizamos uma revisão da literatura sintetizando o conhecimento sobre o assunto, para enfatizar e dar sustentação teórica sobre o tema em questão. Na sequência, organizamos um conjunto de dados que contém os gastos realizados em esporte e lazer; o número de habitantes e os índices e indicadores do desenvolvimento humano (IDH, demográficos, educacionais, de renda, de trabalho, de habitação, de vulnerabilidade e de população) dos municípios de Minas Gerais, no período de 2008 a 2012.

Após a captura destes de dados, analisamos a evolução e variação dos gastos realizados em esporte e lazer; e realizamos cruzamento, correlacionando os gastos em esporte e lazer com os índices e indicadores, identificando relações existentes.

3. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

3.1 Metodologia

Entende-se por Metodologia os procedimentos adotados para a consecução do trabalho, ou seja, é propriamente todo o esforço empenhado para revisar, contextualizar e compreender o tema.

Conforme conceitua Gil (2008), “Metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer pesquisa científica, os quais respondem o como fazê-la de forma eficiente, ou seja, a determinação dos passos trilhados para se alcançar certo objetivo”.

3.1.1 Procedimentos metodológicos

Com o intuito de alcançar os objetivos seguimos alguns procedimentos metodológicos, assim esta pesquisa se caracterizou como uma pesquisa exploratória e descritiva quanto ao seu objeto.

Segundo Gil (2008) uma pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. A pesquisa descritiva tem como “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis, (...) que visam descobrir a existência de associações entre variáveis” (GIL, 2008, p.28).

O presente estudo pode ser classificado, quanto ao delineamento, como pesquisa bibliográfica e documental e, como tal, foi elaborada com base em materiais produzidos por diversos autores, também pelos dados oficiais e pela legislação correlata ao tema. Uma pesquisa bibliográfica com base na classificação dada por Vergara (2000, p.48), quando nos diz que, a pesquisa bibliográfica “[...] é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas”. E uma pesquisa documental por utilizarmos documentos oficiais, pouco ou não trabalhados para a captura dos dados”. Gil (2008) relata que a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, porquanto, a diferença está na fonte; enquanto uma busca fundamentalmente suas contribuições nos diversos autores, a outra vale-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico.

Para Gil (2008), a análise qualitativa tem como objetivo organizar e sumariar dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas à questão de investigação. Esta pesquisa tem a abordagem qualitativa pela análise e o cruzamento do conjunto de dados identificados, caracterizando, assim, pela impossibilidade de construir previamente os procedimentos de análise, pois somente após construção e correlação dos dados poderemos descrever as relações e/ou hipóteses, perpassando pela capacidade de observação do pesquisador.

Outro instrumento presente nesta pesquisa é a utilização das técnicas estatísticas que contribuíram não apenas para a caracterização e resumo de dados, mas, também, para o estudo das relações existentes entre as variáveis.

3.2 Organização do Estudo

Esta pesquisa foi dividida em três grandes seções: na primeira, fizemos uma revisão bibliográfica, onde apresentamos os principais conceitos sobre esporte e lazer e políticas públicas, sintetizando o conhecimento de vários autores sobre esses conceitos, contribuindo, também, para enfatizar e dar sustentação teórica sobre o tema em questão.

A segunda seção foi a captura e a formação do conjunto de dados. Nesta seção buscamos os dados em algumas Instituições responsáveis em publicizar as informações sobre gastos em esporte e lazer, números de habitantes e dos índices e indicadores que avaliam o desenvolvimento humano nos municípios. Esses dados foram extraídos dos seguintes institutos: os gastos foram obtidos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e no Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE-MG), o número de habitantes no IBGE e os índices e indicadores socioeconômicos no PNUD.

Na terceira seção, cruzaremos os dados calculando os coeficientes de correlação, identificando as relações entre os gastos em esporte e lazer com os índices e indicadores que aferem o desenvolvimento humano nos municípios, e finalizando com as considerações finais.

3.3 Conjunto de Dados

Para constituir o “banco de dados geral” optou-se em utilizar os dados disponibilizados pelas instituições citadas nesta pesquisa. O

período de referência dos dados coletados (gastos em esporte e lazer) foi compreendido entre 2008 a 2012 por tratar dos dados mais recentes disponibilizados.

A abrangência geográfica limitou-se aos municípios de Minas Gerais, estado no qual localiza a instituição em que trabalho e a agência que financiou o projeto de pesquisa, respectivamente, o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) - *campus* Arinos e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Primeiramente, exploramos a página virtual do IPEA que disponibiliza o sítio eletrônico o – IPEADATA – onde está publicado os dados demográficos e econômicos das regiões, dos estados e dos municípios brasileiros. Os dados utilizados pelo IPEA são obtidos no Ministério da Fazenda (MF), especificamente na Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As informações disponíveis na STN sobre estados e municípios são obtidas, sobretudo, mediante a coleta de dados contábeis, por meio do Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), mantido em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), com o objetivo de consolidar as contas nacionais, obedecendo à portaria nº 683, de 2011, que estabelece as regras para a inserção de dados no SISTN.

O disposto no art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal¹⁰ (LRF) determina a União promover, a cada ano, a consolidação das contas dos entes da Federação relativas ao ano anterior, e sua divulgação, determinando aos municípios e aos estados o envio de suas contas.

Neste endereço, capturamos os dados sobre os gastos em esporte e lazer efetuados pelos municípios de Minas Gerais (delimitação espacial) em um determinado período (delimitação tempo).

Iniciamos a captura por categoria, após a seleção da opção “base de dados regional”, localizando dentro dos temas a opção “finanças públicas”, selecionando o item “despesas por função - esporte e lazer - municipal”, em seguida, selecionamos o nível “municipal”, abrangência “Minas Gerais”, no período de 2008 a 2012, realizando o download dos dados e gerando a planilha, utilizando o formato “xls” (Microsoft Office Excel).

Nesta etapa, filtramos as informações utilizando recursos básicos do *software*, onde efetuamos algumas funções estatísticas como: a soma do total investido, a média aritmética, o maior e o menor valor

¹⁰ Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

investido e a variação entre esses valores em cada um dos municípios listado, criando, assim, um “banco de dados preliminar” (BDP).

Na análise do BDP, constatamos que muitos dos municípios apresentaram algumas inconsistências nos dados, como a falta dos valores gastos em determinado ano. Nossa seleção resultou em 484 municípios, o que corresponde a 56% do total (853 município), ficando de fora 369 municípios, número significativo.

Como alternativa para compreensão dessas faltas, optou-se em pesquisar junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) as informações sobre esses dados com a finalidade de complementar o banco de dados, evitando, assim, maiores dispersões numéricas, gráficas e para garantir a fidedignidade dos dados.

Visitando o site do TCE-MG, buscamos as informações no portal “Minas Transparente”, onde, certamente, deveria constar o dados sobre gastos realizados pelos municípios mineiros, porém não encontramos nenhum dado publicado sobre a função “desporto e lazer”. Através da Lei 12.527¹¹, iniciamos um pedido pelo canal “Fale com o TCEMG¹²” sobre os dados na função esporte e lazer dos municípios.

Após o envio do ofício solicitando as informações e inúmeros contatos para acompanhar o pedido, obtivemos várias respostas imprecisas ou indefinidas. A resposta definitiva com os dados foi entregue 60 (sessenta) dias após o início do pedido, uma enorme burocracia, demonstrando uma dificuldade ao acesso às informações sobre as contas públicas no Estado de Minas Gerais.

Na análise das informações do TCE-MG, constatamos que muitos dos municípios que faltavam informações na publicação do IPEA foram complementados pelas informações enviadas pelo Tribunal,

¹¹Lei nº 12.527, conhecida como a Lei de Acesso à Informação que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas. A referida lei aplica-se aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Esta Lei é um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e contribui significativamente para o fortalecimento do controle social.

¹²Após gerar o pedido recebemos a resposta com os procedimentos a serem adotados. 1º) V. Sa. deverá solicitar os dados dos gastos em esporte e lazer dos 853 municípios de Minas, diretamente a Presidência do Tribunal de Contas, por meio de ofício. 2º) Após a autorização da Presidente do Tribunal, encaminharemos a sua solicitação para o setor responsável para levantamento dos dados solicitados

3º) O prazo médio para este levantamento é de 30 dias.

porém, algumas informações eram conflitantes, optando-se, então, em somar os bancos de dados obtidos no TCE-MG e IPEA. O BDP passou a compor 821 municípios, correspondendo a 96% do total de municípios mineiros, garantindo uma visão quase da totalidade dos gastos realizados na rubrica de esporte e lazer do Estado de Minas Gerais.

Em seguida, pesquisamos na página do IBGE qual se disponibiliza o sítio eletrônico - Censo Demográfico 2010 –, onde é divulgado a composição da população das unidades federativas, estados e municípios, identificando o número total de habitantes dos municípios mineiros em 2010.

Em seguida, exploramos a página eletrônica do PNUD que elabora e disponibiliza em seu site o Atlas Brasil 2013. Este atlas é desenvolvido em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro (FJP), onde são publicados os Índices do Desenvolvimento Humano (IDH) e os indicadores socioeconômicos de educação, de renda, de trabalho, de habitação, de vulnerabilidade e de população dos municípios brasileiros. Foram selecionados esses índices e indicadores por serem referência para o desenvolvimento humano e por serem utilizados pelos órgãos e instituições que monitoram e avaliam políticas públicas.

Neste endereço, iniciamos a nossa coleta de dados selecionando a opção “consulta”, definindo a espacialidade como “municipal”, o estado de “Minas Gerais”, escolhendo a opção “assiná-la todos” e OK. Em seguida, definimos os “indicadores”, selecionando uma dimensão, por exemplo, “educação”, escolhendo o tema “escolaridade”, marcando a opção “selecionar todos” e OK. Criando, assim, uma planilha com os indicadores sobre a educação e, em seguida, realizando o *download* dos dados em formato “xls” (Microsoft Office Excel).

Repetimos esta operação para todas as demais categorias de indicadores (IDH, demografia, renda, trabalho, habitação, vulnerabilidade e população) e reunimos todas as planilhas num único arquivo. Identificamos uma diferença em relação à metodologia utilizada pelo IPEA, IBGE e PNUD quanto à maneira ou a forma da ordem alfabética utilizada, sendo necessário estabelecer um formato padrão e reordenar os dados.

Após esta (re)organização, utilizamos os recursos do software para reunirmos todos os dados em um único arquivo, gastos em esporte e lazer de 2008 a 2012, população total, índices e indicadores socioeconômicos dos 821 municípios, criando, desse modo, o “Banco de Dados Geral” (BDG).

A partir da definição do BDG, agrupamos os municípios de acordo com o tamanho populacional, uma estratégia metodológica utilizada pelo Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (NIPP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e também por ser uma metodologia semelhante à utilizada pelo IBGE na pesquisa - Perfil dos Municípios Brasileiros - o que nos permite verificar se os municípios do mesmo porte possuem comportamentos similares ou não.

Para a composição desta amostra, dividimos em seis classes de Município de acordo com o número de habitantes, sendo, a classe A de 0 até 5.000 mil habitantes; a classe B de 5.001 até 20.000 mil habitantes; a classe C de 20.001 até 50.000; a classe D de 50.001 até 100.000; a classe E de 100.001 até 200.000 e a classe E acima de 200.001 habitantes. Este procedimento usual em estudos desta natureza permite observar a dinâmica e a proporção do fenômeno estudado, considerando a diferença e a constituição econômica dos Municípios.

A tabela 01 mostra como ficou a classificação dos municípios de acordo com a classificação estabelecida:

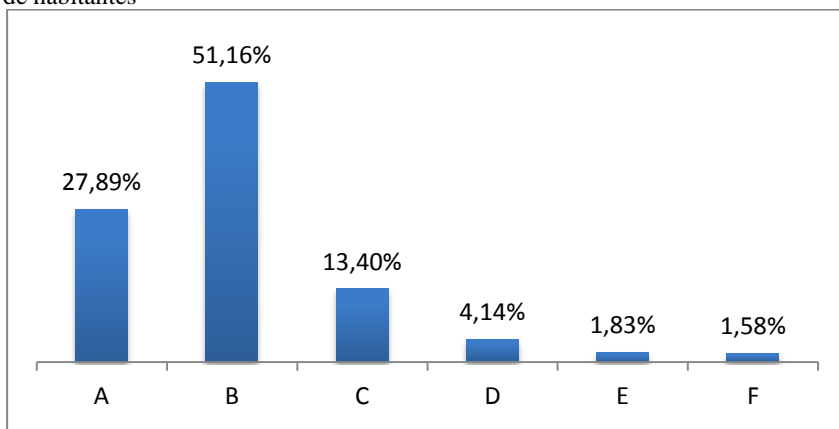
Tabela 1 – Classificação dos municípios de acordo n° habitantes

Classificação dos municípios de acordo n° habitantes		
Classificação		N° Habitante
1	A	0 - 5.000
2	B	5.001-20.000
3	C	20.001-50.000
4	D	50.001-100.000
5	E	100.001-200.000
6	F	200.001 – acima

Fonte: Elaborado pelo autor a partir banco de dados geral

O gráfico 01 mostra como ficou a divisão dos 821 municípios que compõem a nossa amostra, de acordo com a classificação dos municípios.

Gráfico 1 – Percentual dos municípios de acordo com classificação por número de habitantes



Fonte: Elaborado pelo autor a partir banco de dados geral

A tabela 02 mostra a divisão com os totais de municípios pela classificação pelo número de habitantes.

Tabela 2 – Classificação por número de habitantes

Classificação	Faixa	Municípios
A	0 - 5.000	229
B	5.001-20.000	420
C	20.001-50.000	110
D	50.001-100.000	34
E	100.001-200.000	15
F	Acima de 200.001	13

Fonte: Elaborado pelo autor a partir banco de dados geral

O glossário do conjunto das variáveis que compõem o BDG, aqueles que foram selecionados e coletados, resultou em mais de 240 indicadores e índices socioeconômicos, (Anexo 01)

Na sequência, analisamos a evolução e variação dos gastos em esporte e lazer realizada pelos municípios mineiros de acordo com a classificação dos municípios e correlacioná-los com os índices e indicadores de desenvolvimento humano. Para tanto, se faz importante destacar alguns pontos.

Em primeiro, este trabalho não teve como objetivo especificar a composição gastos em esporte e lazer dos municipais, mas aspectos gerais referentes ao montante dos gastos efetuados.

O segundo ponto é associar os gastos pela classificação dos municípios. A opção por este recorte remete ao fato de que o tamanho do município ser uma forma muito importante de avaliação, uma vez que, em termos populacionais, implica em capacidade político-administrativa diferenciada para implementar políticas. Ao mesmo tempo, os campos distintos de políticas públicas (educação, saúde, segurança pública, etc.) nem sempre apresentam, da mesma forma e complexidade, as suas características e necessidades de gestão.

O terceiro ponto é a utilização da função estatística correlação linear. O uso desta, nos permite verificar a existência ou não de relação entre variáveis diversas, se existente, mostra se é positiva ou negativa, e, em segundo, quantifica a força dessa relação (fraca, média, forte ou fortíssima).

Com esta técnica estatística, realizaremos o cruzamento dos gastos realizados em esporte e lazer com todos os índices (IDH's) e indicadores socioeconômicos selecionados, verificando a existência das possíveis relações e, a partir de um "senso sociológico", identificar possíveis hipóteses existentes nessas relações.

Nosso próximo passo foi a execução das correlações entre os gastos em esporte e lazer com cada conjunto de variáveis capturadas no PNUD que elabora o Atlas Brasil 2013, fornecendo informações sobre os IDH's, demografia, a escolaridade, renda, trabalho, habitação, vulnerabilidade e população (urbana ou rural), identificando as relações entre as variáveis.

Para construir uma análise completa e fidedigna, utilizamos o software SPSS(*Statistical Package for Social Science*) especializado em executar análises de dados em estudos relacionados às Ciências Sociais. Construímos uma linha com os coeficientes de correlação ano a ano, ou seja, correlacionando os gastos realizados em esporte e lazer de cada ano, o gasto total e o gasto médio com os índices e indicadores.

A correlação é uma medida padronizada que verifica a existência de relação entre duas variáveis aleatórias indicando a direção e a força desta relação (vide tabela 06). O termo correlação significa relação em dois sentidos e é usado em estatística para designar a força que mantém unidos os dois conjuntos de valores. É chamado de coeficiente de correlação e representado pela sigla "r", podendo variar

entre -1 a $+1$, nunca será maior que estes valores e sua interpretação dependerá do valor numérico e do sinal.

Um coeficiente de correlação próximo a zero indica que as duas variáveis não se relacionam (nula). Uma correlação positiva indica que as duas variáveis movem juntas para o mesmo sentido e correlação negativa indicando que as duas variáveis movem-se em direções opostas. A tabela 06 mostra as possíveis classificações possíveis para definir o sentido e a força de um coeficiente de correlação.

Tabela 3 – Classificação e força de uma correlação

Valor do	Classificação
$r = -1$	Correlação perfeitamente negativa
de -1 até 0	Correlação negativa
$r = 0$	Correlação nula
de 0 até 1	Correlação positiva
$r = 1$	Correlação perfeitamente positiva
de 0 até $0,300$	Correlação fraca*
de $0,301$ até $0,600$	Correlação média*
de $0,601$ até $0,900$	Correlação forte*
de $0,901$ até $0,999$	Correlação fortíssima*

Fonte: Barbetta - 2010

Outro aspecto em que devemos considerar em um resultado de correlação é a *significância estatística*, que é uma medida que estima o grau em que este resultado é "verdadeiro" (no sentido de que seja realmente o que ocorre na população, ou seja, no sentido de "representatividade da população"). A significância estatística representa a probabilidade de erro envolvida em aceitar o resultado observado como válido, isto é, como "representativo da amostra". Em muitas áreas de pesquisa, a significância de $0,05$ é costumeiramente tratado como um "limite aceitável" de erro.

O BDG possui um conjunto de mais de 230 variáveis (gastos por ano, índices e indicadores socioeconômicos, número de habitantes), onde calculamos os coeficientes de correlação e de significância estatística.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 O Esporte e o Lazer

A importância do lazer para a qualidade de vida e sua função de consumo na sociedade moderna, hoje é inquestionável, e, por razões similares, é também, abarcado pela mesma estrutura teórica do esporte, pois acontecem na mesma lacuna de tempo. Há uma profunda relação entre o lazer e o esporte, o que dificulta a identificação de quando estão juntos ou separados. Nem sempre o esporte pode ser considerado lazer e o lazer não se resume em esporte.

Na realidade são fenômenos que apresentam áreas em comum, enquanto atividade. Podemos definir Lazer como: “uma ocupação escolhida livremente e não remunerada – escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si mesmo” (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 107).

Reafirmando o conceito desses autores, Dumazedier conceitua lazer como

... o conjunto de ocupações, às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1979, p. 12).

Assim, poderíamos relacioná-lo como “ócio” ou “tempo de não-trabalho”, aquela parcela de tempo em que não trabalhamos ou realizamos tarefas, ou seja, o “tempo livre”. E é nesse tempo disponível que são executadas atividades preferidas, escolhidas livremente, podendo ser atividades contemplativas, intelectuais, físicas, individuais ou coletivas. Para Elias e Dunning (1992), o lazer é visto como a única esfera pública no seio de uma sociedade do trabalho em que as decisões individuais podem ser tomadas, tendo em vista, acima de tudo, a própria satisfação.

Como prática social, o lazer é entendido como um produto resultado do processo urbano industrial, ocorrido na Europa no início do século XIX, especialmente na Inglaterra. Surgiu em função de demandas

individuais e coletivas dos trabalhadores, por maior tempo de “folga”, justificado, desse modo, como necessário ao repouso para a manutenção e reprodução da força de trabalho.

Estudos apontam que o estabelecimento formal do direito ao tempo livre gerou polêmica e apreensão no mundo do trabalho, o receio era que durante esse período fossem tramadas ações contra o sistema; por isso houve a tentativa de exercer um controle sobre o “tempo livre” dos trabalhadores, qual foi, muitas vezes, controlado.

No decorrer desse processo de desconstrução/reconstrução de uma nova dinâmica social, preconizada pela relação trabalho e lazer, é que surge a crítica de Elias e Dunning (1992) sobre a esportivização dos jogos e passatempos, posteriormente, o processo de espetacularização, relacionados com mecanismos de controle, advindo, sobretudo, do controle social do tempo pelas instituições sociais dominantes no Estado, como igrejas, escolas, empresas, etc.

Foi na Inglaterra que ocorreu a gênese¹³ deste fenômeno, sendo que a primeira incorporação constatada foi nas *PublicSchools*, onde essas atividades foram regulamentadas e, aos poucos, assumindo as formas do esporte moderno; características estas, que podemos resumilas em: racionalização, competição, rendimento físico-técnico, *record* e cientificização do treinamento. (BRACHT, 2005, p.14).

Com a reificação deste processo, Elias &Dunning (1992) consideram o esporte o fenômeno social de maior crescimento, de maior rapidez em sua expansão e uma das mais importantes práticas sociais do século XX. No entender de renomados autores, constatamos a afirmação de que o Esporte moderno é a expressão socioeconômica que incorpora e se correlaciona profundamente com as características estruturais da sociedade.

Segundo Lushche (1990, *apud* BUENO, 2008, p. 49), o esporte apresenta características e apelos institucionais só replicados pela religião, pois nenhuma outra instituição comanda a produção da mística, da nostalgia e a fixação de ideais culturais como o esporte faz. Nenhuma outra atividade humana combina, de forma tão paradoxal, a seriedade com a frivolidade, o divertimento com a competitividade e o ideológico com o estrutural. O esporte, como produto social, pode ser comparado ao microcosmo em que o grau de envolvimento direto e indireto de atores e espectadores, as formas de comportamento padronizado e a interação social, em quase todas as sociedades, são dificilmente ultrapassados por qualquer outro arranjo social.

¹³ Tese sustentada por Norbert Elias em seu artigo “Gênese do Esporte”.

Para Elias e Dunning (1992), as propriedades do esporte tem um campo propício para liberar as tensões provenientes da vida moderna, sem colocar em risco a integridade (física ou moral) das pessoas, ou ameaçar a ordem social estabelecida, servindo como instrumento de controle das emoções,

O desporto, tal como outras atividades de lazer, no seu quadro específico pode evocar através dos seus desígnios, um tipo especial de tensão, um excitamento agradável e, assim, autorizar os sentimentos a fluírem mais livremente. Pode contribuir para perder, talvez para libertar, tensões provenientes do stress. (...) destina-se a movimentar, a estimular as emoções, a evocar tensões sobre a forma de uma excitação controlada e bem equilibrada, sem riscos e tensões habitualmente relacionadas com o excitamento de outras situações da vida, uma excitação mimética que pode ser apreciada e que pode ter um efeito libertador, catártico, mesmo se a ressonância emocional ligada ao desígnio imaginário contiver, como habitualmente acontece, elementos de ansiedade, medo – ou desespero. (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 79).

Segundo Bourdieu (1983), o esporte e o lazer refletem de forma sem igual à dinâmica; o padrão e a reprodução das relações sociais são constituídas e, se constituem, continuamente, dentro das estruturas sociais, ou seja, são sistemas de disposições duráveis e transmissíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, esquemas pré-existent, pré-classificados de práticas que funcionam como modelos e que são incorporados ou legitimados no espaço social¹⁴. São mecanismos de reprodução que tendem a manter as diferenças, as distâncias, as relações de ordem, contribuindo para reproduzir o sistema das diferenças constitutivas da ordem social, pelo fato de existir relações sociais entre as pessoas que praticam esportes.

¹⁴ Espaço social é um espaço multidimensional de posições, um conjunto aberto de campos relativamente autônomos, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações ao campo.

Acho que deveríamos nos perguntar primeiro sobre as condições históricas e sociais da possibilidade deste fenômeno social que aceitamos muito facilmente como algo óbvio, o "esporte moderno". Isto é sobre as condições sociais que tornam possível a constituição do sistema de instituições e de agentes diretamente ou indiretamente ligados à existência de práticas e de consumos esportivos (...). (BOURDIEU, 1983, p.2).

Segundo Bourdieu (1983), o *habitus* é o conjunto adquirido de disposições e aptidões específicas, maneiras de ser, de pensar, de sentir, de agir, de trabalhar e de manobrar dentro do espaço social, impondo sua lógica particular à in(corpora)ção. Com o intuito que os agentes participem da história objetivada pelas instituições, apropriando-a praticamente, e, por isso, mantém as estruturas do mundo social, suas tendências imanentes, seus ritmos temporais, como uma relação de familiaridade imediata ou de cumplicidade.

O *habitus* é o responsável pelas práticas objetivamente classificáveis, sem, contudo, deixar de ser um sistema de classificação. O mundo social, por seu intermédio, é representado nos espaços ou nas posições ocupadas pelos agentes e é quem estrutura os estilos de vida. Nele encontra-se inserida toda a estrutura do sistema de condições ou disposições possíveis, fundamentando as estruturas das diferenças. Isso, todavia, é o que faz um agente ser detentor de um gosto ou estilo de vida, porque as preferências estão associadas às condições objetivas de existência.

(...) práticas classificáveis produzidas pelos agentes e dos julgamentos classificatórios emitidos por eles sobre as práticas dos outros ou suas próprias práticas: o *habitus* e, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principiumdivisionis*) de tais práticas. (BOURDIEU, 2007, p. 162).

Reificando que o *habitus* é que possibilita compreender o engajamento do indivíduo em atividades corporais ou em práticas esportivas formais e informais, incorporando as dinâmicas consideradas legítimas. “(...) a não ser pela construção do *habitus* como fórmula

geradora que permite justificar, ao mesmo tempo, práticas e produtos classificáveis, assim como julgamentos, por sua vez, classificados que constituem estas práticas e estas obras em sistema de sinais distintivos”. (BOURDIEU, 2007, p. 162).

Bourdieu (1983) destaca o papel do corpo nas relações sociais. Ele, portanto, ressalva que “(...) o corpo socializado (aquilo que chamamos de indivíduo ou pessoa) não se opõe à sociedade: ele é uma de suas formas de existência (...) é preciso lembrar que o coletivo está dentro de cada indivíduo sob a forma de disposições duráveis, como as estruturas mentais.” (BOURDIEU, 1983, p. 24).

Os agentes apreendem os objetos ofertados simbolicamente através dos seus esquemas de percepção e de apreciação, por isso é de suma importância entender que cada agente confere sentidos e significados distintos às suas práticas nos esquemas de classificação que influenciam em suas escolhas e em suas preferências, pleiteando melhores posições no espaço social. Bourdieu (2007) relata,

As reconversões traduzem-se por outras tantos deslocamentos em um espaço social que nada tem de comum com o espaço, a um só tempo, irreal e ingenuamente realista dos estudos rotulados de ‘mobilidade social’. (...) esse é o caso sempre que, para manter sua posição na estrutura social e as propriedades ordinais que lhe estão associadas, os agentes são obrigados a proceder a uma translação, acompanhada por uma mudança de condição (...). (BOURDIEU, 2007, p.122).

Portanto, Bourdieu (1983) afirma a intervenção do esporte e do lazer destacando-os como atividades privilegiadas de operacionalização no espaço social, pois entende que o corpo é um local privilegiado, onde, a cultura e a estrutura social são manifestadas e (re) produzidas. Desta forma, percebemos a importância do esporte e do lazer na formação do indivíduo, sua participação na arquitetura e na (re)produção da sociedade.

4.2 O Estado e as Políticas Públicas

Os organismos internacionais reconhecem a força do esporte e do lazer para o desenvolvimento humano e societário. No relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas, divulgado em 2003,

classificam o esporte como melhor estratégia para o alcance das “Metas de Desenvolvimento do Milênio”. O esporte, entendido como direito humano, afirma seu potencial no desenvolvimento social e econômico de uma nação, especialmente em conjunto com as áreas de saúde e educação.

No Brasil, o esporte e o lazer somente foram reconhecidos e inseridos como um direito social na Constituição Federal de 1988. O Estado passou a ser o responsável em articular políticas a fim de garantir o acesso a todos os cidadãos brasileiros, potencializando esforços e validando o esporte e lazer como engrenagens importantes na arquitetura da sociedade.

As discussões envolvendo as políticas públicas de esporte e lazer se intensificam à medida em que há um crescimento da demanda, motivada, principalmente, pela organização da sociedade, que, inspirados na ideia do direito social, reivindicam do Estado ações que atendam essa nova configuração.

O Estado pode ser entendido como o organismo que congrega uma comunidade de agentes, atentos aos interesses sociais. Conforme conceitua Meirelles,

O Estado é constituído de três elementos originários e indissociáveis: Povo, Território e Governo soberano. Povo é o componente humano do Estado; Território, a sua base física; Governo soberano, o elemento condutor do Estado, que detém e exerce o poder absoluto de autodeterminação e autoorganização emanado do Povo. (MEIRELLES, 2005, p.60)

Ainda, citando Meirelles, o Estado é a pessoa jurídica criada em função de uma comunidade fixa sobre um território soberano, dotada de mando originariamente Constitucional.

Do ponto de vista sociológico, é corporação territorial dotada de um poder de mando originário (...); sob o aspecto político, é comunidade de homens, fixada sobre um território, com potestade superior de ação, de mando e de coerção (...); sob o prisma constitucional, é pessoa jurídica territorial soberana (...); na conceituação do nosso Código

Civil, é pessoa jurídica de Direito Público Interno (...). (MEIRELLES, 2005, p.60).

Em outras palavras, o Estado é o conjunto formado por agentes (povo), uma base física (território), conduzidos por um Governo Soberano e que exerce poder absoluto de mando.

De acordo com Queiroz (2007), o Estado é “(...) o conjunto de instituições que controlam e administram uma nação”, ou, mais apropriadamente, “uma estrutura organizacional que se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo que dela faz parte”. Então, o Estado é a junção dos elementos Povo, Território e Governo Soberano.

Com essa configuração, o Estado se torna uma espécie de “metacapital” que lhe dá poderes, “(...) o Estado (...) é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder”. (BOURDIEU, 1996, p. 107).

Dentro do Estado, o campo político pode ser interpretado a partir da noção dos conceitos de poder simbólico¹⁵ e formas de capital¹⁶ de Bourdieu. São esses os conceitos centrais para a compreensão das posições dos agentes no interior do campo¹⁷, bem como as relações estabelecidas, e no monopólio da produção dos mandatários ou politicamente ativos.

Nesse sentido, procuramos entender a construção das políticas públicas como um campo de disputa, pois existe uma constante competição pelas posições ocupadas por agentes ativos que produzem ou podem reproduzir, dependendo da posição ocupada dentro da

¹⁵O Poder Simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, ou seja, o sentido do mundo supõe um conformismo lógico, uma concepção homogênea que torna possível a concordância entre as inteligências. Destarte, os símbolos são instrumentos de integração social. Enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.

¹⁶ Capital: formas de incorporação do poder simbólico podendo se manifestar: capital econômico, capital social, capital cultural, capital simbólico, capital lingüístico, capital escolar. A maior ou menor posse desses capitais oferece os meios para a conversão dos outros capitais.

¹⁷O campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social. Universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e difundem, como a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.

instituição ou do campo, a definição de ações ou não-ações que vão incorporar determinadas políticas.

Quando analisamos políticas públicas em determinado campo (econômico, acadêmico, esportivo etc.) temos que observar todas as relações, a fim de gerar subsídios para as coalizões e embasamento epistemológico. Bourdieu (2001) afirma que para tentar analisar as políticas públicas, devemos estar atentos aos vários mecanismos que constituem as suas relações,

Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os agentes politicamente ativos e os agentes politicamente passivos e a construir em leis eternas das regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado. (BOURDIEU, 2001, p. 163)

Neste relato, o autor destaca a necessidade de entendermos, no campo político, a distribuição de capital e a divisão das posições de trabalho para que não naturalizemos a “linha” que separa os agentes politicamente ativos (os políticos e gestores) e os agentes politicamente passivos (aqueles que os elegem). Isso, todavia, também nos leva a compreender realmente o sentido e os mecanismos do espaço social (neste caso, as políticas públicas), entendendo as relações entre as posições ocupadas pelos agentes.

O conceito de campo se espelha na definição do espaço social onde encontramos estabelecidas as posições e os agentes que se movimentam de acordo com seus objetivos ou os objetos de disputa. Em outras palavras, o campo é definido como um espaço simbólico, no qual as lutas dos agentes determinam e legitimam as representações. Além disso, no campo, local empírico da socialização¹⁸, existem os objetos de interesse e disputa, e os agentes são dotados de *habitus*.

Não são apenas as ações dos agentes ativos que fazem com que o campo político tenha uma estrutura, mas também as atitudes ou não-

¹⁸ Socialização é a assimilação de hábitos característicos do seu grupo social, todo o processo através do qual um indivíduo se torna membro funcional de uma comunidade, assimilando a cultura que lhe é própria.

atitudes dos agentes passivos que estão à margem do processo de decisão. Esta relação entre mandatários e agentes passivos é permeada pelo poder simbólico.

Este poder garante que a (re)produção dentro do campo fique a cargo dos agentes ativos quais oferecem opções de políticas e ações voltadas aos interesses que estes interpretam como prioritários. A definição de prioridades é sempre decorrente do conceito de esporte no seio do aparelho de Estado. Bourdieu (2001) explicita que a reprodução acontece dentro das instituições que utilizam códigos próprios para inculcar uma cultura dominante, legítima e natural, que não é percebida, mas reconhecida pelos agentes.

O Estado exerce poder sobre os campos e, principalmente, sobre a taxa de câmbio entre os capitais (BOURDIEU, 1996, p. 99). Assim,

o Estado é inseparável de um processo de unificação dos diferentes campos sociais, econômicos, culturais, escolar, políticos, esportivo, etc., que acompanha a constituição progressiva do monopólio estatal da violência física e simbólica legítima. Dado que concentra um conjunto de recursos materiais e simbólicos, o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos (...). (BOURDIEU, 1996, p. 51).

Segundo Queiroz (2007), “as políticas públicas representam os instrumentos de ação dos governos e devem estar orientadas pelos princípios constitucionais a ela relacionados”. Então, entende-se por políticas públicas, as ações dos governos para o atendimento das necessidades do povo.

Souza (2006) propõe uma síntese dos principais elementos e características das definições de políticas públicas considerando os diversos modelos e abordagens:

“A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. (...) envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. (...) é abrangente e não se limita a leis e regras. (...) é uma ação intencional, com

objetivos a serem alcançados. (...), embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. (...) envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação” (SOUZA, 2006, p.36).

Salvo das diferentes abordagens, a tendência é que as definições de políticas públicas estejam centradas nos governos, de modo que assumam uma perspectiva bastante abrangente e geral em torno deste tema, tendo em vista a não separabilidade das partes que o compõe, inclusive, das suas dimensões mais subjetivas, como as ideologias e os interesses (SOUZA, 2006).

A intenção de se compreender o Estado e as políticas públicas reside no fato de ser, nas políticas públicas, o objeto das ações do governo (quem coordena o Estado), que possui o dever em contemplar as obrigações constitucionais; devem, concomitantemente, ser objeto de acompanhamento e de avaliação.

Para compreender as políticas públicas para o esporte e lazer, realizamos uma revisão da literatura com a finalidade de mapear e perceber a produção acadêmica sobre políticas públicas para o esporte e o lazer, realizando um levantamento dos artigos, dissertações e teses publicadas no endereço eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), procurando por assuntos e palavras-chave.

A temática sobre políticas públicas para o esporte e lazer é relativamente recente na pesquisa acadêmica. E foi incorporada na agenda de pesquisa, apenas nas últimas décadas, impulsionado, em parte, pela constituição de grupos temáticos, em algumas associações científicas; há exemplo do grupo de trabalho temático em políticas públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), e também, os incentivos a grupos de pesquisas. Talvez não haja hoje uma problemática dentro do campo científico/acadêmico da Educação Física, tão em voga quanto estudos sobre Políticas Pública para o esporte e lazer, isso pelos maiores financiamentos e pela realização dos “megaeventos”, os que foram e os que serão realizados no País.

Realizamos no portal de periódicos da (CAPES) uma busca avançada, pesquisando pelo assunto “políticas públicas”, filtrando com a palavra-chave “esporte e lazer”. Preliminarmente, encontramos 100 (cem) trabalhos publicados. Desse total, constatamos 82 (oitenta e dois) trabalhos publicado no formato artigo científico e 18 (dezoito) nos

formatos de dissertação e tese. Em seguida, procuramos perceber alguns aspectos metodológicos e modelos utilizados.

Ao analisarmos os artigos, observamos uma preocupação expoente com as pesquisas relacionadas aos “megaeventos”, principalmente, estudos criticando e/ou analisando as “vantagens e desvantagens” dos possíveis “legados” prometidos pela realização desses eventos. Destacamos alguns trabalhos.

No trabalho de Otávio Tavares, intitulado “Megaeventos Esportivos”, publicado na Revista Movimento em 2011, teve como desafio debater os elementos e questões que oferecem intervenções sobre a realização das Copas, Confederações e do Mundo e das Olimpíadas em 2016, buscando (re)ver as implicações, possibilidades, definições sobre “megaeventos” e “legado”, apoiado na bibliografia existente sobre o tema.

No trabalho de Fernando Mascarenhas, “Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami”, publicado na Revista Movimento, em 2012, procura analisar as implicações dos megaeventos em diferentes âmbitos da realidade a partir do relacional Estado, organização esportiva e mercado, problematizando as relações de hegemonia e estratégias de acumulação capital e (re) posicionando a Educação Física e as Ciências do Esporte.

Na pesquisa de Marcos Vinicius Cardoso, Fernando A. Fleury e João Manuel Malaia, intitulada “O legado da copa e seu impacto no futuro da cidade de São Paulo”, publicado na revista *Future - StudiesResearchJournal*¹⁹, em 2013, analisa a situação atual dos legados prometidos pelas diversas instâncias de governo para a cidade de São Paulo e projeta quais são os legados que se efetivarão na cidade. Os resultados apontaram que parte das promessas de legado tem boa chance de se concretizar, embora parte com cronogramas atrasados e outras canceladas.

No trabalho de Beatriz Jaguaribe, intitulado “Imaginando a ‘cidade maravilhosa’: modernidade, espetáculo e espaços urbanos”, publicado na revista *Famecos*²⁰ - Mídia, Cultura e Tecnologia, enfoca o

¹⁹ A Revista FUTURE divulga a produção intelectual sobre estudos do futuro e estratégias das organizações, democratizando e valorizando pesquisas acadêmicas inéditas e avanços teóricos e empíricos na área de Administração.

²⁰ Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Avaliação do Qualis CAPES – 2013, área - Ciências Sociais Aplicadas, classificação - A2.

*branding*²¹ contemporâneo da cidade do Rio de Janeiro, enquanto cidade maravilhosa. Explorando as reinvenções da cidade para as Olimpíadas de 2106 e argumentando o que esses eventos internacionais revelam de desejos a uma cidade ideal: espetáculos da modernidade e imaginários midiáticos.

Sobre esta temática, o ME, em parceria com o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), publicou o livro “Legados de Megaeventos Esportivos”, obra que reuniu 65 estudos e/ou pesquisas com o objetivo de levantar origens, pressupostos e pesquisas produzidos no Brasil e no exterior, de modo a ter uma avaliação do estado do conhecimento desta área, sobretudo sobre o seu resultado mais proeminente: “o legado”.

Fernando Augusto Starepravo, Fernando Marinho Mezzadri, Julian de Souza e Wanderley Marchi Júnior, em alguns de seus trabalhos, procuraram diversificar as contribuições teóricas para discussão sobre as políticas públicas para o esporte e lazer.

Starepravo e Mezzadri, após um levantamento do estado da arte (2007), diagnosticaram a necessidade de um aporte teórico mais consistente e buscaram no meio acadêmico autores que permitissem esse diálogo. Publicando no X Simpósio Internacional, realizado em Campinas, o artigo “Algumas Contribuições de Pierre Bourdieu e Norbert Elias à Discussão das Políticas Públicas para o Esporte e Lazer”.

Starepravo, Souza e Marchi Júnior publicaram o artigo “Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Uma Proposta Teórico-Metodológica de Análise”, na revista Movimento. em 2011, buscando contribuir para uma leitura mais apurada, através de alguns pensamentos, conceitos e procedimentos metodológicos, quais são fundamentais para estudos de investigação sociocultural do esporte e do lazer.

Já na publicação “A teoria dos jogos competitivos de Norbert Elias como alternativa à leitura das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil”, em 2012, na Revista Brasileira da Educação Física e Esporte (RBEFE), os autores realizaram um mapeamento da produção científica recente, resultando-se em um conjunto de produções com o predomínio de exposições empíricas, com procedimentos metodológicos bem definidos, embora com diálogo de pouca consistência teórica.

²¹ Branding pode ser definido como o ato de administrar a imagem/marca (BRAND) de uma empresa

A resenha de Bruno Gawryszewski do livro “Esporte e Juventude Pobre: políticas públicas de Lazer na Vila Olímpica da Maré”, de Paula Marcelo Melo, publicado na Revista Movimento, em 2006, o autor apresenta o processo de concepção e implementação do projeto “Vila Olímpica Maré” focalizado no quadro teórico do pensador italiano Antonio Gramsci.

O trabalho de Keni Tatiana Vazzoler Areias e Carlos Nazareno Ferreira Borges, “As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações”, publicado na RBCE, em 2011, constituiu uma tentativa de avaliar o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) a partir de sua eficiência, eficácia e efetividade social, utilizando como indicador um elemento fundamental, nesse tipo de análise, apresentado por Marcelinno (2001): a concepção que os gestores têm de lazer, buscando, assim, identificar a concepção de Lazer que norteia as ações implementadas no município de Vitória-ES.

O trabalho de Nayara Torre de Almeida e Débora Alice Machado da Silva, “O planejamento do ‘Recreio nas Férias’ na cidade Paulista de Americana”, publicado na Revista Motriz, em 2012, constitui num relato de experiência do processo de planejamento e implementação do projeto “Recreio nas Férias” em um dos núcleos do Programa Segundo Tempo (PST), localizado no bairro Vila Jones na cidade Paulista de Americana.

O trabalho de Jonatas Maia da Costa, Fernando Mascarenhas e Ingrid Dittrich Wiggers, “O lazer eclipsado: registros sobre o programa - Escola Aberta”, publicado na Revista Motriz, em 2011, aborda uma experiência do programa “Escola Aberta”, identificando suas principais características e aspectos que se referem ao lugar do lazer. Uma política coordenada pelo Ministério da Educação visando proporcionar a alunos de escolas públicas e suas comunidades atividades no tempo livre dos finais de semana. Isso, todavia, dar-se-á com o desenvolvimento de oficinas de cultura, esporte, lazer e trabalho, como ações complementares às de educação formal.

A pesquisa de Alessandra Dias Mendes e Paulo Henrique Azevêdo “Políticas públicas de esporte e lazer & políticas públicas educacionais: promoção da educação física dentro e fora da escola ou dois pesos e duas medidas?” publicado na RBCE, em 2010, comparou-se a histórica precariedade da educação física escolar frente ao quadro de crescimento das políticas públicas de esporte e lazer, com projetos sociais esportivos no Brasil. Constatou-se através de uma revisão bibliográfica o caminho que conduziu cada um dos referidos campos. Os

resultados evidenciaram que a utilização do esporte e do lazer ocorre ora como mercadoria ora como pseudo direito social.

Fernando Augusto Starepravo, Fernando Renato Cavichioli, Leôncio José de Almeida Reis e Wanderley Marchi Júnior, no artigo “E assim criou-se a rede: aspectos técnicos, políticos e epistemológicos envolvidos na criação e desenvolvimento da rede CEDES” publicado na Revista Movimento, em 2014, buscaram, neste estudo, analisar aspectos técnicos, políticos e epistemológicos relacionados ao surgimento e desenvolvimento da Rede Cedes, tendo como base documentos, publicações e entrevistas de gestores envolvidos na Rede.

Resumidamente, essas foram algumas características presente em vários artigos: a avaliação, a execução, a comparações entre políticas, ou seja, relato das experiências sobre programas e projetos aplicados em diversas partes do país pelos diversos níveis governamentais e alguns estudos que procuram estabelecer uma fundamentação teórica ao tema.

Para Starepravo e Mezzadri (2007),

“a produção de conhecimento na área de políticas públicas para o esporte e lazer está quase exclusivamente voltada ao relato de experiências. Os autores publicam, através de artigos e livros, relatos sobre suas experiências enquanto gestores e coordenadores de projetos.

Sobre o tema específico desta pesquisa, gastos em esporte e lazer, encontramos somente uma dissertação que trabalhou com este assunto. A pesquisa de Lia PolegatoCastelan, com o título, “As Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da Política Esportiva e de Lazer do Governo Lula (2003-2010)”, em 2011. Este trabalho traz elementos para reflexão sobre o alcance das Conferências Nacionais do Esporte como espaço deliberativo para formulação de políticas públicas, fazendo uma análise sobre os gastos realizados pelo ME.

Relatando uma mudança no direcionamento das diretrizes dos gastos, após a realização da terceira CNE, em relação entre as outras duas conferências realizadas anteriormente, comprovando a heterogeneidade do campo esportivo brasileiro.

“Diferentes pessoas e entidades, com interesses por vezes antagônicos, confrontam-se ou aliam-se

de forma dinâmica em um campo de disputa política que mistura desde interesses pessoais até disputas ideológicas relativas à compreensão do papel do Estado e das políticas sociais. Todas as disputas e heterogeneidades do campo estão expressas nos dispositivos políticos, nas resoluções de Conferências, nos documentos de Fóruns, na análise das peças orçamentárias, nos discursos oficiais, enfim, em todas as ações do Estado relativas ao esporte e lazer”. (CASTELAN, 2011, p. 28).

Constatando que as deliberações aprovadas nas Conferências, os documentos, as leis, as peças orçamentárias e os gastos realizados confirmam o predomínio dos investimentos em uma manifestação (alto rendimento) em detrimento as outras (escolar e participação).

Despertando a atenção para uma pequena produção sobre o tema “gasto em esporte e lazer”, quando comparamos com o universo de pesquisa sobre políticas públicas para o esporte e lazer, observamos, todavia, que o tema possui uma relevância na discussão da agenda esportiva, servindo de incentivo para o desdobramento desta pesquisa.

4.3 O Ciclo Orçamentário e Avaliação de Políticas Públicas

A Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, estabelece as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e no seu art. 20 descreve que os investimentos deverão ser discriminados na Lei de Orçamento segundo os projetos de obras e de outras aplicações.

De acordo com a lei, o CO (Ciclo Orçamentário) passa por quatro fases que devem ser executadas para completar o processo orçamentário, devendo passar pela elaboração, pela apreciação e aprovação (do Legislativo); pela execução e controle dos gastos do Estado (União, Estados, dos Municípios e do Distrito Federal) e pelos mecanismos de controle.

A primeira, a elaboração ou planejamento, é a fase onde se realiza o diagnóstico, a identificação dos recursos disponíveis, as necessidades, elaborando, assim, a proposta orçamentária. Nesta etapa, define o plano de ação onde são tomadas decisões fixando metas, estabelecendo as prioridades de ação.

Considerada como o primeiro instrumento de gestão, Chiavenato (2009) afirma que o “planejamento é a função administrativa que determina antecipadamente quais são os objetivos almejados e o que deve ser feito para atingi-los de maneira eficiente e eficaz, isto é, com o mínimo de recursos e com o máximo de rendimento”. Nesta fase, perante a Lei, devem ser elaborados o Plano Plurianual (PPA): a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamento Anual (LOA), indicando as fontes de recursos que o Poder Executivo utilizará para atender a sua demanda.

A segunda, após a elaboração do projeto da Lei Orçamentária, é o encaminhamento ao Poder Legislativo à apreciação, onde será analisado, discutido, passando por alterações (emendas), e, após a sua aprovação, retorna ao Poder Executivo.

A terceira fase é a execução, onde são organizados os cronogramas de dispêndios de acordo com as sazonalidades que, concomitantemente, é acompanhado, sobretudo pelos mecanismos de controle (Internos e Externos). Segundo Chiavenato (2009), “o papel da organização é exatamente distribuir, alocar, arranjar, agrupar, reunir, dividir o trabalho, especializar para que todas as atividades (...) sejam executadas da melhor maneira possível”.

A quarta fase, o controle, ocorre concomitantemente ao planejamento e a execução. Nesta fase é que se evidencia o papel de fiscalização da administração ou o controle interno, destacado no parágrafo único do art. 70.

Art. 70 – [...]

Parágrafo único: Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

E no Art. 75 da mesma Lei,

Art. 75. O controle da execução orçamentária compreenderá:

I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;

II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;

III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços".

Nesta fase são apreciados e auditados os dados sobre as execuções por órgãos da administração, o controle interno, com vistas a (re)alimentar e fiscalizar o processo. "Na realidade, o controle acompanha todas as etapas do processo de administração, desde o planejamento, organização e direção. (...) por meio do controle o administrador completa o ciclo integral do seu trabalho". (CHIAVENATO, 2009, p. 103).

No transcorrer do processo de execução, obtém-se informações que auxiliam o controle ou a avaliação de programas que estão sendo ou já foram executados, constituindo o ciclo orçamentário. Faz parte desse processo o acompanhamento de órgãos externos à administração, como o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a sociedade civil.

O controle interno e o externo subsidiam o processo de avaliação das políticas públicas em todas as fases, desde o planejamento (a formulação), a implementação (execução), sustentando as decisões sobre a manutenção ou interrupção (reformulações) dessas ações, transformando-se num instrumento importante para a melhoria do gasto público, proporcionando qualidade na gestão e no controle do Governo.

A relação entre Estado e Sociedade propicia um mecanismo pelo qual, pelo menos em tese, permite a participação dos cidadãos no direcionamento e no controle, o chamado controle social. De uma forma simplificada, através do controle da execução do ciclo orçamentário, temos a possibilidade de avaliar políticas públicas. "Com isso, a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública". (FREY, 2000, p. 229).

Pode-se afirmar, a princípio, que o processo de avaliação é um instrumento para a melhoria da eficiência do gasto, da qualidade da gestão, do controle interno, do controle social sobre a ação do Estado, este último instrumentalizado pela publicização de resultados das ações de governo.

Conforme conceitua a UNICEF (1990), avaliação é o processo que engloba um exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho,

implementação e resultados, com vistas à determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e a relevância de seus objetivos.

A avaliação de política pública caracteriza-se como um meio de acompanhar e indicar aos governos prováveis mudanças ou redirecionamento no comportamento ou desempenho de uma política, visto que, no geral, o objetivo de uma avaliação é o de produzir conhecimento e, assim, oferecer informações para o Poder público acerca dos impactos alcançados.

Para Marta Arretche (1998) é necessário, primeiramente, distinguir a intenção ou abordagem do processo de avaliação, entendendo que pode haver uma análise da política ou uma avaliação da política, pois cada uma das distintas abordagens avaliativas pressupõe diferentes instrumentos de operação e conclusão.

Por análise de políticas, entende-se o exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos dos programas, buscando reconstituir as diversas características e formas para compreender o todo (Figueiredo & Figueiredo, apud Arretche, 1998, p. 2). Qualquer política pública pode ser formulada e implementada de diversas maneiras, por um (in)determinado desenho institucional, com alguns resultados prováveis; somente a análise desta política poderá constatar uma relação de causalidade entre programas e o sucesso ou fracasso dessa realização, ou ainda, o impacto sobre a situação social prévia à sua implementação.

Por avaliação política, entende-se “a elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra” (Figueiredo & Figueiredo, apud Arretche, 1998, p. 4). Neste sentido, a avaliação política pode ressaltar o caráter político do processo decisório que implicou na adoção de uma dada política ou os valores e critérios políticos nelas identificáveis. A avaliação examina os pressupostos e fundamentos políticos de um determinado curso de ação pública, independentemente de sua engenharia institucional e de seus resultados prováveis.

Portanto, a particularidade da avaliação ou análise de política pública consiste na adoção de métodos e técnicas de pesquisa que permitam estabelecer uma relação de causalidade entre um programa y e um resultado x, ou ainda, que, na ausência do programa x, não teríamos o resultado y (Figueiredo & Figueiredo, apud Arretche, 1998, p. 3).

A literatura sobre avaliação de política pública costuma “distingui-las em termos de sua efetividade, eficácia e eficiência; distinção esta que é basicamente um recurso analítico destinado a

separar aspectos distintos dos objetivos e por consequência, da abordagem e dos métodos e técnicas de avaliação”. (ARRETCHE, 1998, p.3).

Por avaliação de efetividade, entende-se o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados, isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação (Figueiredo & Figueiredo apud ARRETCHE, 1998, p. 4). É precisamente na avaliação de efetividade que a distinção entre avaliação e análise torna-se mais clara e necessária, devido à necessidade de demonstrar que os resultados encontrados na realidade social estão causalmente relacionados, isto é, a necessidade de distinguir entre os produtos de uma política e seus resultados.

Por avaliação de eficácia, entende-se a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos (Figueiredo & Figueiredo apud Arretche, 1998, p. 5). Esta avaliação pode ser feita entre, por exemplo, as metas propostas e as metas alcançadas pelo programa ou entre os instrumentos previstos para sua implementação e aqueles efetivamente empregados. Certamente, a mais utilizada e aplicada nas avaliações de políticas públicas, por ser aquela mais factível e menos onerosa para ser utilizada.

Por avaliação de eficiência, entende-se a avaliação da relação entre o esforço empregado na implementação de uma política e os resultados alcançados (Figueiredo e Figueiredo apud Arretche, 1998, p. 6). Avaliação de eficiência se caracteriza como um meio possível de indicar aos governos a necessidade de mudança ou redirecionamento do desempenho de uma política, visto que, no geral, o objetivo desta avaliação é o de produzir conhecimento e assim oferecer informações acerca dos impactos ou não das medidas adotadas para os gestores públicos elevarem a eficiência da gestão pública.

A avaliação da eficiência é, possivelmente, a mais necessária e a mais urgente de ser desenvolvida por causa dos desafios enfrentados na expansão dos direitos sociais. Dessa forma, a produção e divulgação de resultados de avaliações que utilizam critérios rigorosos, e sejam tecnicamente bem elaboradas, permitem exercer o controle sobre a eficiência da política pública.

O processo orçamentário é um instrumento que possibilita avaliar políticas públicas, isto significa que, através dos gastos públicos, podemos compreender os investimentos públicos, permitindo acompanhar todas as fases do processo, desde o planejamento, a elaboração, a execução e o controle, produzindo relatórios que

demonstram a alocação dos recursos, servindo de instrumento de avaliação dessas políticas.

Apesar de a maioria das práticas de avaliação ser desenvolvida como mero controle dos gastos, existem tendências para a produção da avaliação como um instrumento de controle social a partir de abordagens que enfatizam a análise do contexto social, econômico, político, cultural e organizacional (estrutura, dinâmica, relações de poder, interesses e valores), com o objetivo de melhorar as práticas governamentais, tornando-as transparentes à sociedade.

Nessa perspectiva, a análise e a avaliação podem servir como um instrumento para o exercício da cidadania, uma vez que as informações geradas e publicizadas podem possibilitar segmentos sociais organizados afim de exercer o controle social das políticas. Caracterizando esta pesquisa como uma análise das política públicas para o esporte e lazer.

5. A ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Gastos em Esporte e Lazer dos Municípios de Minas Gerais

Para esta análise, as fontes dos recursos públicos que foram levantados sobre os gastos em esporte e lazer, foram aqueles que englobam as despesas realizadas na esfera municipal para a consecução dos objetivos relacionados à rubrica. Este montante demonstra o valor bruto dos gastos realizados, constando nestes os valores repassado pela União ou Estados, para execução de projetos e/ou programas em parcerias.

Uma vez sistematizados os dados sobre os gastos em esporte e lazer, analisamos os dados utilizando medidas estatísticas simples, para revelar tendências e proporções dos gastos. O Gráfico 02 ilustra o montante aplicado em esporte e lazer pelos municípios, dados obtidos no IPEA e TCE-MG.

Constatamos que foram gastos na rubrica de esporte e lazer pelos municípios de Minas Gerais durante o período de cinco anos R\$1.416.939.214,78; com uma média anual de R\$ 283.387.842,96. No Gráfico 02, observamos a variação do montante dos recursos aplicados na função esporte e lazer pelos municípios mineiros no período de 2008 a 2012.

Gráfico 2 - Montante aplicado no esporte e lazer, acumulado de 2008 a 2012

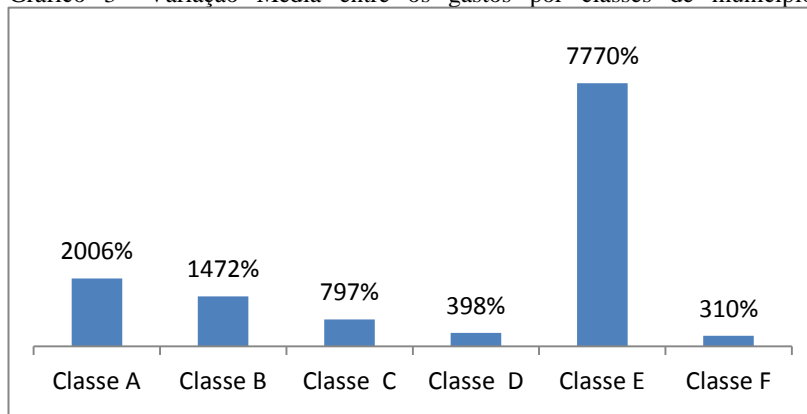


Fonte: IPEA/TCE-MG

Observamos uma crescente nos gastos em esporte no decorrer deste período, apesar que, de 2008 para 2009, tivemos uma redução de 24%, mas quando comparamos 2010 com 2008, verificamos um aumento de 8%. Na sequência, houve um aumento de 20% de 2010 para 2011; de 5% de 2011 para 2012. Quando comparamos o valor do ano de 2012 com o de 2008, constatamos um aumento de 36% nos gastos efetuados pelos municípios mineiros, (re)afirmando o crescente investimento na função esporte e lazer.

Os gastos capturados demonstram que houve um aumento no valor bruto investido, porém, com uma grande variação nos gastos efetuados pelos municípios. Verificamos que os gastos realizados pelos municípios mineiros não possuem uma uniformidade, resultando numa variação dos gastos realizados por ano, conforme verificamos no gráfico 03.

Gráfico 3 –Variação Média entre os gastos por classes de municípios



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Percebemos que os municípios das Classes F e D (vide gráfico 03) tiveram uma menor variação, 310% e 398%, representam, assim, uma grande variação. Os municípios das classes C, com 797%; classe B, com 1472%; classe A, com 2006% e da classe E, com 7770%, demonstrando uma “gigantesca” variação. Esta variação reforça e evidência uma inconsistência nos investimentos nesta rubrica.

A ausência de regularidade constatada nos gastos em esporte e lazer é recorrente em todos os níveis da classificação dos municípios, bem como em todo o período. Em parte, isso demonstra uma carência nas diretrizes das políticas, que garantam, por parte do Estado, a

universalização ao acesso ao esporte e lazer. Podendo ser uma consequência, também, da falta da vinculação obrigatória de um percentual a ser aplicado nesta rubrica pelos municípios. Evidenciando um inconsistência nas políticas públicas no país para o esporte e lazer.

Segundo Linhares e Pereira Filho (1999), o poder público no Brasil, ao elaborar políticas públicas de esporte e lazer, protagonizou e, ainda protagoniza, políticas setoriais cuja prática tem sido populista, clientelista, baseada na barganha eleitoral e, ainda, em algumas gestões públicas personalistas, centralizadoras e autoritárias, inviabilizando os projetos que visam à construção de uma sociedade mais democrática.

Rodrigues (2010) afirma em sua tese que “não há uma preferência de períodos para a alocação desses recursos. (...). Com isso, não há clareza quanto aos objetivos nem às intenções de tais investimentos”.

A tabela 04 mostra a evolução dos gastos médios na função desporto e lazer pela classificação dos municípios, observando um crescimento quando comparamos o último ano da amostra, com o primeiro ano, conforme demonstramos:

Tabela 4 - Variação dos gastos médios

Classificação	ANO 2008	ANO 2012	% de
Classe A	96.817,81	140.786,32	45,41%
Classe B	176.719,12	222.174,36	25,72%
Classe C	488.335,98	555.659,61	13,79%
Classe D	1.120.853,8	1.567.493,24	39,85%
Classe E	808.561,85	1.587.849,76	96,38%
Classe F	4.410.210,8	6.697.820,12	51,87%

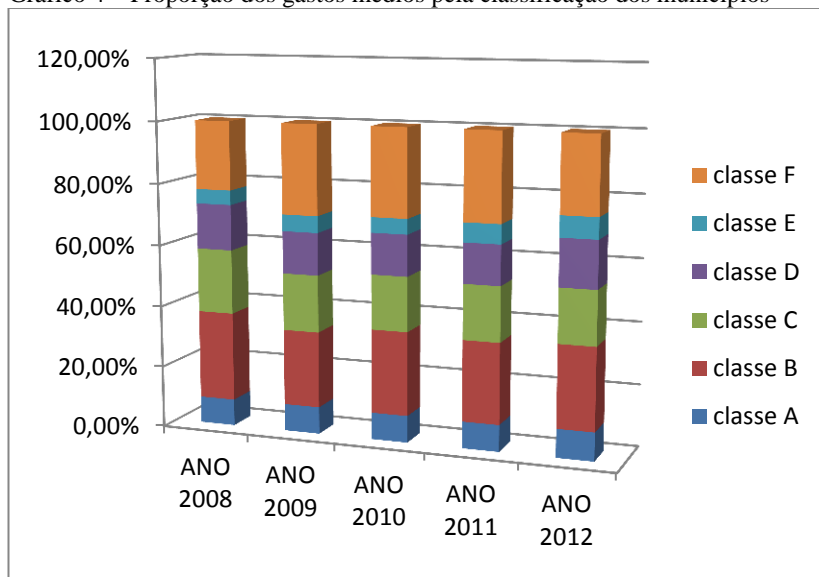
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Os municípios da classe A tiveram um aumento de 45,41%; os da classe B tiveram um aumento de 25,72%; os da classe C tiveram um aumento de 13,79%; os da classe D tiveram um aumento de 39,85%; os da Classe E tiveram um aumento de 96,38% e os da classe F tiveram um aumento de 51,87% no valor dos gastos médios efetuados, o que permite trabalhar com a hipótese de que as condições econômicas dos municípios de maior porte (classe E e F) permitiram uma maior destinação de recursos para o esporte e lazer.

O gráfico 04 permite observar a proporção dos gastos efetuados em esporte e lazer de acordo com a classificação de município por ano. Em média, os municípios da classe A e da classe E efetuaram 8,77% e

5,61% dos gastos, respectivamente, provando, assim, que esses municípios, proporcionalmente, investiram menos nesta função. Os municípios da classe D efetuaram 13,97% em gastos, seguidos pelos municípios da classe C, com 18,42% dos gastos. Os municípios da classe B e F foram os que mais investiram, cerca 26,62% e 26,61%, respectivamente.

Gráfico 4 – Proporção dos gastos médios pela classificação dos municípios



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Outro registro é a evolução dos gastos realizados pelos municípios mineiros de acordo com a classificação dos municípios. A tabela 05 mostra o montante de gastos efetuados no período de 2008 a 2012 por classe e por ano.

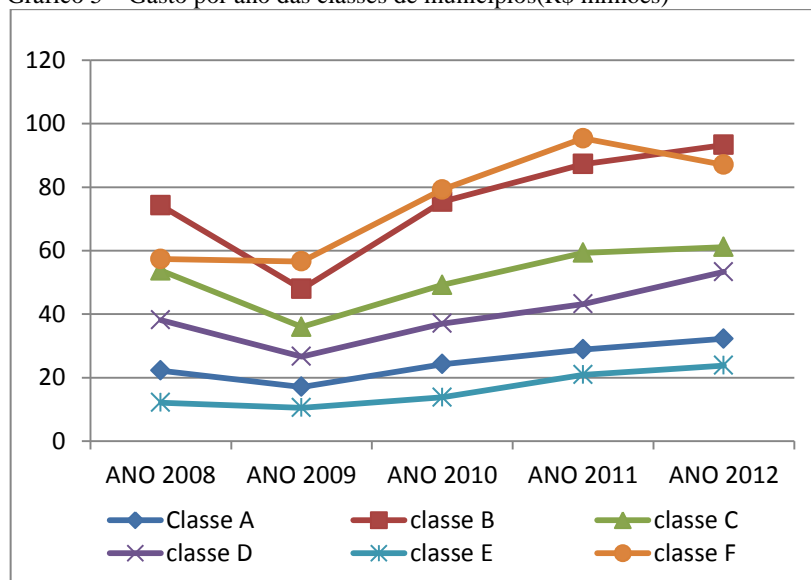
Tabela 5 – Evolução dos gastos pela classificação dos municípios

	ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012
classe A	22.171.279,36	17.054.036,42	24.231.000,93	28.844.899,52	32.240.066,51
classe B	74.222.031,91	47.913.707,72	75.426.867,64	87.235.222,95	93.313.229,84
classe C	53.716.957,66	35.982.961,62	49.202.658,53	59.292.681,30	61.122.556,84
classe D	38.109.030,43	26.619.278,91	37.019.253,15	43.198.088,64	53.294.770,22
classe E	12.128.427,79	10.481.132,88	13.762.064,48	20.900.331,39	23.817.746,42
classe F	57.332.741,49	56.611.744,36	79.235.852,59	95.386.931,78	87.071.661,50

Fonte: Elaborado pelo autor a partir banco de dados geral

No gráfico 05, observamos a linha de variação dos investimentos por ano e pela classificação dos municípios, e constatamos que os municípios da classe E foram os municípios que menos investiram em esporte e lazer seguidos pelos municípios da classe A, classe D, classe C e classe F, sendo que, em média, formaram os municípios da classe B, os que mais realizaram gastos na rubrica esporte e lazer.

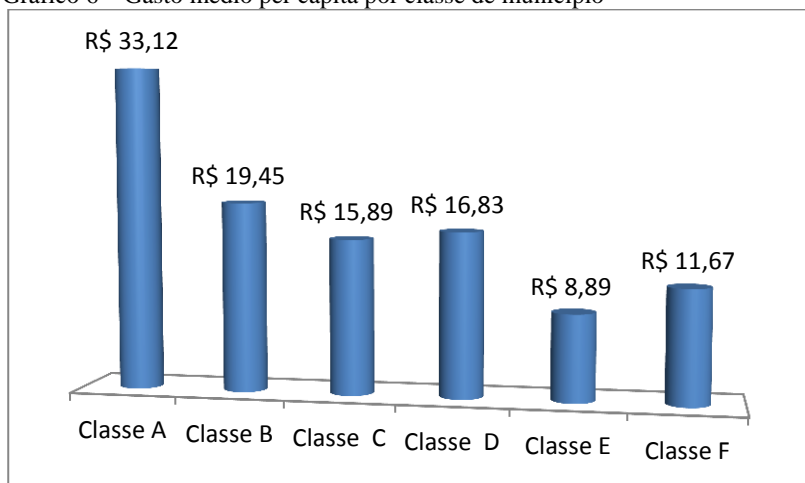
Gráfico 5 – Gasto por ano das classes de municípios(R\$ milhões)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

O gráfico 06 demonstra, em contra partida, que os gastos médio *per capita* dos municípios da classe A foram três vezes maiores que os municípios da classe E, quase o triplo da classe F e/ou o do dobro das demais classes de municípios. Demonstrando que os municípios menores, de 0 a 5.000 habitantes, classe A, foram os que mais realizaram gastos na rubrica esporte e lazer.

Gráfico 6 – Gasto médio per capita por classe de município



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2 Análises das Correlações entre os gastos e os índices e indicadores

Segundo Richardson (1999 *apud* Espíndola, 2008, p.124), “os estudos que procuram investigar a correlação entre variáveis são fundamentais para as Ciências Sociais, pois permitem constatar, simultaneamente, grande número de variáveis e, por meio de técnicas estatísticas de correlação, explicando o grau pelo qual diferentes variáveis estão relacionadas. O estudo da correlação pode ainda indicar possíveis fatores causais que podem ser posteriormente testados em estudos experimentais”. Isso significa que poderemos descrever as relações entre os gastos em esporte e lazer com os índices desenvolvimento humano e indicadores socioeconômicos.

Fazer correlações estatísticas, num estudo da natureza deste trabalho, orienta a possibilidade da produção de um saber objetivo e, também, clássico na Sociologia, isto é, a sugestão/indicação de uma relação causa/efeito entre duas variáveis; claro que antecedida e orientada por um pressuposto teórico e testada de acordo com o rigor do método estatístico para que possa ser legitimada.

Especificamente, em relação aos gastos públicos, sabemos que existem condicionantes legais que determinam a distribuição dos mesmos (ex.: 25% para educação), ou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não permite gastos acima de 60% com pessoal. Mas, analisar as

ações governamentais utilizando os recursos metodológicos do gasto público tem sua eficácia na medida em que, mesmo nos exemplos supracitados, permite perceber: o peso de determinados gastos na estrutura administrativa (ex. segurança, saúde, educação, esporte etc.); as opções político-partidárias dos gestores eleitos; políticas públicas federais; as ações públicas prometidas em campanha; ações que se tornaram objeto de pressões populares (ex. creches, quadras poliesportivas etc.).

Mesmo que determinados gastos não tenham sido determinados, necessariamente, por fatores acima, citados, é possível perceber se existem variáveis que tenha alguma correlação com gastos públicos, como é o caso do esporte e lazer. Em outras palavras, se no estudo, o incremento de gastos em esporte e lazer ocorreu em função de algum fator oportunista (estímulo de uma empresa ou personalidade) regra geral em que algumas variáveis pressionam, ou deveriam pressionar o incremento de gastos nesta área.

Assim, pressupõe-se que os gastos em esporte e lazer deveriam ser direcionados para a manifestação de esporte escolar, conforme está descrito no inciso segundo do artigo 217 da CF, que estabelece as normais gerais do Estado em relação ao esporte e lazer. Nesta seção demonstramos as relações existentes ou não, analisando os coeficientes de correlação por grupo de índices e/ou indicadores selecionados para o estudo.

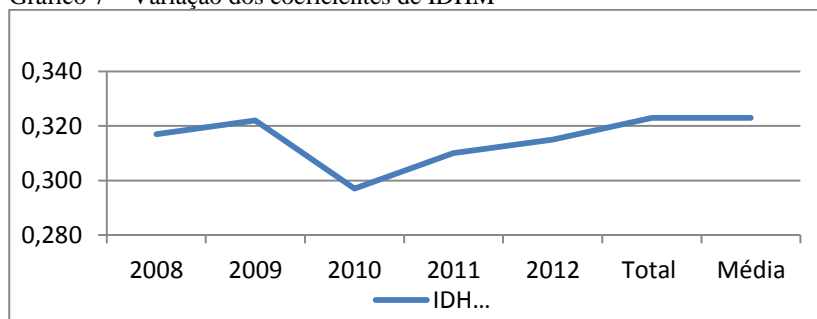
5.2.1 Índices de Desenvolvimento Humano – IDH

O *Índice de Desenvolvimento Humano* ou *IDH* global que é uma medida geral e sintética, serve de referência para acompanhar o desenvolvimento humano, sendo constituída por três dimensões que propiciam o desenvolvimento humano: a educação, a renda e a longevidade.

O *IDH* brasileiro segue as mesmas diretrizes do *IDH-global*, no entanto, vai além, adequando a metodologia ao contexto brasileiro pela disponibilidade de indicadores nacionais, transformando, assim, no *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)*, onde compara as três dimensões importantes para o desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável (longevidade), ter acesso ao conhecimento (educação) e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas (renda).

O gráfico 07 demonstra a linha com a variação dos coeficientes de correlação do *IDHM*, verificando os coeficientes observamos que o valor total e o gasto médio ($r=0,323$) são iguais e com maior valor, demonstrando que existe relação entre o *IDHM* e os gastos em esporte e lazer, ou seja, seguem no mesmo sentido com um grau médio, possuindo um alto nível de significância estatística. É importante destacar que o esporte e lazer são componentes importantes no processo de educação e de promoção da saúde, assim, interferem nos indicadores que compõem o índice do *IDHM*; portanto, quando se investe em esporte e lazer, poderá melhorar esse índice dos municípios.

Gráfico 7 – Variação dos coeficientes de IDHM



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.2 IDHM – Educação

O *IDHM-Educação* é um dos indicadores que compõem o *IDHM* e é formado pela média geométrica de índices de escolaridade da população adulta e da frequência da população jovem.

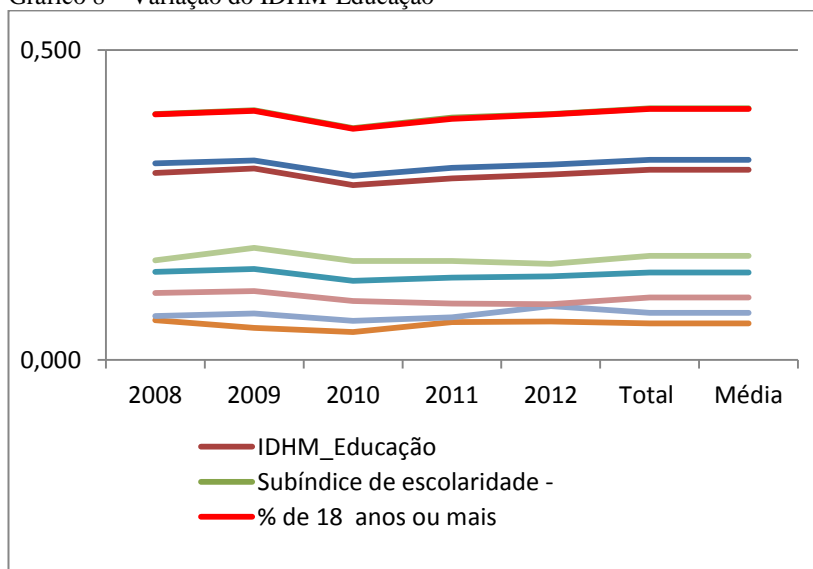
O gráfico 08 mostra a linha de variação dos coeficientes de correlação de *IDHM-Educação*, analisando o coeficiente de correlação do *IDHM-Educação* ($r=0,307$). Percebemos que a relação entre o *IDHM* e os gastos é positiva de grau médio, ou seja, seguem para o mesmo sentido, possuindo um alto nível de significância estatística.

Analisamos que os coeficientes de correlação dos indicadores que constituem o *IDHM-educação*, percebemos que o coeficientes do *subíndice de escolaridade* ($r=0,406$) e o *percentual de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo* ($r=0,405$) possuem uma relação positiva de grau médio, ou seja, interferem positivamente no aumento do *IDHM-educação*. Isso indica que o esporte e lazer interferem no

processo de educação, pois a correlação indica uma relação positiva e reafirma que os gastos em esporte e lazer pressionam positivamente no índice *IDHM* dos municípios.

Já os coeficientes de correlação do *subíndice de frequência escolar* ($r=0,141$); o *percentual de 5 a 6 anos na escola* ($r=0,059$); o *percentual de 11 a 13 anos nos anos finais ou com médio completo* ($r=0,076$); o *percentual de 15 a 17 anos com fundamental completo* ($r=0,101$) e o *percentual de 18 a 20 anos com médio completo* ($r=0,168$) possuem uma relação positiva, porém fraca. Demonstrando uma pequena pressão dos gastos em esporte e lazer por esta demanda, aqueles alunos que estão ainda na escola, ou seja, os gastos realizados em esporte e lazer pelos municípios podem não estão sendo efetuados ou direcionados para a demanda escolar.

Gráfico 8 – Variação do IDHM-Educação



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

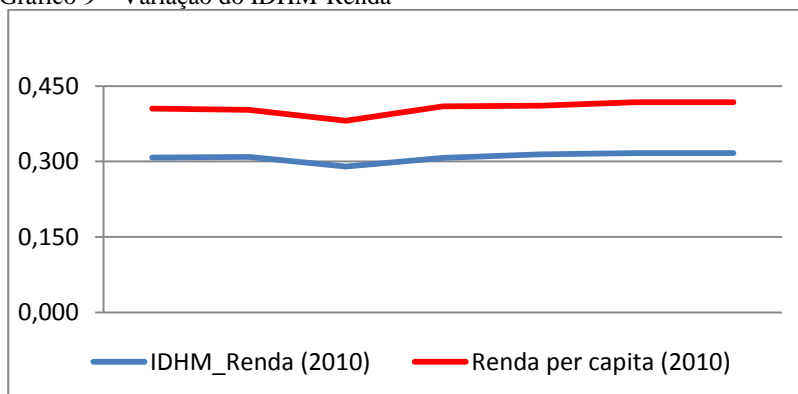
5.2.3 IDHM – Renda

O *IDHM-Renda* é outro indicador que compõe o *IDHM* e é composto basicamente pela a renda per capita média, ou seja, a renda mensal dos indivíduos residentes em determinado município; medindo a

capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do município.

O gráfico 09 mostra as linhas de variação dos coeficientes de correlação, percebemos, neste gráfico, a existência de uma relação positiva de grau médio e com significância estatística, indicando que quanto maior for a renda da população maior será a influência dessa demanda nos gastos, reafirmando o item anterior 6.2.2, de que os gastos efetuados em esporte e lazer pressionam os índices que aferem o desenvolvimento humano dos municípios.

Gráfico 9 – Variação do IDHM-Renda



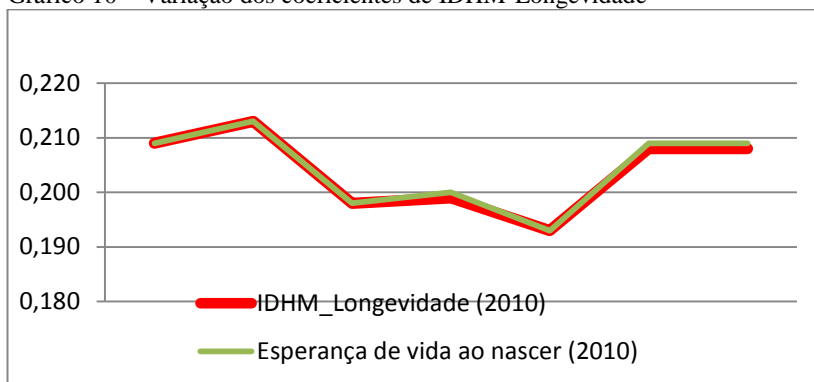
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.4 IDHM - Longevidade

O *IDHM-Longevidade* o terceiro componente do *IDHM*, composto pelos indicadores de longevidade e de esperança de vida ao nascer. Considera a esperança de vida ao nascer, o número médio de anos que as pessoas vivem nos municípios a partir do nascimento.

O gráfico 10 mostra a linha de variação dos coeficientes de correlação do *IDHM-longevidade* ($r=0,208$) e de *esperança de vida ao nascer* ($r=0,209$), analisando-os percebemos que existe uma relação positiva com grau fraco e com significância estatística, indicando que essa demanda da população pressiona pouco os gastos em esporte e lazer.

Gráfico 10 – Variação dos coeficientes de IDHM-Longevidade



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

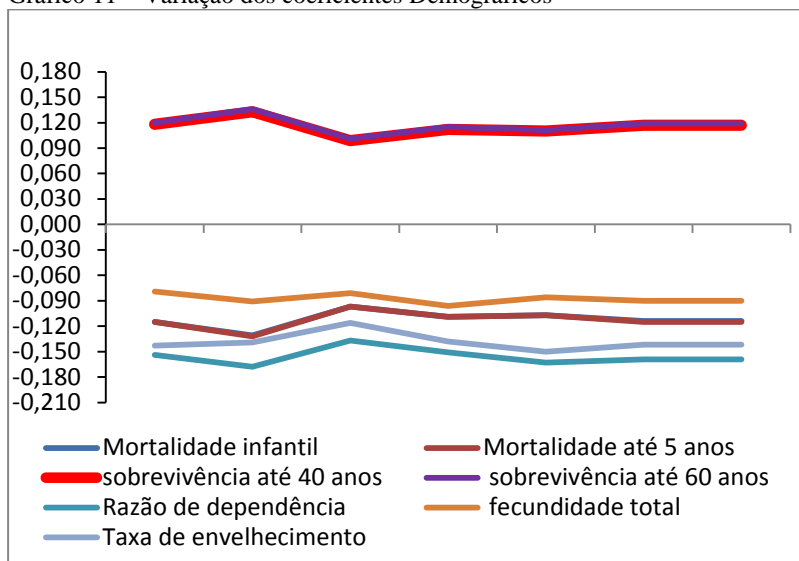
5.2.5 Indicadores Demográficos

Os indicadores demográficos destacados e utilizados pelo Atlas Brasil são: *fertilidade* (número médio de filho que mulheres em estado fértil podem ter), a *sobrevivência de vida de crianças e adultos* e *probabilidade de sobrevivência até 40 anos ou acima dos 65 anos*.

O gráfico 11 demonstra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores demográficos, ao analisá-los percebemos que o índices de *probabilidade de sobrevivência até 40 e 60 anos* ($r=0,117$) e ($r=0,119$), respectivamente, possuem um relação positiva com grau fraco, reafirmando que os indicadores de longevidade e expectativa de vida, aqueles que representam a demanda da “melhor idade”, pressionam pouco os gastos em esporte e lazer.

Os coeficientes *mortalidade infantil* ($r= -0,114$); *mortalidade até 5 anos de idade* ($r= -0,115$); *razão de dependência* ($r= -,159$); *taxa de fecundidade total* ($r=-0,090$) e *taxa de envelhecimento* ($r= -0,142$) possuem uma relação negativa com grau fraco e com significância estatística, indicando que esses indicadores não pressionam os gastos em esporte e lazer.

Gráfico 11 – Variação dos coeficientes Demográficos



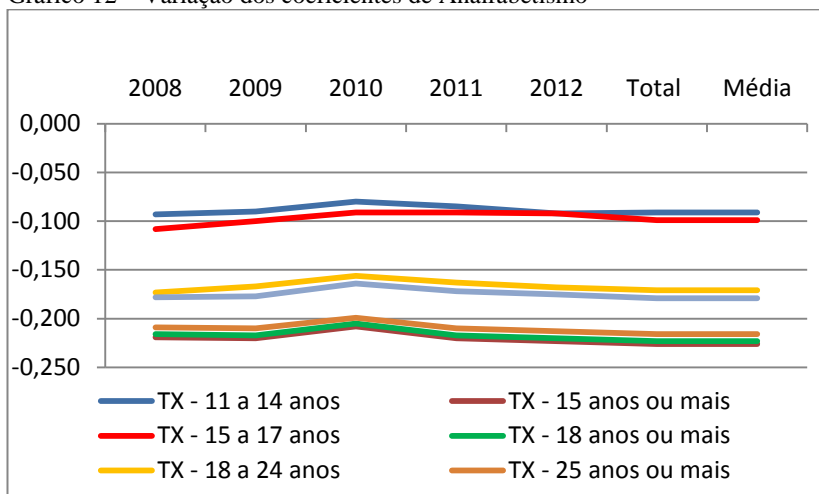
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.6 Indicadores de analfabetismo

Os indicadores de analfabetismo verificam a razão da população, em várias faixas etárias, que não sabe ler e nem escrever um bilhete simples.

O gráfico 12 mostra a linha de variação dos coeficientes de correlação das *taxas de analfabetismo*. Ao analisarmos os coeficientes, percebemos que possuem uma relação negativa de grau fraco e com significância estatística, demonstrando que esta demanda da população, não pressiona os gastos em esporte e lazer.

Gráfico 12 – Variação dos coeficientes de Analfabetismo



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

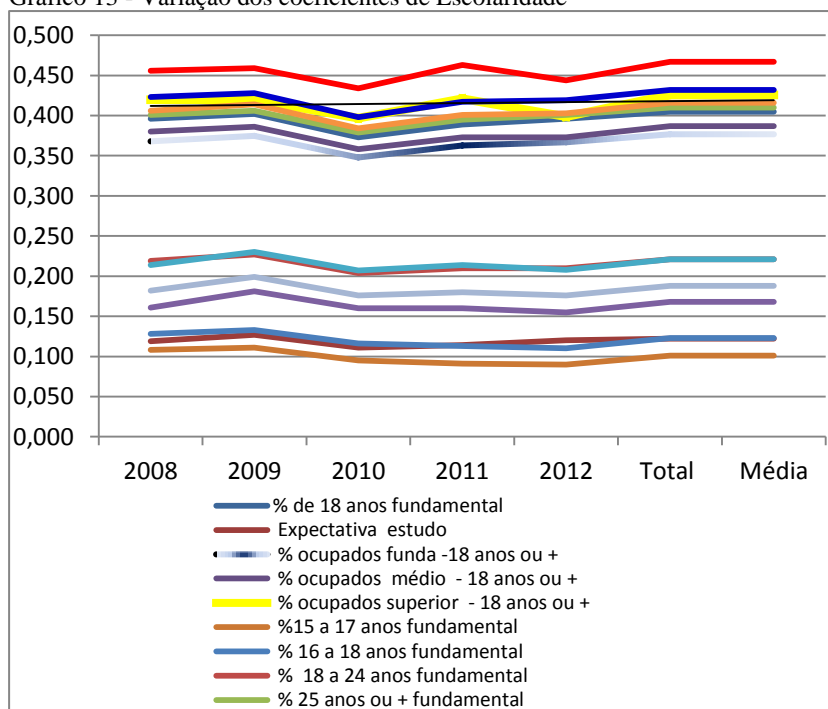
5.2.7 Indicadores de Escolaridade

Os indicadores de escolaridade aferem o nível de escolaridade, a expectativa de anos de estudo e os percentuais de ocupados com 18 anos ou mais de idade. O gráfico 13 mostra as linhas dos coeficientes de correlação dos indicadores de escolaridade. Percebemos que os coeficientes de *percentual de 18 anos ou mais, com ensino fundamental completo* ($r=0,405$); *percentual dos ocupados, com fundamental completo - 18 anos ou mais* ($r=0,377$); *percentual dos ocupados, com médio completo - 18 anos ou mais* ($r=0,387$); *percentual dos ocupados, com superior completo - 18 anos ou mais* ($r=0,426$); *percentual de 25 anos ou mais, com fundamental completo* ($r=0,410$); *percentual de 18 a 24 anos, com médio completo* ($r=0,221$), *percentual de 18 anos ou mais, com médio completo* ($r=0,416$); *percentual de 25 anos ou mais, com superior completo* ($r=0,467$) e *percentual de 25 anos ou mais, com médio completo* ($r=0,432$) possuem uma relação positiva com grau médio e com significância estatística.

Indicando que essa demanda da população, que possui um grau de instrução ou formação (escolaridade), associado a ocupação (trabalho) pressionam ou interferem os gastos, exercendo maior pressão nos gastos realizados em esporte e lazer e no desenvolvimento de políticas públicas para o setor.

Os demais coeficientes de correlação sobre *expectativa de anos de estudo* ($r=0,1229$), *percentual de 15 a 17 anos, com fundamental completo* ($r=0,101$); *percentual de 16 a 18 anos, com fundamental completo* ($r=0,123$) e *percentual de 18 a 20 anos, com médio completo* ($r=0,168$) possuem uma relação positiva de grau fraco e com significância estatística, indicando que essas demandas pressionam pouco os gastos realizados em esporte e lazer.

Gráfico 13 - Variação dos coeficientes de Escolaridade



5.2.8 Indicadores de Frequência Escolar Bruta e Líquida

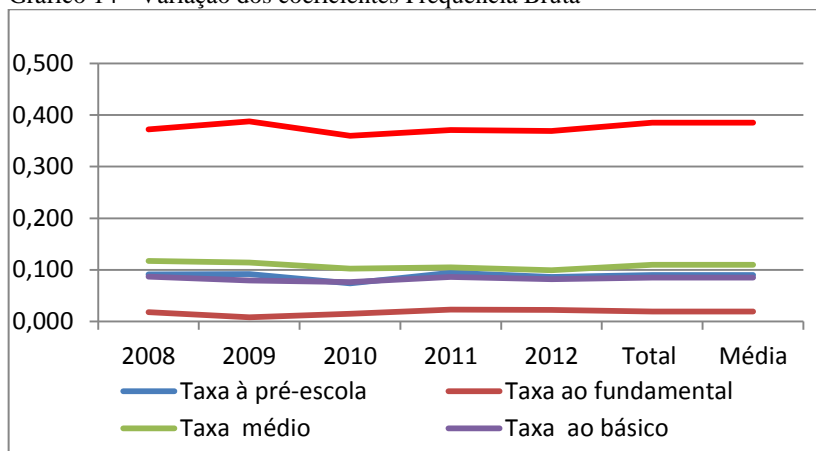
Os indicadores de educação que aferem a *frequência bruta* e a *frequência líquida*, identificam a razão entre o número total de pessoas por nível escolar e a população por faixa etária, que estão frequentando a escola. O gráfico 14 demonstra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores de *frequência bruta* e no gráfico 15, os indicadores de *frequência líquida*.

Os coeficientes demonstram que, em sua maioria, uma relação próxima de zero, indicando uma relação nula ou muito fraca, reafirmando que os indicadores de educação (item 6.2.7), não contemplam o universo escolar, ou seja, que os gastos em esporte e lazer efetuados pelos municípios não são direcionados ou são executados para a demanda da população que está na idade correta e/ou matriculado. Com isto, não queremos afirmar que não hajam financiamentos em esporte e lazer no ambiente escolar, mas que os mesmos possam ser registrados nas rubricas de gastos em educação.

Levantando a hipótese de que os gastos realizados em esporte e lazer não estão atendendo a manifestação esportiva escolar, contrariando assim, o segundo parágrafo do Art. 217 da CF, que descreve que “a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento”.

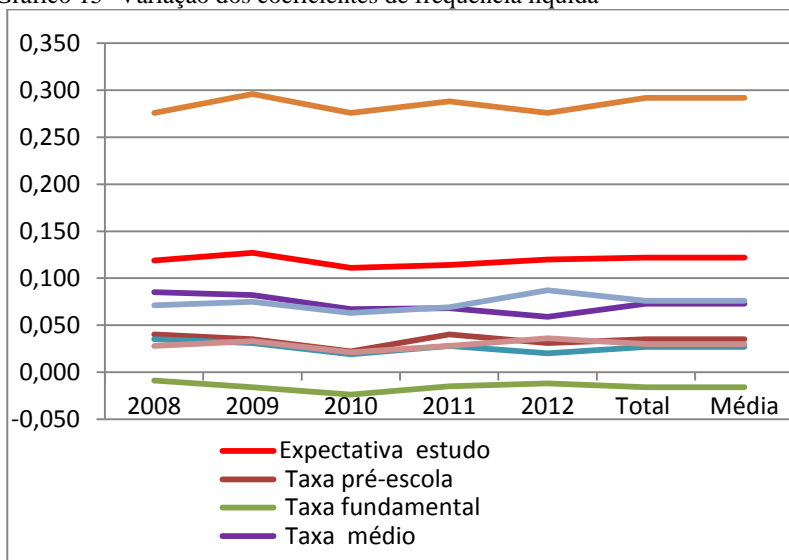
Os indicadores *taxa de frequência bruta ao superior* ($r=0,385$) e a *taxa de frequência líquida ao superior* ($r=0,292$) demonstraram um coeficiente de correlação positivo, com de grau médio e com significância estatística, reafirmando o item anterior, que indica que o grau de instrução ou formação (escolaridade) pressionam gastos efetuados em esporte e lazer, e que esses gastos são realizados com uma demanda da população que está não esta frequentando escola.

Gráfico 14 - Variação dos coeficientes Frequência Bruta



Fonte: Elaborado pelo autor a partir banco de dados geral

Gráfico 15 -Variação dos coeficientes de frequência líquida



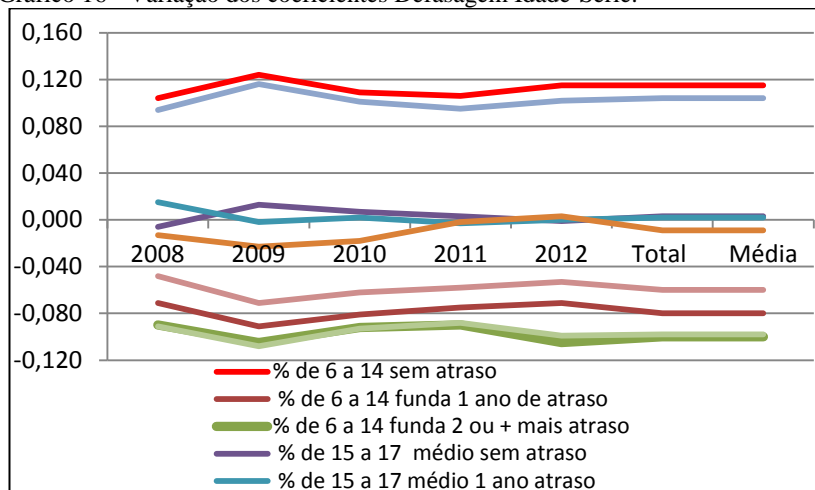
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.9 Indicadores Defasagem Idade-série e Idade-nível

Os indicadores de educação sobre *defasagem idade-série* aferem o percentual da população que está atrasado em relação à idade-série, em várias faixas etárias, e os indicadores sobre *defasagem idade-nível* aferem o percentual da população que está atrasado em relação à idade-nível, em várias faixas etárias.

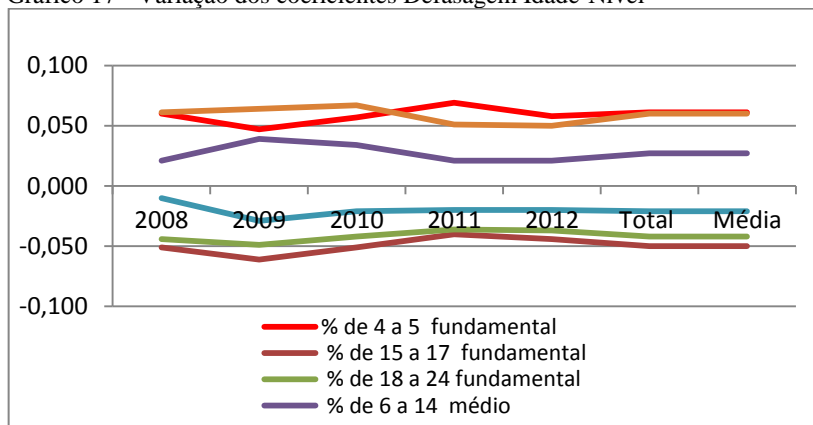
O gráfico 16 demonstra a variação dos coeficientes de correlação dos indicadores idade-série e o gráfico 17 os indicadores idade-nível. Ao analisá-los, percebemos que, em sua maioria, demonstram uma relação próxima de zero, indicando uma relação nula ou muito fraca e com pouca significância, reafirmando o item 6.2.6, de que os gastos efetuados em esporte e lazer pelos municípios não contemplam a demanda da população em idade escolar, ou seja, aquela que encontrasse matriculada na escola, contrariando o dispositivo constitucional, que determina a priorização dos gastos públicos na manifestação esportiva escolar.

Gráfico 16 - Variação dos coeficientes Defasagem Idade-Série.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Gráfico 17 - Variação dos coeficientes Defasagem Idade-Nível



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

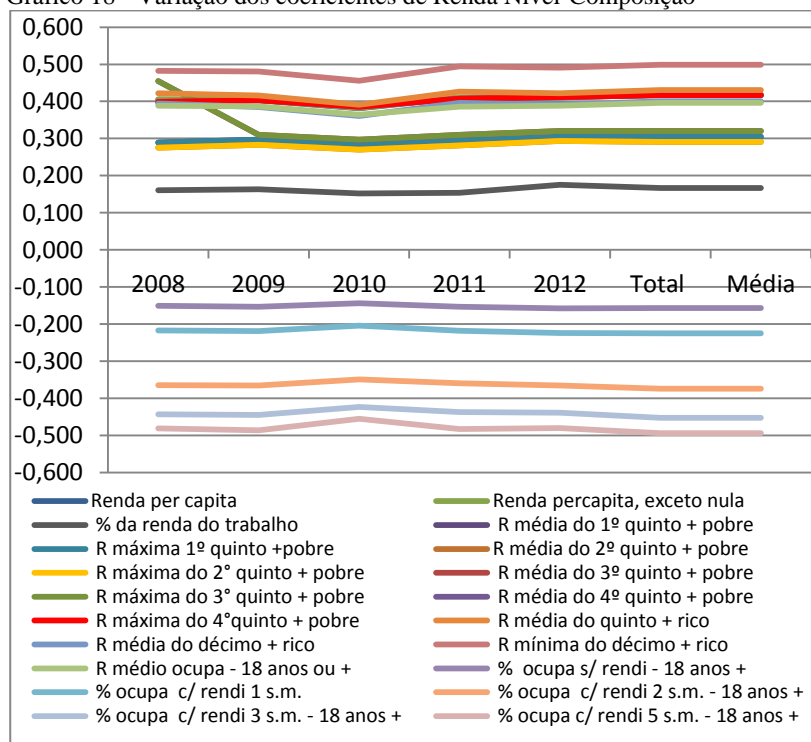
5.2.10 Indicadores de Renda – Nível/Composição

O gráfico 18 demonstra a linha dos coeficientes de correlação de *renda por nível e composição*. As linhas demonstram que a maioria dos indicadores possui uma relação positiva média e com significância estatística, indicando que os gastos em esporte e lazer efetuados pelos

municípios, relacionam com a demanda que possui renda, interferindo nesses indicadores.

Alguns indicadores, principalmente os que representam os *ocupados com rendimentos (trabalho)*, possuem uma relação negativa média e com significância, demonstrando que o público que possui um patamar de renda não pressiona ou não participa dos gastos realizados em esporte e lazer. Provavelmente, por utilizarem serviços particulares, contrariando também, o dispositivo constitucional que prevê atender todas as manifestações esportivas (escolar, de participação e de alto rendimento). Também é importante considerar que este indicador *renda per capita*, não expressa as desigualdades no interior dos grupos de maior ou menor renda, sendo, portanto, um indicador de pouca eficácia analítica, apesar de ser muito usual.

Gráfico 18 - Variação dos coeficientes de Renda Nível-Composição

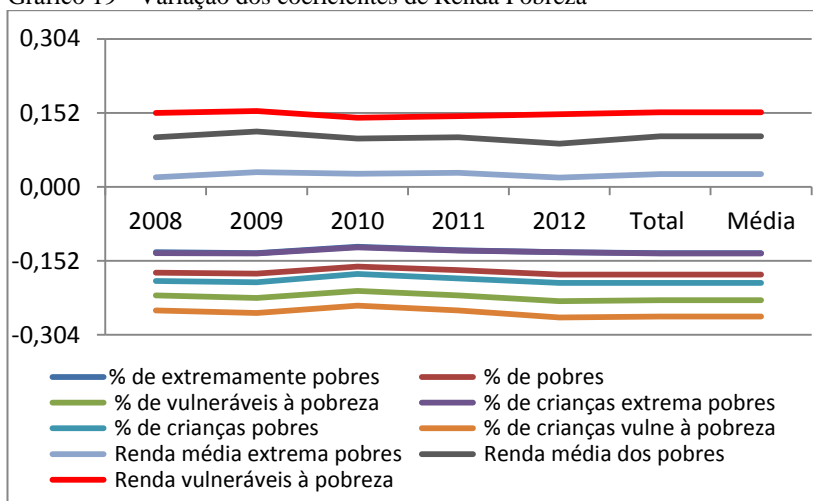


Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.11 Indicadores de Renda – Pobreza

O gráfico 19 mostra a linha de variação dos coeficientes de correlação de *renda-pobreza*, demonstrando uma relação negativa, variando entre fraca e média com significância estatística. Indicando que esses indicadores não pressionam os gastos realizados em esporte e lazer pelos municípios, levantando a hipótese de que essa demanda social, que possui baixa renda, não possui acesso ao serviços oferecido pelos municípios.

Gráfico 19 - Variação dos coeficientes de Renda Pobreza



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.12 Indicadores de Renda – Desigualdade

Os indicadores de *renda por desigualdade* aferem a proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior equivalente a 1/3 do salário mínimo. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

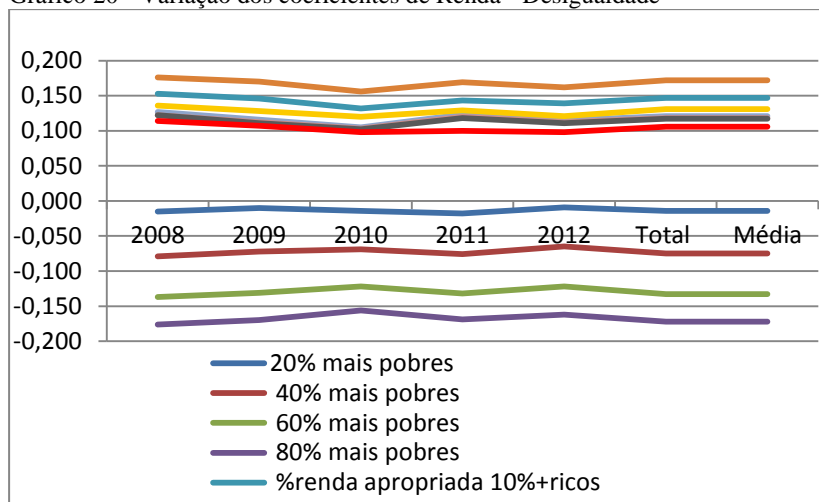
O indicador da *razão 20% mais ricos/40% mais pobres* mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita. Compara a renda per capita média dos indivíduos pertencentes ao quinto mais rico dessa distribuição com a renda per capita média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres.

Índice de Theil – L mede a desigualdade na distribuição de indivíduos, segundo a renda domiciliar per capita, excluindo aqueles com renda domiciliar per capita nula. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda domiciliar per capita dos indivíduos.

Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos, segundo a renda per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade a renda entre os indivíduos, a 1, quando a desigualdade é completa.

O gráfico 20 mostra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores *de renda por desigualdade*. Percebemos que os indicadores que medem o *percentual dos mais pobres 20% mais pobres* ($r=-0,014$); *percentual dos mais 40% mais pobres* ($r=-0,075$); *percentual dos mais 60% mais pobres* ($r=-0,133$) e *percentual dos mais 80% mais pobres* ($r=-0,172$) possuem coeficientes negativos com grau fraco e com significância, demonstrando pouca ou nenhuma relação com os gastos, indicando que esta demanda não pressiona os gastos, reafirmando os indicadores anterior (item 6.2.11), que essa demanda social não pressiona os gastos realizados ou não são atendidos por serviços que proporcionam à prática de esporte e lazer. Os demais indicadores demonstram coeficientes positivos, porém com um grau fraco, reforçando a fraca ou a inexistência de relação entre essas variáveis.

Gráfico 20 - Variação dos coeficientes de Renda - Desigualdade



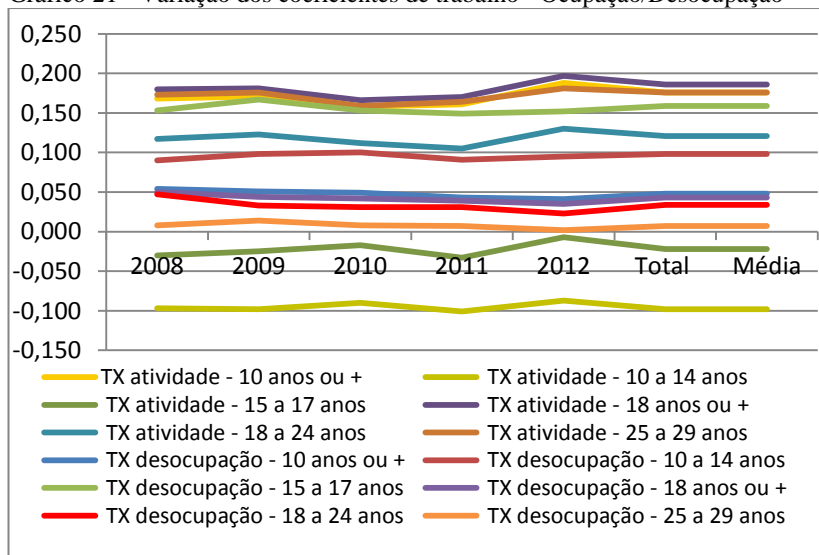
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.13 Indicadores de Trabalho – Ocupação/Desocupação

Os indicadores de trabalho por ocupação aferem a razão entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade que eram economicamente ativas, ou seja, que estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do Censo. Considera-se desocupada a pessoa que não esteja ocupada na semana de referência.

O gráfico 21 demonstra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores de *trabalho por ocupação e desocupação*. Percebemos que os coeficientes dos indicadores estão próximos a zero, indicando uma relação nula ou muito fraca. Os indicadores da *Taxa de atividade - 10 a 14 anos* e *Taxa de atividade - 15 a 17 anos* apresentam coeficientes negativos e de grau fraco, seguindo num sentido contrário, demonstrando que essas faixas etárias, provavelmente, que ainda esteja matriculada, dentro da escola, não pressionam os gastos efetuados em esporte e lazer.

Gráfico 21 - Variação dos coeficientes de trabalho - Ocupação/Desocupação

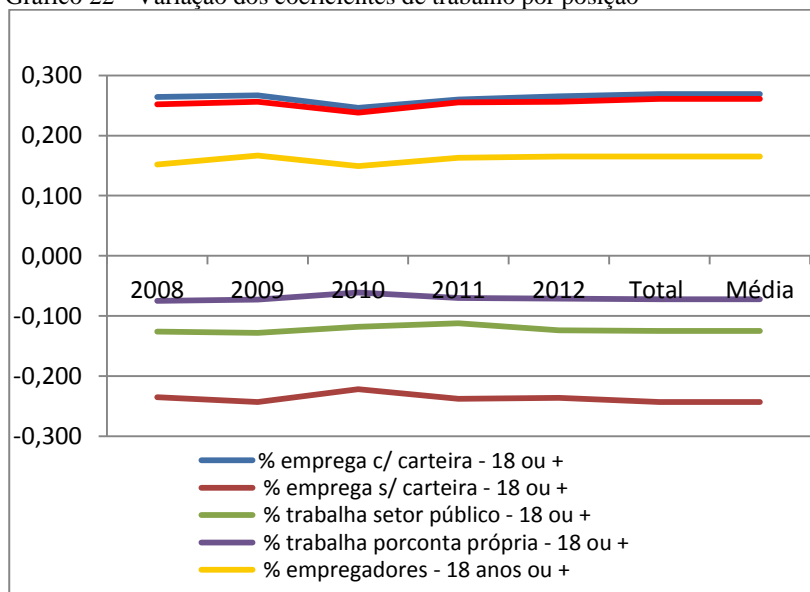


Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.14 Indicadores de Trabalho – Posição/Ocupação

Os indicadores de *trabalho por posição* aferem o posicionamento entre as pessoas de 18 anos ou mais de idade que eram economicamente ativas. O gráfico 22 demonstra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores de trabalho por posição; indicam que os coeficientes de correlação do *percentual empregados sem carteira - 18 anos ou mais*, *percentual de trabalhadores do setor público - 18 anos ou mais* e *percentual de trabalhadores por conta própria - 18 anos ou mais* são negativos e com um grau fraco. Os coeficientes de correlação do *percentual de empregados com carteira - 18 anos ou mais*, *percentual empregadores - 18 anos ou mais* e *Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais*, possuem uma relação positiva, porém, com grau fraco. Indicando que essa demanda social não pressiona esses gastos ou não são atendidas por serviços ofertados por políticas públicas do setor.

Gráfico 22 - Variação dos coeficientes de trabalho por posição

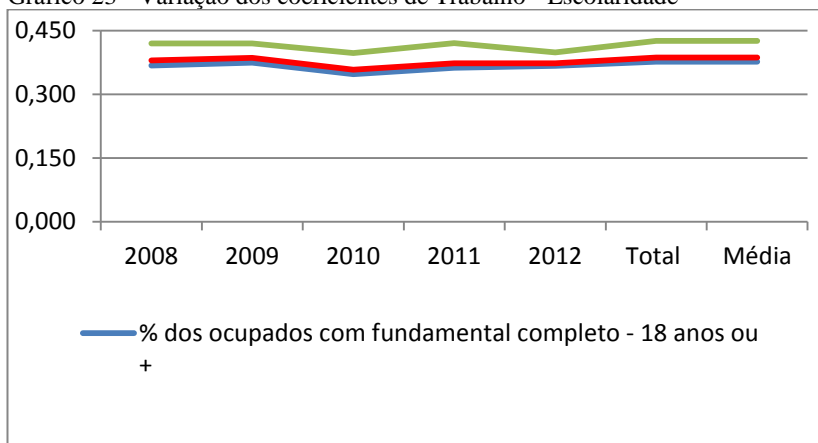


Fonte: Elaborado pelo autor a partir banco do dados geral

5.2.15 Indicadores de Trabalho – Escolaridade

Os indicadores de trabalho por escolaridade medem o percentual dos ocupados por nível de escolaridade. O Gráfico 23 demonstra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores de trabalho por escolaridade, apresentam uma relação positiva, com grau médio e com significância estatística. Reafirmando o item 6.2.6, que indica que a demanda social que possui o nível de formação ou instrução (escolaridade) associado a ocupação (trabalho) pressionam os gastos efetuados por serviços em esporte e lazer.

Gráfico 23 - Variação dos coeficientes de Trabalho - Escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.16 Indicadores de Trabalho – Setor

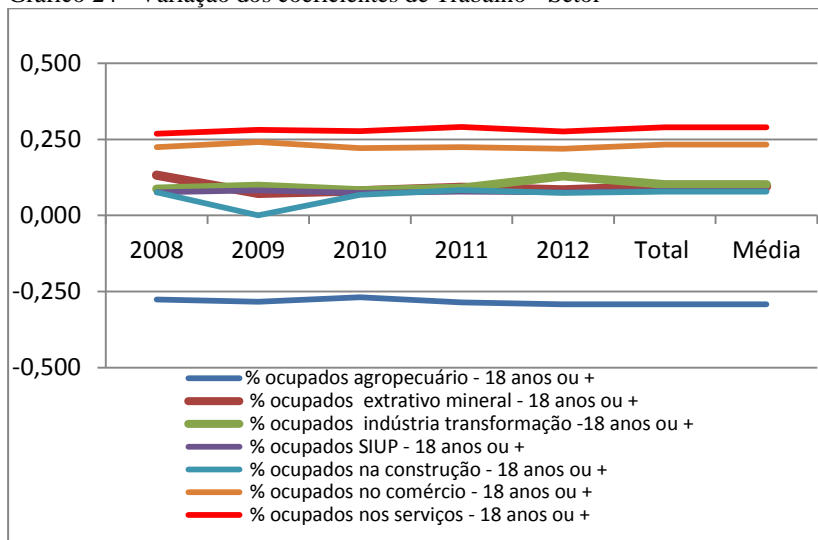
Os indicadores de trabalho por setor medem o percentual dos ocupados por setor de atuação. O Gráfico 24 demonstra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores *de trabalho por setor*, os coeficientes de correlação do percentual dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais, indicando uma relação negativa, com grau fraco e com significância estatística, demonstrando que os gastos em esporte e lazer não atingem a demanda da população que trabalha no setor agropecuário.

Os demais indicadores demonstram uma relação positiva com um grau fraco, demonstrando que essas demandas da população, de

diversos setores e ocupados não pressionam os gastos realizados pelos municípios em esporte e lazer.

O indicadores de trabalho por ocupação/desocupação e alguns indicadores por setor demonstraram uma correlação fraca ou inexistente; já alguns, os indicadores de trabalho por setor e os indicadores por escolaridade, mostraram um correlação positiva e média, indicando que o público adulto, ocupado no setor privado e com maior grau de escolaridade (instrução), é quem mais pressiona os gastos em esporte e lazer. Não necessariamente com maior renda. Ficando frustrada a expectativa que esporte e lazer não tenha maiores associações com jovens de ensino médio, trabalhando, (fora da escola), ou trabalhadores mais pobres ou idosos; enfim, os grupos vulneráveis fora do ambiente escolar.

Gráfico 24 - Variação dos coeficientes de Trabalho - Setor



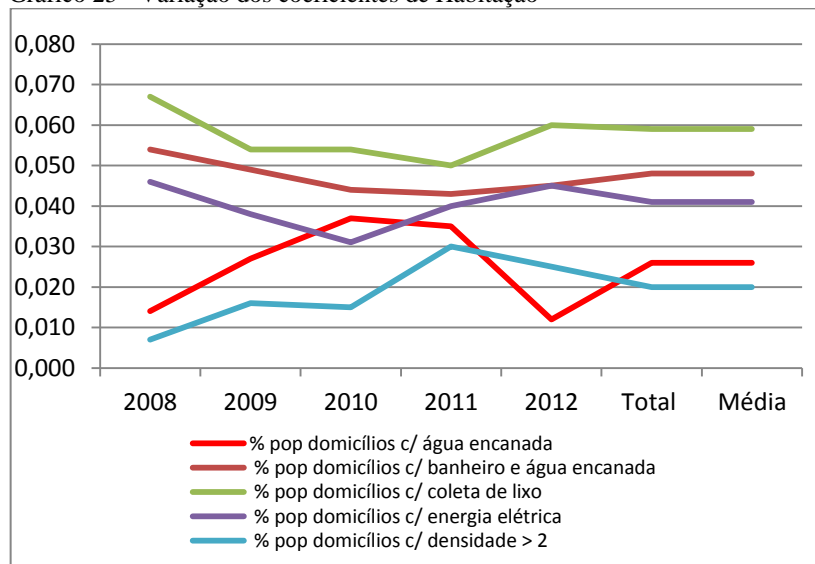
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.17 Indicadores de Habitação

Os indicadores de habitação aferem o percentual da população que vivem em domicílios urbanos em determinadas condições ou estrutura. O Gráfico 25 mostra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores de habitação, analisando esses coeficientes, percebemos que esses coeficientes estão próximo a zero ou com grau

fraco de correlação, indicando que as condições ou estrutura dos domicílios urbanos não pressionam os gastos realizados em esporte e lazer pelos municípios.

Gráfico 25 - Variação dos coeficientes de Habitação

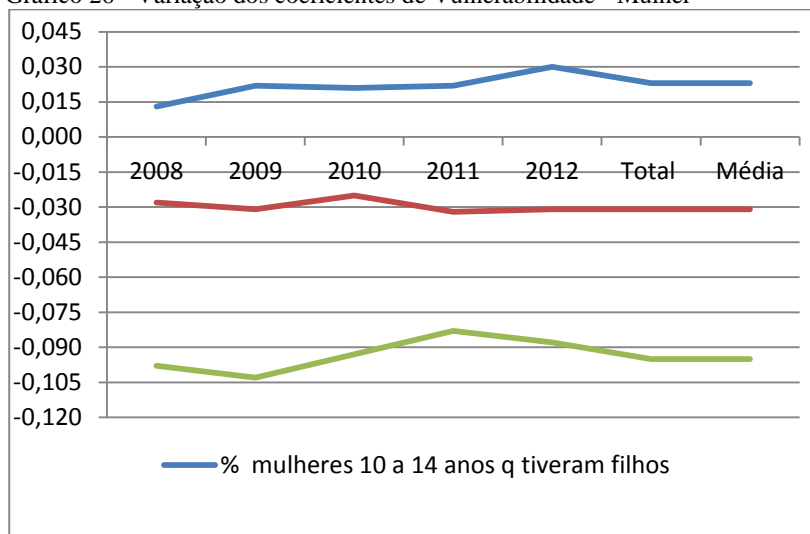


Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.18 Indicadores de Vulnerabilidade - Mulher

O Gráfico 26 mostra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores de *vulnerabilidade-mulher*. Ao analisarmos os coeficientes, percebemos que o *percentual de mulheres de 10 a 14 anos, que tiveram filhos*, e, o *percentual de mulheres de 15 a 17 anos, que tiveram filhos*, é próximo a zero, indicando que a correlação é nula ou inexistente. Os coeficientes *percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos* é negativo, com grau fraco e com significância. Esses coeficientes de correlação demonstram que esses indicadores não são pressionados pelos gastos em esporte e lazer, indicando que os gastos em esporte e lazer não se associam com esta demanda da sociedade.

Gráfico 26 - Variação dos coeficientes de Vulnerabilidade - Mulher

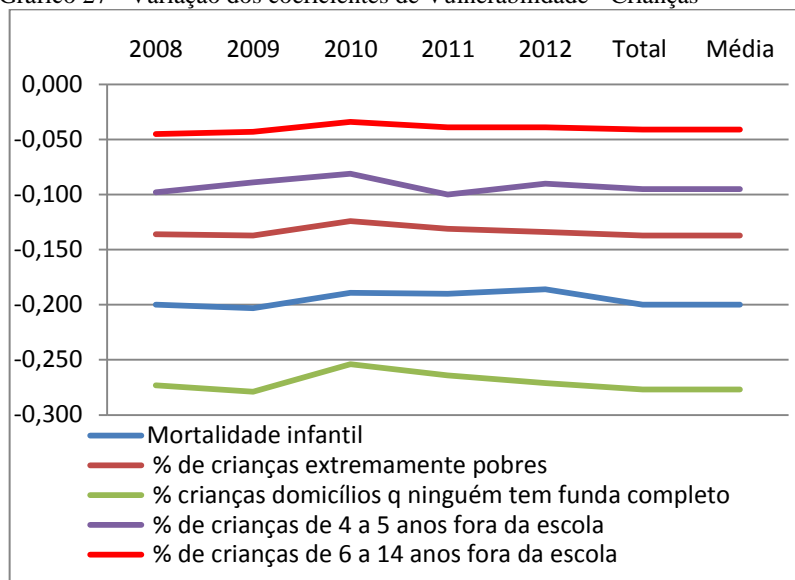


Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.19 Indicadores de Vulnerabilidade - Crianças

Os indicadores de vulnerabilidade de crianças aferem as condições econômicas e o nível de escolaridade da família. O Gráfico 27 demonstra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores de *vulnerabilidade-criança*. Ao analisarmos os coeficientes, percebemos que a *mortalidade infantil*, *percentual de crianças extremamente pobres*; *percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola* e *percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola*, possuem uma correlação negativa de grau fraco. Os coeficientes de *percentual de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo* possui o valor de $r=-0,277$, ficando próximo a uma classificação de grau médio e negativa.

Gráfico 27 - Variação dos coeficientes de Vulnerabilidade - Crianças

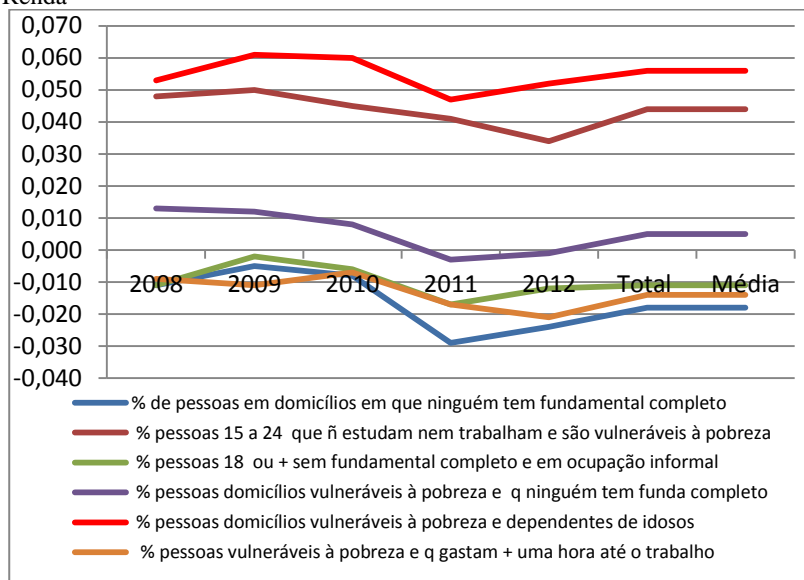


Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.20 Indicadores de Vulnerabilidade – Educação-Trabalho-Renda

Os indicadores de vulnerabilidade aferem a razão entre pessoas que vivem em domicílios que ninguém tem ensino fundamental e sem ocupação formal. O Gráfico 28 mostra a linha de variação dos coeficientes de correlação desses indicadores. Ao analisarmos, percebemos que todos são próximo a zero indicando a inexistência de correlação desses indicadores com os gastos realizados em esporte e lazer, ou seja, eles não pressionam ou essa demanda social não é assistida por políticas públicas para o esporte e lazer.

Gráfico 28 - Variação dos coeficientes de VulnerabilidadeEducação-Trabalho-Renda



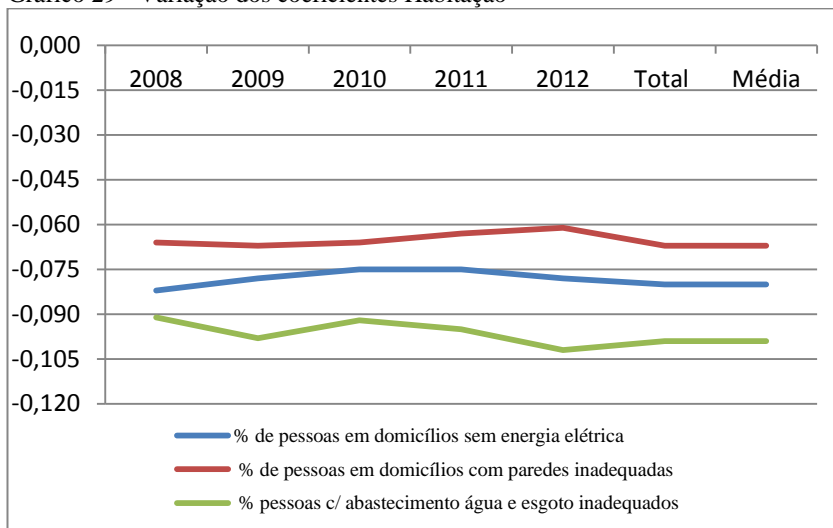
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.21 Indicadores de Vulnerabilidade – Habitação

Os indicadores de vulnerabilidade por habitação aferem a razão de pessoas que habitam domicílios sem energia elétrica, com falta de estrutura e de domicílios que não possuem água tratada e esgoto. O Gráfico 29 mostra a linha de variação dos coeficientes. Ao analisá-lo, percebemos que a correlação é negativa e de grau fraca, indicando uma fraca relação desses indicadores com os gastos em esporte e lazer, ou seja, de que eles não pressionam os gastos.

Esses resultados encontrados nos indicadores de vulnerabilidade social, frustraram as expectativas levantadas, de que esporte e lazer são fenômenos importantes no desenvolvimento humano e na arquitetura da sociedade, quando identificamos que os financiamentos realizados possuem pouca ou nenhuma relação com os indicadores dessas demandas da sociedade que estão em vulnerabilidade.

Gráfico 29 - Variação dos coeficientes Habitação

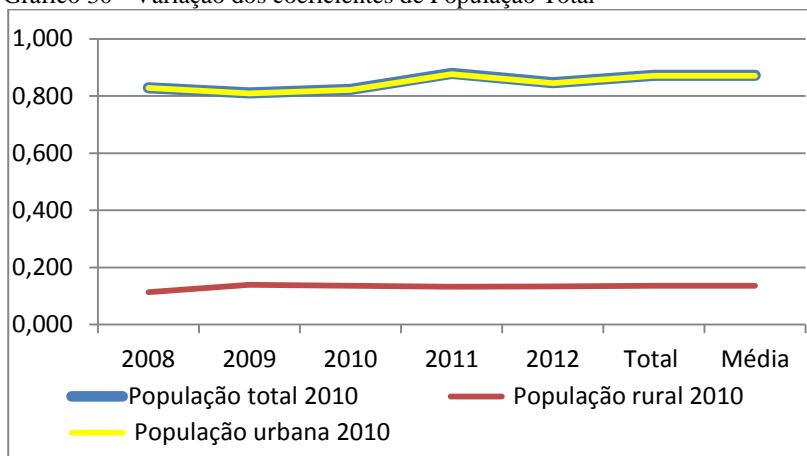


Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.22 Indicadores de População – Total Domicílio

Os indicadores de população aferem por local de domicílio. O Gráfico 30 mostra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores. Ao analisá-lo, percebemos que os coeficientes de *população urbana* são positivos e de grau forte com significância estatística e os coeficientes de *população rural* são positivos, porém, com grau fraco, demonstrando que a população urbana pressiona mais os gastos em esporte e lazer do que a população rural. Indicando que esta demanda da população não possui o acesso aos serviços oferecidos por políticas públicas que proporcionam a prática de esporte e lazer.

Gráfico 30 - Variação dos coeficientes de População Total

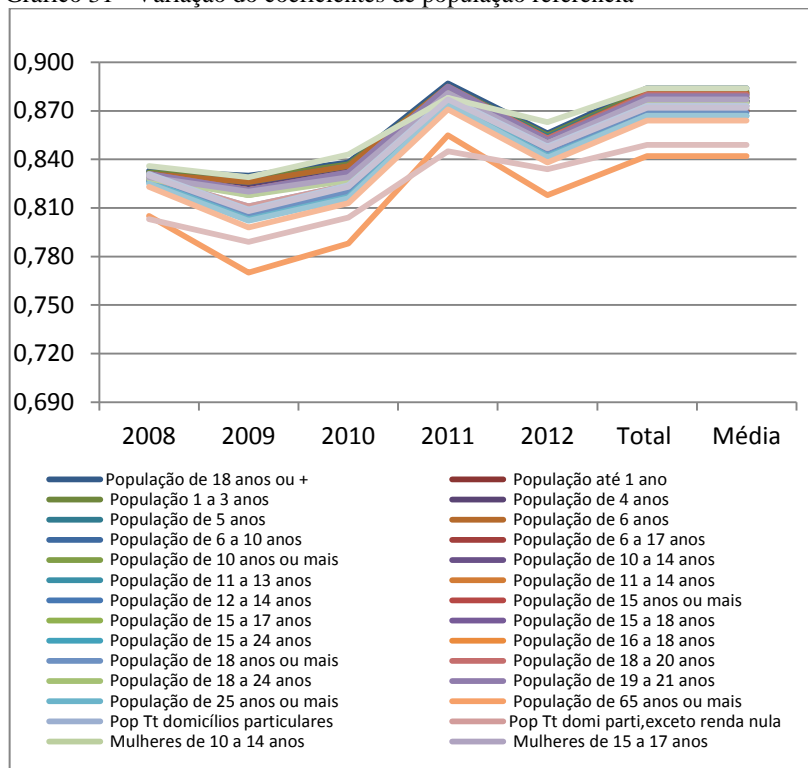


Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

5.2.23 Indicadores de População de Referência dos Indicadores

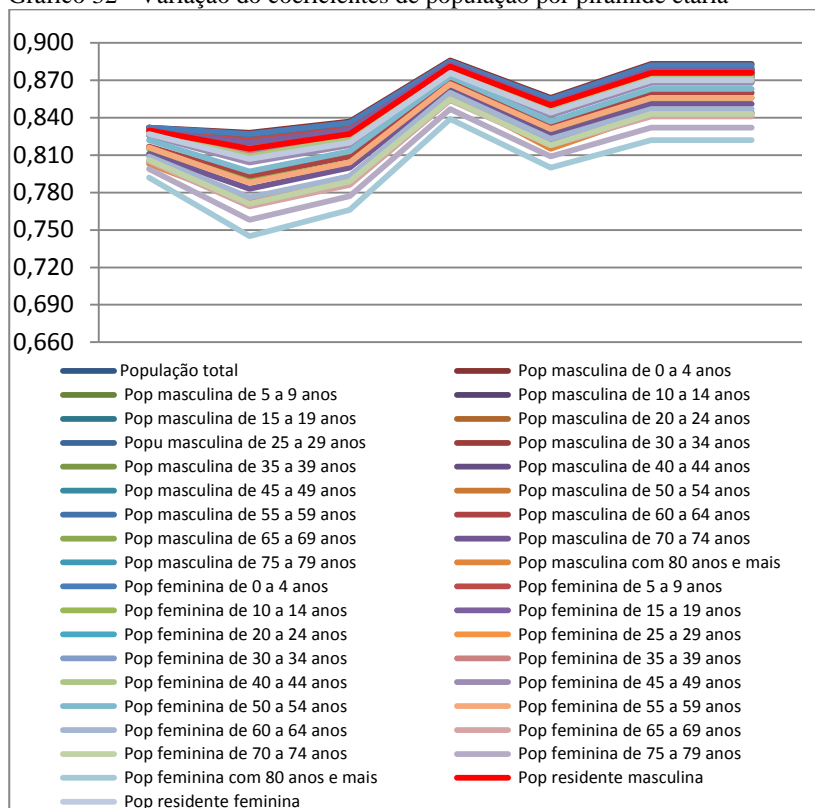
Os indicadores de população de referência e de população por pirâmide etária aferem a população por faixa etária, sexo e por tipo de domicílio. O Gráfico 31 mostra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores de população de referência dos indicadores, e o gráfico32 mostra a linha de variação dos coeficientes de correlação dos indicadores de população por pirâmide etária. Ao analisá-los, percebemos que a maioria dos indicadores possui uma correlação positiva de grau forte com significância estatística.

Gráfico 31 - Variação do coeficientes de população referência



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Gráfico 32 - Variação do coeficientes de população por pirâmide etária



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Nesta seção, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, apresentar as conclusões e recomendações para futuros trabalhos acerca do tema central estudado. Buscamos neste trabalho identificar e compreender a dinâmica de variação dos gastos municipais em esporte e lazer dos municípios de Minas Gerais, pressupondo que os mesmos tivessem uma relação de causa e efeito com variáveis de natureza social.

Para consecução do presente estudo foi necessário “analisar a evolução dos gastos em esporte e lazer dos municípios em Minas Gerais, no período entre 2008 a 2012 e relacioná-los com os índices e indicadores que avaliam o desenvolvimento humano dos municípios”, a fim de identificar a evolução dos gastos e as relações existentes entre os gastos efetuados em esporte e lazer com alguns índices e indicadores que verificam o desenvolvimento humano de determinadas.

O gasto público realizado em esporte e lazer é a materialização de ações ou políticas que são incrementadas e desenvolvidas pelos governos (Federal, Estadual e Municipal), podendo ser direcionados ou pressionados por demandas da sociedade, aquelas demandas representadas pelos índices e indicadores selecionados, que servem de parâmetro e referência para a avaliação dessas políticas, por isso, a necessidade em compreendê-lo.

Quanto a elaboração do conjunto de dados, contendo informações sobre gastos na função esporte e lazer e demais índices e indicadores do desenvolvimento humana dos municípios mineiros, no período entre 2008 a 2012, tivemos dificuldades de acessar a alguns dados, em determinados Institutos que são responsáveis em publicizar essas informações, pois as informações disponibilizadas continham inconsistências, ou ainda, muita burocracia para seu acesso, exigindo um processo sistematizado, instituído pela Lei de Acesso à Informação, para liberação e obtenção dessas informações (TCE-MG).

Nesta temática, houve algumas divergências entre as informações fornecidas pelas Instituições (IPEA e TCE-MG), como a ordem alfabética dos municípios, alguns dados que faltavam em uma estava na outra e alguns dados conflitantes, sendo necessário recorrer a uma associação ou fusão das informações disponibilizadas para obter a uniformização do conjunto de dados. As demais informações foram obtidas sem transtornos ou processos burocráticos; aliás, com facilidade de acesso e captura das informações (IBGE E PNUD).

Ao analisar a evolução dos gastos realizados em esporte e lazer com os índices e indicadores identificados percebemos que esses gastos

acontecem de forma aleatória, sem nenhum padrão, indicando a falta de diretrizes nos financiamentos, o que reforça a falta de conteúdo de políticas públicas, ou seja, os gastos são realizados sem uma pré-definição, sem nenhum percentual previsto a ser investido, sem nenhuma demanda da população pré-determinada; provavelmente, esses gastos acontecem por interesses locais, não seguindo diretrizes nacionais, como caso das políticas desenvolvidas na educação, na saúde, na segurança pública, dentre outras.

Analisando os coeficientes de correlação percebemos que alguns coeficientes como o *IDHM*, *IDHM-Renda*, *IDHM-Educação*, alguns indicadores de *Educação*, de *Renda* e de *Ocupação*, apresentaram correlação com os gastos. Esses indicadores caracterizam uma demanda que possui uma maior escolarização, uma idade igual ou superior a 18 anos e ocupados (trabalho), indicando que os gastos em esporte e lazer se relacionam e/ou são pressionados por essa demanda.

Contrariando a determinação Constitucional, na qual preconiza a prioridade dos investimentos na manifestação esportiva escolar. Isto, retificado, pelos coeficientes de correlação de *Educação*, aqueles que representam a demanda em idade escolar, aquela que esta dentro da escola, apresentaram pouca ou nenhuma relação com os gastos, em esporte e lazer.

Como o esporte e lazer são mecanismos importantes na arquitetura da sociedade moderna, acreditávamos que os gastos realizados neste fenômeno social, contribuiria ou se relacionava com uma maior intensidade com alguns índices e indicadores que aferem determinadas demandas da sociedade, como os indicadores vulnerabilidade, de escolaridade, de ocupados ou desocupados (trabalho), de longevidade, dentre outros; desencadeando uma frustração em relação aos resultados descobertos.

6.1 RECOMENDAÇÕES

O presente estudo não tem a pretensão de exaurir o tema central, que é sobre os gastos realizados através das políticas públicas para o esporte e lazer. Devido ao fato de algumas entidades serem responsáveis em monitorar e divulgar os gastos realizados, indica, ainda existir, pouco conhecimento quanto ao acompanhamento (avaliação) e/ou sobre o retorno desses investimentos.

Assim, levando-se em consideração os resultados obtidos na presente pesquisa:

- a) recomenda-se a continuidade da pesquisa, pois o gasto público, não é um assunto muito divulgado entre o setor público e nem para a população, de uma forma geral;
- b) recomenda-se investigar como são formuladas as diretrizes para os investimentos existentes para o esporte e lazer.
- c) recomenda-se a reaplicação deste estudo utilizando outras variáveis que podem ;
- d) recomenda-se um estudo detalhado ou uma análise multinível dos gastos em esporte e lazer e dos efeitos sobre os índices e indicadores do desenvolvimento humano.

7. REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no Estudo sobre Avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.) **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo. Cortez. Instituto de Estudos Especiais, 1998.

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Ed. UFSC, 7ª edição, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRACHT, Valter. **Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução**. 3ª Ed. Ijuí: Unijuí. 2005.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 25 abr. 2014.

_____. **Constituição (1988). Emenda constitucional nº. 64, de 04 de Fevereiro de 2010**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm>. Acesso em 13 junho de 2014.

_____. **Controladoria Geral da União**. (s.d.) *Portal da transparência*. Acesso em Maio de 2015, disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br>

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Censo 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 19 maio 2014.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - Munic: Perfil dos Municípios Brasileiros.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>>. Acesso em 11 junho 2014.

_____. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em 26 abril 2014.

_____. **Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998.** Institui as normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Planalto, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm>. Acesso em 20 de junho 2014.

_____. **Ministério do Esporte. Política Nacional do Esporte.** Resolução nº. 05 do Conselho Nacional do Esporte – CNE, de 14 de junho de 2005.

_____. **Ministério do Esporte.** Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>> Acesso em 05 junho 2014.

_____. **Ministério do Esporte. Política Nacional do Esporte.** Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>> Acesso em 25 maio 2014.

_____. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Disponível em: <<http://www.pnud.gov.br>> Acesso em 05 maio 2014.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.** Disponível em: <[HTTP://capes.gov.br/servicos/banco-de-teses](http://capes.gov.br/servicos/banco-de-teses)>. Acesso em 02 maio 2014.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil – o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do Lazer.** São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FILGUEIRAS, J. C. M. A Importância dos Legados de Megaeventos Esportivos para a Política Nacional de Esporte no Brasil: cidade, cidadania e direitos dos cidadãos. *In: Da COSTA, L. P. et al. (Ed.). Legados de Megaeventos Esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 65-74.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas (IPEA), Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

LINHALES, MeilyAssbú; PEREIRA FILHO, José Ribamar. **Intervenção, conhecimento e mudança: a educação física, o esporte e o lazer nas políticas públicas**. In: GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). Educação física ciências do esporte: intervenção e conhecimento. Florianópolis, SC: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999.

LINHALES, M. A., & VAGO, T. M. **Esporte escolar: o direito como fundamento de políticas públicas**. Caxambú: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Políticas de esportes no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

ONU. **Esporte Para o Desenvolvimento e a Paz: Em Direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio - Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte**

para o Desenvolvimento e a Paz. Organização das Nações Unidas, 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões Conceituais sobre Política Social como política Pública e Direito de Cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete. (Org). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009

PNUD. **Esporte como Estratégia de Desenvolvimento Social e Econômico.** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ministério do Esporte. Brasília, DF, 2001.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas.** Curitiba: IBPEX, 2007.

REZENDE, Fernando. **Federalismo Fiscal: Novo Papel dos Estados e Municípios.** Brasília: IPEA, 1997.

RIBEIRO, Sâmara Paula. Participação popular na gestão pública: quais as armadilhas e quais os caminhos? In: **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 3., 2007, São Luís. **Anais...** São Luís, 2007.

RODRIGUES, GILMAR. **PARTIDOS POLÍTICOS E GASTOS PÚBLICOS EM SANTA CATARINA: a influência das ideologias partidárias nas decisões de investimentos.** Florianópolis, 2010.

SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n.51, p. 15-20, 2003.

_____. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, 2006.

TUBINO, Manoel José Gomes. **O Esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias.** São Paulo: Ibrasa. 1996.

UNICEF. **Guia para monitoramento e avaliação.** Nova Iorque: Unicef, 1990.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3^a. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

8. ANEXOS

QUADRO - Glossário Banco de Dados Geral

Banco de Dados Geral	
Indicador	Descrição
Dados sobre os gastos na função esporte e lazer. Fonte: IPEA e TCE-MG	Município
	Gastos em Desporte e Lazer em 2008
	Gastos em Desporte e Lazer em 2009
	Gastos em Desporte e Lazer em 2010
	Gastos em Desporte e Lazer em 2011
	Gastos em Desporte e Lazer em 2012
Tabulados dos Dados	Total de gastos em Esporte e Lazer
	Média de gastos por município
	Menor Valor por ano neste período
	Maior Valor Valor por ano neste período
	Variação dos gastos entre o Maior e Menor valor gasto
	Média per capita 2010
	Classificação por tamanho município
Número de habitantes Fonte: IBGE	População 2010
IDH*	IDHM
	IDHM_Renda
	IDHM_Longevidade
	IDHM_Educação
IDHM-Renda*	Renda per capita (2010)
IDHM-Longevidade*	Esperança de vida ao nascer (2010)
IDHM-Educação*	Subíndice de escolaridade - IDHM Educação (2010)
	% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo (2010)
	Subíndice de frequência escolar - IDHM Educação (2010)
	% de 5 a 6 anos na escola (2010)
	% de 11 a 13 anos nos anos finais do funda ou com funda completo
	% de 15 a 17 anos com fundamental completo (2010)

	% de 18 a 20 anos com médio completo (2010)
Demografia*	Esperança de vida ao nascer (2010)
	Mortalidade infantil (2010)
	Mortalidade até 5 anos de idade (2010)
	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos (2010)
	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos (2010)
	Razão de dependência (2010)
	Taxa de fecundidade total (2010)
	Taxa de envelhecimento (2010)
Educação-Analfabeto*	Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos (2010)
	Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (2010)
	Taxa de analfabetismo - 15 a 17 anos (2010)
	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais (2010)
	Taxa de analfabetismo - 18 a 24 anos (2010)
	Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais (2010)
	Taxa de analfabetismo - 25 a 29 anos (2010)
Educação-Escolaridade*	% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo (2010)
	Expectativa de anos de estudo (2010)
	% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais (2010)
	% de 15 a 17 anos com fundamental completo (2010)

	% de 16 a 18 anos com fundamental completo (2010)
	% de 18 a 24 anos com fundamental completo (2010)
	% de 25 anos ou mais com fundamental completo (2010)
	% de 18 a 20 anos com médio completo (2010)
	% de 18 a 24 anos com médio completo (2010)
	% de 18 anos ou mais com médio completo (2010)
	% de 19 a 21 anos com médio completo (2010)
	% de 25 anos ou mais com superior completo (2010)
	% de 25 anos ou mais com médio completo (2010)
Educação-Frequência*	% de 0 a 3 anos na escola (2010)
	% de 5 a 6 anos na escola (2010)
	% de 4 a 5 anos na escola (2010)
	% de 4 a 6 anos na escola (2010)
	% de 6 anos na escola (2010)
	% de 6 a 14 anos na escola (2010)
	% de 6 a 17 anos na escola (2010)
	% de 11 a 14 anos na escola (2010)
	% de 15 a 17 anos na escola (2010)
	% de 18 a 24 anos na escola (2010)
	% de 25 a 29 anos na escola (2010)
Educação-Frequência-Bruta*	Taxa de frequência bruta à pré-escola (2010)
	Taxa de frequência bruta ao fundamental (2010)
	Taxa de frequência bruta ao médio (2010)
	Taxa de frequência bruta ao básico (2010)
	Taxa de frequência bruta ao superior (2010)

Educação-Frequência-Líquida*	Expectativa de anos de estudo (2010)- 1
	Taxa de frequência líquida à pré-escola (2010)
	Taxa de frequência líquida ao fundamental (2010)
	Taxa de frequência líquida ao médio (2010)
	Taxa de frequência líquida ao básico (2010)
	Taxa de frequência líquida ao superior (2010)
	% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo
	% de 12 a 14 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo
Educação-Defasagem-Série*	% de 6 a 14 anos no fundamental sem atraso (2010)
	% de 6 a 14 anos no fundamental com 1 ano de atraso (2010)
	% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso (2010)
	% de 15 a 17 anos no médio sem atraso (2010)
	% de 15 a 17 no médio com 1 ano de atraso (2010)
	% de 15 a 17 anos no médio com 2 anos de atraso (2010)
	% de 6 a 17 anos no básico sem atraso (2010)
	% de 6 a 17 no básico com 1 ano de atraso (2010)
	% de 6 a 17 anos no básico com 2 anos ou mais de atraso (2010)
	% de 4 a 5 anos no fundamental (2010)
Educação-Defasagem-Nível*	% de 15 a 17 anos no fundamental (2010)
	% de 18 a 24 anos no fundamental (2010)

Renda-Nível/Composição*	% de 6 a 14 anos no médio (2010)
	% de 18 a 24 anos no médio (2010)
	% de 15 a 17 anos no superior (2010)
	Renda per capita (2010) – 1
	Renda per capita , exceto renda nula (2010)
	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho (2010)
	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre (2010)
	Renda per capita máxima do 1º quinto mais pobre (2010)
	Renda per capita média do 2º quinto mais pobre (2010)
	Renda per capita máxima do 2º quinto mais pobre (2010)
	Renda per capita média do 3º quinto mais pobre (2010)
	Renda per capita máxima do 3º quinto mais pobre (2010)
	Renda per capita média do 4º quinto mais pobre (2010)
	Renda per capita máxima do 4º quinto mais pobre (2010)
	Renda per capita média do quinto mais rico (2010)
	Renda per capita média do décimo mais rico (2010)
	Renda per capita mínima do décimo mais rico (2010)
	Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados sem rendimento - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados com rendimento de até 3 s.m. - 18 anos ou mais (2010)

	% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais (2010)
Renda-Pobreza*	% de extremamente pobres (2010)
	% de pobres (2010)
	% de vulneráveis à pobreza (2010)
	% de crianças extremamente pobres (2010)
	% de crianças pobres (2010)
	% de crianças vulneráveis à pobreza (2010)
	Renda per capita média dos extremamente pobres (2010)
	Renda per capita média dos pobres (2010)
	Renda per capita média dos vulneráveis à pobreza (2010)
Renda-Desigualdade*	20% mais pobres (2010)
	40% mais pobres (2010)
	60% mais pobres (2010)
	80% mais pobres (2010)
	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos (2010)
	20% mais ricos (2010)
	Razão 10% mais ricos / 40% mais pobres (2010)
	Razão 20% mais ricos / 40% mais pobres (2010)
	Índice de Gini (2010)
	Índice de Theil - L (2010)
	Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais (2010)
Trabalho-Ocupação-Desocupação*	Taxa de atividade - 10 anos ou mais (2010)
	Taxa de atividade - 10 a 14 anos (2010)
	Taxa de atividade - 15 a 17 anos (2010)
	Taxa de atividade - 18 anos ou mais (2010)
	Taxa de atividade - 18 a 24 anos (2010)
	Taxa de atividade - 25 a 29 anos (2010)

	Taxa de desocupação - 10 anos ou mais (2010)
	Taxa de desocupação - 10 a 14 anos (2010)
	Taxa de desocupação - 15 a 17 anos (2010)
	Taxa de desocupação - 18 anos ou mais (2010)
	Taxa de desocupação - 18 a 24 anos (2010)
	Taxa de desocupação - 25 a 29 anos (2010)
Trabalho-Posição- Ocupação*	% de empregados com carteira - 18 anos ou mais (2010)
	% de empregados sem carteira - 18 anos ou mais (2010)
	% de trabalhadores do setor público - 18 anos ou mais (2010)
	% de trabalhadores por conta própria - 18 anos ou mais (2010)
	% de empregadores - 18 anos ou mais (2010)
	Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais (2010)
Trabalho-Escolaridade*	% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais (2010)
Trabalho-Setor*	% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados no setor extrativo mineral - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados no SIUP - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais (2010)

	% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais (2010)
	% dos ocupados no setor serviços - 18 anos ou mais (2010)
Habitação*	% da população em domicílios com água encanada (2010)
	% da população em domicílios com banheiro e água encanada (2010)
	% da população em domicílios com coleta de lixo (2010)
	% da população em domicílios com energia elétrica (2010)
	% da população em domicílios com densidade > 2 (2010)
Vulnerabilidade-Mulheres*	% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos (2010)
	% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos (2010)
	% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos
Vulnerabilidade-Crianças*	Mortalidade infantil (2010) - 1
	% de crianças extremamente pobres (2010) -1
	% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2010) - 1
	% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola (2010) -1
	% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola (2010) -1
Vulnerabilidade -Educação-Trabalho-Renda*	% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2010)
	% pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza
	% pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal

	% pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo
	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos
	% de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho
Vulnerabilidade-Habitação*	% de pessoas em domicílios sem energia elétrica (2010)
	% de pessoas em domicílios com paredes inadequadas (2010)
	% pessoas domicílios com abastecimento água e esgotamento sanitário inadequados
População-Total por domicílio*	População total (2010)
	População rural (2010)
	População urbana (2010)
População de Referenciados Indicadores*	População de 18 anos ou mais (2010)
	População de até 1 ano (2010)
	População de 1 a 3 anos (2010)
	População de 4 anos (2010)
	População de 5 anos (2010)
	População de 6 anos (2010)
	População de 6 a 10 anos (2010)
	População de 6 a 17 anos (2010)
	População de 10 anos ou mais (2010)
	População de 10 a 14 anos (2010)
	População de 11 a 13 anos (2010)
	População de 11 a 14 anos (2010)
	População de 12 a 14 anos (2010)
	População de 15 anos ou mais (2010)
	População de 15 a 17 anos (2010)
	População de 15 a 18 anos (2010)
	População de 15 a 24 anos (2010)
	População de 16 a 18 anos (2010)
	População de 18 anos ou mais (2010)
	População de 18 a 20 anos (2010)
	População de 18 a 24 anos (2010)

	População de 19 a 21 anos (2010)
	População de 25 anos ou mais (2010)
	População de 65 anos ou mais (2010)
	População total em domicílios particulares permanentes (2010)
	Poputotal em domicílios particulares permanentes, exc c/ renda nula
	Mulheres de 10 a 14 anos (2010)
	Mulheres de 15 a 17 anos (2010)
	Mulheres de 15 anos ou mais (2010)
	Mulheres de 25 anos ou mais (2010)
	PEA - 10 anos ou mais (2010)
	PEA - 10 a 14 anos (2010)
	PEA - 15 a 17 anos (2010)
	PEA - 18 anos ou mais (2010)
População para Pirâmide Etária*	População total (2010)
	População masculina de 0 a 4 anos (2010)
	População masculina de 5 a 9 anos (2010)
	População masculina de 10 a 14 anos (2010)
	População masculina de 15 a 19 anos (2010)
	População masculina de 20 a 24 anos (2010)
	População masculina de 25 a 29 anos (2010)
	População masculina de 30 a 34 anos (2010)
	População masculina de 35 a 39 anos (2010)
	População masculina de 40 a 44 anos (2010)
	População masculina de 45 a 49 anos (2010)
	População masculina de 50 a 54 anos (2010)
	População masculina de 55 a 59 anos

	(2010)
	População masculina de 60 a 64 anos (2010)
	População masculina de 65 a 69 anos (2010)
	População masculina de 70 a 74 anos (2010)
	População masculina de 75 a 79 anos (2010)
	População masculina com 80 anos e mais (2010)
	População feminina de 0 a 4 anos (2010)
	População feminina de 5 a 9 anos (2010)
	População feminina de 10 a 14 anos (2010)
	População feminina de 15 a 19 anos (2010)
	População feminina de 20 a 24 anos (2010)
	População feminina de 25 a 29 anos (2010)
	População feminina de 30 a 34 anos (2010)
	População feminina de 35 a 39 anos (2010)
	População feminina de 40 a 44 anos (2010)
	População feminina de 45 a 49 anos (2010)
	População feminina de 50 a 54 anos (2010)
	População feminina de 55 a 59 anos (2010)
	População feminina de 60 a 64 anos (2010)
	População feminina de 65 a 69 anos (2010)
	População feminina de 70 a 74 anos (2010)
	População feminina de 75 a 79 anos

	(2010)
	População feminina com 80 anos e mais (2010)
	População residente masculina (2010)
	População residente feminina (2010)

* PNUD – Fonte: Elaborado pelo autor a partir do BDG

Quadro com os coeficientes de correlação do Índice de Desenvolvimento Humana, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação do IDHM

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
IDH_ Municipal (2010)	,317 ^{**}	,322 ^{**}	,297 ^{**}	,310 ^{**}	,315 ^{**}	,323 ^{**}	,323 ^{**}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos índices do *IDHM-Educação*, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de IDHM-Educação

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
IDHM_Educação (2010)	,302 ^{**}	,309 ^{**}	,282 ^{**}	,293 ^{**}	,299 ^{**}	,307 ^{**}	,307 ^{**}
Subíndice de escolaridade - IDHM Educação (2010)	,397 ^{**}	,403 ^{**}	,374 ^{**}	,391 ^{**}	,397 ^{**}	,406 ^{**}	,406 ^{**}

% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo (2010)	,396 ^{**}	,402 ^{**}	,373 ^{**}	,389 ^{**}	,396 ^{**}	,405 ^{**}	,405 ^{**}
Subíndice de frequência escolar - IDHM Educação (2010)	,142 ^{**}	,147 ^{**}	,128 ^{**}	,133 ^{**}	,135 ^{**}	,141 ^{**}	,141 ^{**}
% de 5 a 6 anos na escola (2010)	,064	,052	,045	,061	,062	,059	,059
% de 11 a 13 anos nos anos finais do funda ou com funda completo	,071 [*]	,075 [*]	,063	,069 [*]	,087 [*]	,076 [*]	,076 [*]
% de 15 a 17 anos com fundamental completo (2010)	,108 ^{**}	,111 ^{**}	,095 ^{**}	,091 ^{**}	,090 ^{**}	,101 ^{**}	,101 ^{**}
% de 18 a 20 anos com médio completo (2010)	,161 ^{**}	,181 ^{**}	,160 ^{**}	,160 ^{**}	,155 ^{**}	,168 ^{**}	,168 ^{**}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos índices e indicadores do *IDHM-Renda*, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de IDHM-Renda

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
IDHM_Renda (2010)	,308 ^{**}	,309 ^{**}	,290 ^{**}	,307 ^{**}	,314 ^{**}	,317 ^{**}	,317 ^{**}
Renda per capita (2010)	,405 ^{**}	,403 ^{**}	,381 ^{**}	,410 ^{**}	,411 ^{**}	,418 ^{**}	,418 ^{**}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos índices e indicador do *IDHM-Longevidade*, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de IDHM-Longevidade

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
IDHM_Longevidade (2010)	,209 ^{**}	,213 ^{**}	,198 ^{**}	,199 ^{**}	,193 ^{**}	,208 ^{**}	,208 ^{**}
Esperança de vida ao nascer (2010)	,209 ^{**}	,213 ^{**}	,198 ^{**}	,200 ^{**}	,193 ^{**}	,209 ^{**}	,209 ^{**}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores demográficos, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação demográficos

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
Mortalidade infantil (2010)	-,115 ^{**}	-,131 ^{**}	-,097 ^{**}	-,109 ^{**}	-,107 ^{**}	-,114 ^{**}	-,114 ^{**}
Mortalidade até 5 anos de idade (2010)	-,115 ^{**}	-,132 ^{**}	-,097 ^{**}	-,109 ^{**}	-,107 ^{**}	-,115 ^{**}	-,115 ^{**}
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	,118 ^{**}	,133 ^{**}	,099 ^{**}	,112 ^{**}	,110 ^{**}	,117 ^{**}	,117 ^{**}
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	,120 ^{**}	,136 ^{**}	,101 ^{**}	,115 ^{**}	,111 ^{**}	,119 ^{**}	,119 ^{**}
Razão de dependência (2010)	-,154 ^{**}	-,168 ^{**}	-,137 ^{**}	-,151 ^{**}	-,163 ^{**}	-,159 ^{**}	-,159 ^{**}
Taxa de fecundidade total (2010)	-,079 [*]	-,091 ^{**}	-,081 [*]	-,096 ^{**}	-,086 ^{**}	-,090 ^{**}	-,090 ^{**}
Taxa de envelhecimento (2010)	-,143 ^{**}	-,139 ^{**}	-,116 ^{**}	-,138 ^{**}	-,150 ^{**}	-,142 ^{**}	-,142 ^{**}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de analfabetismo, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de analfabetismo

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
Taxa de analfabetismo - 11 a 14 anos (2010)	-,093**	-,090*	-,080*	-,085*	-,092**	-,091**	-,091**
Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (2010)	-,219***	-,220***	-,208***	-,220***	-,223***	-,226***	-,226***
Taxa de analfabetismo - 15 a 17 anos (2010)	-,108***	-,100**	-,091**	-,091**	-,092**	-,099***	-,099***
Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais (2010)	-,216***	-,217**	-,205***	-,217**	-,220**	-,223***	-,223***
Taxa de analfabetismo - 18 a 24 anos (2010)	-,173***	-,167**	-,156***	-,163**	-,168**	-,171***	-,171***
Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais (2010)	-,209***	-,210**	-,199***	-,210**	-,213**	-,216***	-,216***
Taxa de analfabetismo - 25 a 29 anos (2010)	-,178***	-,177**	-,164***	-,172**	-,175**	-,179***	-,179***

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de frequência líquida, com referência das significâncias estatísticas.

Coefficientes de correlação de frequência líquida

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
Expectativa de anos de estudo (2010)	,119 ^{***}	,127 ^{***}	,111 ^{***}	,114 ^{***}	,120 ^{***}	,122 ^{***}	,122 ^{***}
Taxa de frequência líquida à pré-escola (2010)	,040	,035	,022	,040	,031	,035	,035
Taxa de frequência líquida ao fundamental (2010)	-,009	-,016	-,024	-,015	-,012	-,016	-,016
Taxa de frequência líquida ao médio (2010)	,085 [*]	,082 [*]	,067	,068	,059	,073 [*]	,073 [*]
Taxa de frequência líquida ao básico (2010)	,035	,031	,019	,028	,020	,027	,027
Taxa de frequência líquida ao superior (2010)	,276 ^{***}	,296 ^{***}	,276 ^{***}	,288 ^{***}	,276 ^{***}	,292 ^{***}	,292 ^{***}

% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	,071*	,075*	,063	,069*	,087*	,076*	,076*
% de 12 a 14 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	,028	,033	,021	,028	,036	,030	,030

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de escolaridade, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de escolaridade

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% de 18 anos ou mais, com ensino Funda	,396**	,402**	,373**	389**	,396**	,405**	,405**
Expectativa de anos de estudo (2010)	,119**	,127**	,111**	,114**	,120**	,122**	,122**
% dos ocupados, com fundamental completo - 18 anos ou mais (2010)	,368**	,375**	,348**	,363**	,367**	,377**	,377**

% dos ocupados, com médio completo - 18 anos ou mais (2010)	,380 ^{***}	,386 ^{***}	,358 ^{***}	,373 ^{***}	,373 ^{***}	,373 ^{***}	,387 ^{***}	,387 ^{***}
% dos ocupados, com superior completo - 18 anos ou mais (2010)	,420 ^{***}	,420 ^{***}	,397 ^{***}	,421 ^{***}	,421 ^{***}	,399 ^{***}	,426 ^{***}	,426 ^{***}
% de 15 a 17 anos, com fundamental completo (2010)	,108 ^{***}	,111 ^{***}	,095 ^{***}	,091 ^{***}	,091 ^{***}	,090 ^{***}	,101 ^{***}	,101 ^{***}
% de 16 a 18 anos, com fundamental completo (2010)	,128 ^{***}	,133 ^{***}	,116 ^{***}	,113 ^{***}	,113 ^{***}	,110 ^{***}	,123 ^{***}	,123 ^{***}
% de 18 a 24 anos, com fundamental completo (2010)	,219 ^{***}	,227 ^{***}	,204 ^{***}	,210 ^{***}	,210 ^{***}	,210 ^{***}	,221 ^{***}	,221 ^{***}
% de 25 anos ou mais, com fundamental completo (2010)	,401 ^{***}	,406 ^{***}	,379 ^{***}	,395 ^{***}	,395 ^{***}	,401 ^{***}	,410 ^{***}	,410 ^{***}
% de 18 a 20 anos, com médio completo (2010)	,161 ^{***}	,181 ^{***}	,160 ^{***}	,160 ^{***}	,160 ^{***}	,155 ^{***}	,168 ^{***}	,168 ^{***}
% de 18 a 24 anos, com médio completo (2010)	,214 ^{***}	,230 ^{***}	,207 ^{***}	,214 ^{***}	,214 ^{***}	,208 ^{***}	,221 ^{***}	,221 ^{***}
% de 18 anos ou mais, com médio completo (2010)	,406 ^{***}	,414 ^{***}	,384 ^{***}	,401 ^{***}	,401 ^{***}	,403 ^{***}	,416 ^{***}	,416 ^{***}

% de 19 a 21 anos, com médio completo (2010)	,182 ^{***}	,199 ^{***}	,176 ^{***}	,180 ^{***}	,176 ^{***}	,188 ^{***}	,188 ^{***}
% de 25 anos ou mais, com superior completo (2010)	,456 ^{***}	,459 ^{***}	,434 ^{***}	,463 ^{***}	,444 ^{***}	467 ^{***}	,467 ^{***}
% de 25 anos ou mais, com médio completo (2010)	,423 ^{***}	,428 ^{***}	,398 ^{***}	,417 ^{***}	,419 ^{***}	,432 ^{***}	,432 ^{***}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlações dos indicadores de frequência bruta, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlações de frequência bruta

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
Taxa de frequência bruta à pré-escola (2010)	,091 ^{***}	,092 ^{***}	,074 [*]	,094 ^{***}	,086 [*]	,090 ^{***}	,090 ^{***}
Taxa de frequência bruta ao fundamental (2010)	,018	,008	,015	,023	,022	,019	,019

Taxa de frequência bruta ao médio (2010)	,117**	,114**	,102**	,105**	,099**	,110**	,110**
Taxa de frequência bruta ao básico (2010)	,087*	,079*	,076*	,086*	,082*	,085*	,085*
Taxa de frequência bruta ao superior (2010)	,372**	388**	,360**	,371**	,369**	,385**	,385**

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de *defasagem idade-série*, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de defasagem idade-série

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% de 6 a 14 anos no fundamental sem atraso (2010)	,104**	,124**	,109**	,106**	,115**	,115**	,115**
% de 6 a 14 anos no fundamental	-,071*	-,091**	-,081**	-,075**	-,071**	-,080**	-,080**

com 1 ano de atraso (2010)								
% de 6 a 14 anos no fundamental com 2 anos ou mais de atraso (2010)	-,090**	-,105**	-,092*	-,090**	-,105**	-,100**	-,100**	-,100**
% de 15 a 17 anos no médio sem atraso (2010)	-,006	,013	,007	,003	-,001	,003	,003	,003
% de 15 a 17 no médio com 1 ano de atraso (2010)	,015	-,002	,002	-,003	,000	,002	,002	,002
% de 15 a 17 anos no médio com 2 anos de atraso (2010)	-,013	-,023	-,018	-,002	,003	-,009	-,009	-,009
% de 6 a 17 anos no básico sem atraso (2010)	,094**	,116**	,101**	,095**	,102**	,104**	,104**	,104**
% de 6 a 17 no básico com 1 ano de atraso (2010)	-,048	-,071*	-,062	-,058	-,053	-,060	-,060	-,060
% de 6 a 17 anos	-,091**	-,108**	-,093*	-,088*	-,099**	-,098**	-,098**	-,098**

no básico com 2 anos ou mais de atraso (2010)						
---	--	--	--	--	--	--

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de *defasagem idade-nível*, com referência das significâncias estatísticas.

Coefficientes de correlação de defasagem idade-nível

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% de 4 a 5 anos no fundamental (2010)	,060	,047	,057	,069*	,058	,061	,061
% de 15 a 17 anos no fundamental (2010)	-,051	-,061	-,051	-,040	-,044	-,050	-,050
% de 18 a 24 anos no fundamental (2010)	-,044	-,049	-,042	-,036	-,037	-,042	-,042
% de 6 a 14 anos no médio (2010)	,021	,039	,034	,021	,021	,027	,027
% de 18 a 24 anos no médio (2010)	-,010	-,029	-,021	-,020	-,020	-,021	-,021
% de 15 a 17 anos no superior (2010)	,061	,064	,067	,051	,050	,060	,060

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de *renda por nível e composição*, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de renda por nível e composição

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
Renda per capita (2010)	,405**	,403**	,381**	,410**	,411**	,418**	,418**
Renda per capita , exceto renda nula (2010)	,406**	,404**	,382**	,411**	,412**	,418**	,418**
% da renda proveniente de rendimentos do trabalho (2010)	,161**	,163**	,152**	,154**	,175**	,167**	,167**
Renda per capita média do 1º quinto mais pobre (2010)	,289**	,297**	,282**	,294**	,305**	,305**	,305**
Renda per capita máxima do 1º quinto mais pobre (2010)	,289**	,297**	,282**	,294**	,305**	,305**	,305**
Renda per capita	,275**	,283**	,270**	,281**	,293**	,291**	,291**

média do 2º quinto mais pobre (2010)									
Renda per capita máxima do 2º quinto mais pobre (2010)	,275**	,283**	,270**	,281**	,293**	,291**	,291**	,291**	,291**
Renda per capita média do 3º quinto mais pobre (2010)	,455**	,310**	,297**	,310**	,320**	,320**	,320**	,320**	,320**
Renda per capita máxima do 3º quinto mais pobre (2010)	,455**	,310**	,297**	,310**	,320**	,320**	,320**	,320**	,320**
Renda per capita média do 4º quinto mais pobre (2010)	,399**	,403**	,386**	,407**	,412**	,417**	,417**	,417**	,417**
Renda per capita máxima do 4ºquinto mais pobre (2010)	,399**	,403**	,386**	,407**	,412**	,417**	,417**	,417**	,417**
Renda per capita	,422**	,416**	,391**	,426**	,422**	,431**	,431**	,431**	,431**

média do quinto mais rico (2010)									
Renda per capita média do décimo mais rico (2010)	,394**	,385**	,361**	,396**	,391**	,400**			,400**
Renda per capita mínima do décimo mais rico (2010)	,482**	,481**	,456**	,494**	,491**	,499**			,499**
Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais (2010)	,388**	,387**	,364**	,386**	,388**	,396**			,396**
% dos ocupados sem rendimento - 18 anos ou mais (2010)	-,151**	-,153**	-,144**	-,153**	-,158**	-,157**			-,157**
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais (2010)	-,217**	-,219**	-,204**	-,218**	-,224**	-,225**			-,225**
% dos ocupados com rendimento	-,365**	-,366**	-,349**	-,360**	-,366**	-,374**			-,374**

de até 2 s.m. - 18 anos ou mais (2010)									
% dos ocupados com rendimento de até 3 s.m. - 18 anos ou mais (2010)	-,443**	-,445**	-,423**	-,437**	-,439**	-,453**	-,453**		
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais (2010)	-,481**	-,486**	-,455**	-,483**	-,480**	-,494**	-,494**		

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de renda por pobreza, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de renda por pobreza

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% de extremamente pobres (2010)	-,134**	-,136**	-,123**	-,130**	-,134**	-,136**	-,136**
% de pobres (2010)	-,176**	-,178**	-,164**	-,171**	-,180**	-,180**	-,180**
% de vulneráveis à pobreza (2010)	-,223**	-,228**	-,214**	-,223**	-,235**	-,233**	-,233**
% de crianças extremamente pobres (2010)	-,136**	-,137**	-,124**	-,131**	-,134**	-,137**	-,137**
% de crianças pobres (2010)	-,193**	-,196**	-,179**	-,188**	-,197**	-,197**	-,197**
% de crianças vulneráveis à pobreza (2010)	-,254**	-,259**	-,244**	-,254**	-,268**	-,266**	-,266**
Renda per capita média dos extremamente pobres (2010)	-,020	-,030	-,027	-,029	-,019	-,026	-,026
Renda per capita média dos pobres (2010)	-,102**	-,114**	-,099**	-,102**	-,089**	-,104**	-,104**
Renda per capita dos vulneráveis à pobreza (2010)	-,152**	-,156**	-,142**	-,145**	-,149**	-,153**	-,153**

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de trabalho por posição e ocupação, com referência das significâncias estatísticas..

Coefficientes de correlação de trabalho por posição e ocupação

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% de empregados com carteira - 18 anos ou mais (2010)	,264 ^{***}	,267 ^{***}	,246 ^{***}	,260 ^{***}	,265 ^{***}	,269 ^{***}	,269 ^{***}
% de empregados sem carteira - 18 anos ou mais (2010)	-,235 ^{***}	-,243 ^{***}	-,222 ^{***}	-,238 ^{***}	-,236 ^{***}	-,243 ^{***}	-,243 ^{***}
% de trabalhadores do setor público - 18 anos ou mais (2010)	,126 ^{**}	,128 ^{**}	,118 ^{**}	,112 ^{**}	,124 ^{**}	,125 ^{**}	-,125 ^{**}
% de trabalhadores por conta própria - 18 anos ou mais (2010)	-,075 [*]	-,073 [*]	-,061 [*]	-,070 [*]	-,071 [*]	-,072 [*]	-,072 [*]
% de empregadores - 18 anos ou mais (2010)	,152 ^{**}	,167 ^{**}	,149 ^{**}	,163 ^{**}	,165 ^{**}	,165 ^{**}	,165 ^{**}
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais (2010)	,252 ^{***}	,256 ^{***}	,238 ^{***}	,255 ^{***}	,256 ^{***}	,261 ^{***}	,261 ^{***}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de renda *por desigualdade*, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de renda por desigualdade

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
20% mais pobres (2010)	-,015	-,010	-,014	-,018	-,009	-,014	-,014
40% mais pobres (2010)	-,079*	-,072*	-,069*	-,076*	-,065	-,075*	-,075*
60% mais pobres (2010)	-,137**	-,131**	-,122**	-,132**	-,122**	-,133**	-,133**
80% mais pobres (2010)	-,176**	-,170**	-,156**	-,169**	-,162**	-,172**	-,172**
Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos (2010)	,153**	,146**	,132**	,143**	,139**	,147**	,147**
20% mais ricos (2010)	,176**	,170**	,156**	,169**	,162**	,172**	,172**
Razão 10% mais ricos / 40% mais pobres (2010)	,127**	,116**	,105**	,123**	,115**	,121**	,121**
Razão 20% mais ricos / 40% mais pobres (2010)	,122**	,112**	,103**	,120**	,112**	,118**	,118**

Índice de Gini (2010)	,136**	,128**	,120**	,129**	,121**	,131**	,131**
Índice de Theil - L (2010)	,122**	,111**	,102**	,118**	,111**	,117**	,117**
Índice de Theil-L dos rendimentos do trabalho - 18 anos ou mais (2010)	,114**	,107**	,098**	,100**	,098**	,106**	,106**

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de trabalho por ocupação e desocupação, com a significância estatística.

Coefficientes de correlação de trabalho por ocupação e desocupação

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
Taxa de atividade - 10 anos ou mais (2010)	,168	,171	,158	,161	,188	,176	,176
Taxa de atividade - 10 a 14 anos (2010)	,097	,098	,090	,101	-,087	,098	-,098
Taxa de atividade - 15 a 17 anos (2010)	-,030	-,025	-,017	-,033	-,007	-,022	-,022
Taxa de atividade - 18 anos ou mais (2010)	,180	,181	,166	,170	,197	,186	,186

Taxa de atividade - 18 a 24 anos (2010)	,117 ^{***}	,123 ^{***}	,112 ^{***}	,105 ^{***}	,130 ^{***}	,121 ^{***}	,121 ^{***}
Taxa de atividade - 25 a 29 anos (2010)	,173 ^{***}	,176 ^{***}	,159 ^{***}	,164 ^{***}	,181 ^{***}	,176 ^{***}	,176 ^{***}
Taxa de desocupação - 10 anos ou mais (2010)	,054 ^{***}	,051 ^{***}	,049 ^{***}	,043 ^{***}	,041 ^{***}	,048 ^{***}	,048 ^{***}
Taxa de desocupação - 10 a 14 anos (2010)	,090 ^{***}	,098 ^{***}	,100 ^{***}	,091 ^{***}	,095 ^{***}	,098 ^{***}	,098 ^{***}
Taxa de desocupação - 15 a 17 anos (2010)	,153 ^{***}	,167 ^{***}	,153 ^{***}	,149 ^{***}	,152 ^{***}	,159 ^{***}	,159 ^{***}
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais (2010)	,050 ^{***}	,044 ^{***}	,042 ^{***}	,039 ^{***}	,035 ^{***}	,043 ^{***}	,043 ^{***}
Taxa de desocupação - 18 a 24 anos (2010)	,047 ^{***}	,033 ^{***}	,031 ^{***}	,031 ^{***}	,023 ^{***}	,034 ^{***}	,034 ^{***}
Taxa de desocupação - 25 a 29 anos (2010)	,008 ^{***}	,014 ^{***}	,008 ^{***}	,007 ^{***}	,002 ^{***}	,007 ^{***}	,007 ^{***}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de trabalho por escolaridade, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de trabalho por escolaridade

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais (2010)	,368**	,375**	,348**	,363**	,367**	,377**	,377**
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais (2010)	,380**	,386**	,358**	,373**	,373**	,387**	,387**
% dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais (2010)	,420**	,420**	,397**	,421**	,399**	,426**	,426**

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de trabalho por escolaridade, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de trabalho por escolaridade

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% dos ocupados com fundamental completo - 18 anos ou mais (2010)	,368**	,375**	,348**	,363**	,367**	,377**	,377**
% dos ocupados com médio completo - 18 anos ou mais (2010)	,380**	,386**	,358**	,373**	,373**	,387**	,387**
% dos ocupados com superior completo - 18 anos ou mais (2010)	,420**	,420**	,397**	,421**	,399**	,426**	,426**

anos ou mais (2010)							

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

*** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de trabalho por setor, com referência das significâncias estatísticas.

Coefficientes de correlação de trabalho por setor

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais (2010)	276 ^{***}	283 ^{**}	269 ^{***}	286 ^{***}	292 ^{***}	292 ^{***}	-292 ^{***}
% dos ocupados no setor extrativo mineral - 18 anos ou mais (2010)	132 ^{***}	073 [*]	081 [*]	093 [*]	084 [*]	096 [*]	096 ^{***}
% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais (2010)	087 [*]	097 ^{***}	082 [*]	090 [*]	129 ^{***}	102 ^{***}	102 ^{***}
% dos ocupados no SIUP - 18 anos ou mais (2010)	076 [*]	083 [*]	074 [*]	078 [*]	076 [*]	080 [*]	080 [*]
% dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais (2010)	076 [*]	072 [*]	068 [*]	084 [*]	074 [*]	078 [*]	078 [*]
% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais (2010)	225 ^{***}	241 ^{***}	221 ^{***}	225 ^{***}	219 ^{***}	233 ^{***}	233 ^{***}
% dos ocupados no setor serviços - 18 anos ou mais (2010)	269 ^{***}	281 ^{***}	277 ^{***}	291 ^{***}	276 ^{***}	290 ^{***}	290 ^{***}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

*** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de trabalho por setor, com referência das significâncias estatísticas.

Coefficientes de correlação de trabalho por setor

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% dos ocupados no setor agropecuário - 18 anos ou mais (2010)	,276 ^{**}	,283 ^{**}	,269 ^{**}	,286 ^{**}	,292 ^{**}	,292 ^{**}	-,292 ^{**}
% dos ocupados no setor extrativo mineral - 18 anos ou mais (2010)	,132 ^{**}	,073 [*]	,081 [*]	,093 ^{**}	,084 [*]	,096 ^{**}	,096 ^{**}
% dos ocupados na indústria de transformação - 18 anos ou mais (2010)	,087 [*]	,097 ^{**}	,082 [*]	,090 [*]	,129 ^{**}	,102 ^{**}	,102 ^{**}
% dos ocupados no SIUP - 18 anos ou mais (2010)	,076 [*]	,083 [*]	,074 [*]	,078 [*]	,076 [*]	,080 [*]	,080 [*]
% dos ocupados no setor de construção - 18 anos ou mais (2010)	,076 [*]	,072 [*]	,068 [*]	,084 [*]	,074 [*]	,078 [*]	,078 [*]
% dos ocupados no setor comércio - 18 anos ou mais (2010)	,225 ^{**}	,241 ^{**}	,221 ^{**}	,225 ^{**}	,219 ^{**}	,233 ^{**}	,233 ^{**}
% dos ocupados no setor serviços - 18 anos ou mais (2010)	,269 ^{**}	,281 ^{**}	,277 ^{**}	,291 ^{**}	,276 ^{**}	,290 ^{**}	,290 ^{**}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de trabalho por setor, com referência das significâncias estatísticas.

Coefficientes de correlação de trabalho por setor

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% da população em domicílios com água encanada (2010)	,014	,027	,037	,035	,012	,026	,026
% da população em domicílios com banheiro e água encanada (2010)	,054	,049	,044	,043	,045	,048	,048
% da população em domicílios com coleta de lixo (2010)	,067	,054	,054	,050	,060	,059	,059
% da população em domicílios com energia elétrica (2010)	,046	,038	,031	,040	,045	,041	,041
% da população em domicílios com densidade > 2 (2010)	,007	,016	,015	,030	,025	,020	,020

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de vulnerabilidade-mulher, com referência das significâncias estatísticas.

Coefficientes de correlação de vulnerabilidade-mulher

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos (2010)	,013	,022	,021	,022	,030	,023	,023

% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos (2010)	-,028	-,031	-,025	-,032	-,031	-,031	-,031
% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	-,098 ^{***}	-,103 ^{***}	-,093 ^{***}	-,083 [*]	-,088 [*]	-,095 ^{***}	-,095 ^{***}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de vulnerabilidade-mulher, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de vulnerabilidade-mulher

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
Mortalidade infantil (2010)	-,200 ^{***}	-,203 ^{***}	-,189 ^{***}	-,190 ^{***}	-,186 ^{***}	-,200 ^{***}	-,200 ^{***}
% de crianças extremamente pobres (2010)	-,136 ^{***}	-,137 ^{***}	-,124 ^{***}	-,131 ^{***}	-,134 ^{***}	-,137 ^{***}	-,137 ^{***}
% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2010)	-,273 ^{***}	-,279 ^{***}	-,254 ^{***}	-,264 ^{***}	-,271 ^{***}	-,277 ^{***}	-,277 ^{***}
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	-,098 ^{***}	-,089 [*]	-,081 [*]	-,100 ^{***}	-,090 ^{***}	-,095 ^{***}	-,095 ^{***}
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	-,045	-,043	-,034	-,039	-,039	-,041	-,041

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de vulnerabilidade *educação-trabalho-renda*, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de vulnerabilidade - educação-trabalho-renda

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2010)	-,011	-,005	-,008	-,029	-,024	-,018	-,018
% pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-,048	-,050	-,045	-,041	-,034	-,044	-,044
% pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-,011	-,002	-,006	-,017	-,012	-,011	-,011
% pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo	-,013	-,012	-,008	-,003	-,001	-,005	-,005
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	-,053	-,061	-,060	-,047	-,052	-,056	-,056
% de pessoas vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho	-,009	-,011	-,007	-,017	-,021	-,014	-,014

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de *vulnerabilidade-habitação*, com referência das significâncias estatísticas.

Coefficientes de correlação de vulnerabilidade-habitação,

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
% de pessoas em domicílios sem energia elétrica (2010)	*,082	*,078	*,075	*,075	*,078	*,080	*,080
% de pessoas em domicílios com paredes inadequadas (2010)	-,066	-,067	-,066	-,063	-,061	-,067	-,067
% pessoas domicílios com abastecimento água e esgotamento sanitário inadequados	**,091	**,098	**,092	**,095	**,102	**,099	**,099

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de *vulnerabilidade-habitação*, com referência das significâncias estatísticas.

Coefficientes de correlação de vulnerabilidade-habitação

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
População total (2010)	*,829	*,811	*,823	*,879	*,847	*,873	*,873
População rural (2010)	*,113	*,139	*,136	*,133	*,134	*,136	*,136
População urbana (2010)	*,828	*,809	*,822	*,877	*,845	*,871	*,871

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01(2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de população de referência; com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de população de referência

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
População de 18 anos ou mais (2010)	,833 ^{***}	,830 ^{***}	,838 ^{***}	,887 ^{***}	,856 ^{***}	,884 ^{***}	,884 ^{***}
População de até 1 ano (2010)	,827 ^{***}	,806 ^{***}	,820 ^{***}	,876 ^{***}	,844 ^{***}	,870 ^{***}	,870 ^{***}
População de 1 a 3 anos (2010)	,832 ^{***}	,828 ^{***}	,837 ^{***}	,885 ^{***}	,855 ^{***}	,882 ^{***}	,882 ^{***}
População de 4 anos (2010)	,830 ^{***}	,824 ^{***}	,834 ^{***}	,883 ^{***}	,853 ^{***}	,880 ^{***}	,880 ^{***}
População de 5 anos (2010)	,831 ^{***}	,826 ^{***}	,836 ^{***}	,885 ^{***}	,854 ^{***}	,881 ^{***}	,881 ^{***}
População de 6 anos (2010)	,831 ^{***}	,826 ^{***}	,836 ^{***}	,885 ^{***}	,853 ^{***}	,881 ^{***}	,881 ^{***}
População de 6 a 10 anos (2010)	,827 ^{***}	,820 ^{***}	,828 ^{***}	,879 ^{***}	,850 ^{***}	,876 ^{***}	,876 ^{***}
População de 6 a 17 anos (2010)	,828 ^{***}	,820 ^{***}	,829 ^{***}	,880 ^{***}	,850 ^{***}	,876 ^{***}	,876 ^{***}
População de 10 anos ou mais (2010)	,828 ^{***}	,808 ^{***}	,821 ^{***}	,877 ^{***}	,845 ^{***}	,871 ^{***}	,871 ^{***}
População de 10 a 14 anos (2010)	,828 ^{***}	,819 ^{***}	,828 ^{***}	,879 ^{***}	,850 ^{***}	,875 ^{***}	,875 ^{***}
População de 11 a 13 anos (2010)	,828 ^{***}	,819 ^{***}	,828 ^{***}	,879 ^{***}	,850 ^{***}	,876 ^{***}	,876 ^{***}
População de 11 a 14 anos (2010)	,828 ^{***}	,820 ^{***}	,828 ^{***}	,880 ^{***}	,850 ^{***}	,876 ^{***}	,876 ^{***}
População de 12 a 14 anos (2010)	,828 ^{***}	,819 ^{***}	,828 ^{***}	,880 ^{***}	,850 ^{***}	,876 ^{***}	,876 ^{***}
População de 15 anos ou mais (2010)	,827 ^{***}	,807 ^{***}	,820 ^{***}	,877 ^{***}	,844 ^{***}	,870 ^{***}	,870 ^{***}
População de 15 a 17 anos (2010)	,830 ^{***}	,821 ^{***}	,831 ^{***}	,882 ^{***}	,852 ^{***}	,878 ^{***}	,878 ^{***}
População de 15 a 18 anos (2010)	,830 ^{***}	,821 ^{***}	,830 ^{***}	,882 ^{***}	,851 ^{***}	,878 ^{***}	,878 ^{***}
População de 15 a 24 anos (2010)	,831 ^{***}	,819 ^{***}	,830 ^{***}	,883 ^{***}	,851 ^{***}	,878 ^{***}	,878 ^{***}
População de 16 a 18 anos (2010)	,830 ^{***}	,821 ^{***}	,831 ^{***}	,883 ^{***}	,852 ^{***}	,878 ^{***}	,878 ^{***}
População de 18 anos ou mais (2010)	,827 ^{***}	,806 ^{***}	,820 ^{***}	,876 ^{***}	,844 ^{***}	,869 ^{***}	,869 ^{***}
População de 18 a 20 anos (2010)	,831 ^{***}	,821 ^{***}	,832 ^{***}	,885 ^{***}	,853 ^{***}	,880 ^{***}	,880 ^{***}

População de 18 a 24 anos (2010)	,831 ^{**}	,818 ^{**}	,829 ^{**}	,883 ^{**}	,851 ^{**}	,878 ^{**}	,878 ^{**}
População de 19 a 21 anos (2010)	,831 ^{**}	,821 ^{**}	,832 ^{**}	,885 ^{**}	,852 ^{**}	,879 ^{**}	,879 ^{**}
População de 25 anos ou mais (2010)	,826 ^{**}	,803 ^{**}	,817 ^{**}	,875 ^{**}	,842 ^{**}	,867 ^{**}	,867 ^{**}
População de 65 anos ou mais (2010)	,805 ^{**}	,770 ^{**}	,788 ^{**}	,855 ^{**}	,818 ^{**}	,842 ^{**}	,842 ^{**}
População total em domicílios particulares permanentes (2010)	,829 ^{**}	,811 ^{**}	,824 ^{**}	,879 ^{**}	,847 ^{**}	,873 ^{**}	,873 ^{**}
População total em domicílios particulares permanentes, exceto c/ renda nula	,829 ^{**}	,811 ^{**}	,824 ^{**}	,879 ^{**}	,847 ^{**}	,873 ^{**}	,873 ^{**}
Mulheres de 10 a 14 anos (2010)	,828 ^{**}	,818 ^{**}	,827 ^{**}	,879 ^{**}	,850 ^{**}	,875 ^{**}	,875 ^{**}
Mulheres de 15 a 17 anos (2010)	,829 ^{**}	,820 ^{**}	,829 ^{**}	,881 ^{**}	,850 ^{**}	,877 ^{**}	,877 ^{**}
Mulheres de 15 anos ou mais (2010)	,825 ^{**}	,802 ^{**}	,816 ^{**}	,874 ^{**}	,841 ^{**}	,867 ^{**}	,867 ^{**}
Mulheres de 25 anos ou mais (2010)	,823 ^{**}	,798 ^{**}	,813 ^{**}	,871 ^{**}	,838 ^{**}	,864 ^{**}	,864 ^{**}
PEA - 10 anos ou mais (2010)	,831 ^{**}	,809 ^{**}	,824 ^{**}	,878 ^{**}	,848 ^{**}	,873 ^{**}	,873 ^{**}
PEA - 10 a 14 anos (2010)	,803 ^{**}	,789 ^{**}	,804 ^{**}	,845 ^{**}	,834 ^{**}	,849 ^{**}	,849 ^{**}
PEA - 15 a 17 anos (2010)	,836 ^{**}	,829 ^{**}	,843 ^{**}	,878 ^{**}	,863 ^{**}	,884 ^{**}	,884 ^{**}
PEA - 18 anos ou mais (2010)	,830 ^{**}	,808 ^{**}	,823 ^{**}	,877 ^{**}	,847 ^{**}	,872 ^{**}	,872 ^{**}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

Quadro com os coeficientes de correlação dos indicadores de população para pirâmide etária, com referência das significâncias estatísticas.

Coeficientes de correlação de população para pirâmide etária

Índice ou Indicador	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média
População total (2010)	,829 ^{***}	,811 ^{***}	,823 ^{***}	,879 ^{***}	,847 ^{***}	,873 ^{***}	,873 ^{***}
População masculina de 0 a 4 anos (2010)	,832 ^{***}	,828 ^{***}	,837 ^{***}	,886 ^{***}	,856 ^{***}	,883 ^{***}	,883 ^{***}
População masculina de 5 a 9 anos (2010)	,829 ^{***}	,822 ^{***}	,831 ^{***}	,882 ^{***}	,852 ^{***}	,878 ^{***}	,878 ^{***}
População masculina de 10 a 14 anos (2010)	,828 ^{***}	,819 ^{***}	,828 ^{***}	,879 ^{***}	,850 ^{***}	,876 ^{***}	,876 ^{***}
População masculina de 15 a 19 anos (2010)	,831 ^{***}	,823 ^{***}	,833 ^{***}	,885 ^{***}	,853 ^{***}	,880 ^{***}	,880 ^{***}
População masculina de 20 a 24 anos (2010)	,832 ^{***}	,820 ^{***}	,831 ^{***}	,884 ^{***}	,853 ^{***}	,879 ^{***}	,879 ^{***}
População masculina de 25 a 29 anos (2010)	,832 ^{***}	,813 ^{***}	,825 ^{***}	,878 ^{***}	,850 ^{***}	,874 ^{***}	,874 ^{***}
População masculina de 30 a 34 anos (2010)	,832 ^{***}	,813 ^{***}	,826 ^{***}	,878 ^{***}	,849 ^{***}	,875 ^{***}	,875 ^{***}
População masculina de 35 a 39 anos (2010)	,832 ^{***}	,816 ^{***}	,829 ^{***}	,880 ^{***}	,850 ^{***}	,876 ^{***}	,876 ^{***}
População masculina de 40 a 44 anos (2010)	,832 ^{***}	,816 ^{***}	,830 ^{***}	,883 ^{***}	,851 ^{***}	,878 ^{***}	,878 ^{***}
População masculina de 45 a 49 anos (2010)	,829 ^{***}	,808 ^{***}	,824 ^{***}	,881 ^{***}	,846 ^{***}	,873 ^{***}	,873 ^{***}
População masculina de 50 a 54 anos (2010)	,827 ^{***}	,807 ^{***}	,821 ^{***}	,878 ^{***}	,844 ^{***}	,870 ^{***}	,870 ^{***}
População masculina de 55 a 59 anos (2010)	,826 ^{***}	,807 ^{***}	,820 ^{***}	,878 ^{***}	,842 ^{***}	,869 ^{***}	,869 ^{***}
População masculina de 60 a 64 anos (2010)	,817 ^{***}	,793 ^{***}	,809 ^{***}	,871 ^{***}	,834 ^{***}	,860 ^{***}	,860 ^{***}
População masculina de 65 a 69 anos (2010)	,815 ^{***}	,789 ^{***}	,804 ^{***}	,866 ^{***}	,830 ^{***}	,856 ^{***}	,856 ^{***}
População masculina de 70 a 74 anos (2010)	,811 ^{***}	,783 ^{***}	,800 ^{***}	,863 ^{***}	,826 ^{***}	,851 ^{***}	,851 ^{***}
População masculina de 75 a 79 anos (2010)	,805 ^{***}	,774 ^{***}	,792 ^{***}	,857 ^{***}	,819 ^{***}	,844 ^{***}	,844 ^{***}
População masculina com 80 anos e mais (2010)	,803 ^{***}	,772 ^{***}	,793 ^{***}	,858 ^{***}	,815 ^{***}	,843 ^{***}	,843 ^{***}

População feminina de 0 a 4 anos (2010)	,832 ^{***}	,827 ^{***}	,836 ^{***}	,885 ^{***}	,855 ^{***}	,882 ^{***}	,882 ^{***}
População feminina de 5 a 9 anos (2010)	,828 ^{***}	,822 ^{***}	,831 ^{***}	,881 ^{***}	,851 ^{***}	,877 ^{***}	,877 ^{***}
População feminina de 10 a 14 anos (2010)	,828 ^{***}	,819 ^{***}	,827 ^{***}	,879 ^{***}	,850 ^{***}	,875 ^{***}	,875 ^{***}
População feminina de 15 a 19 anos (2010)	,829 ^{***}	,820 ^{***}	,830 ^{***}	,883 ^{***}	,851 ^{***}	,878 ^{***}	,878 ^{***}
População feminina de 20 a 24 anos (2010)	,830 ^{***}	,814 ^{***}	,825 ^{***}	,879 ^{***}	,848 ^{***}	,874 ^{***}	,874 ^{***}
População feminina de 25 a 29 anos (2010)	,829 ^{***}	,808 ^{***}	,820 ^{***}	,873 ^{***}	,845 ^{***}	,870 ^{***}	,870 ^{***}
População feminina de 30 a 34 anos (2010)	,830 ^{***}	,809 ^{***}	,821 ^{***}	,874 ^{***}	,845 ^{***}	,871 ^{***}	,871 ^{***}
População feminina de 35 a 39 anos (2010)	,830 ^{***}	,810 ^{***}	,823 ^{***}	,876 ^{***}	,847 ^{***}	,872 ^{***}	,872 ^{***}
População feminina de 40 a 44 anos (2010)	,828 ^{***}	,809 ^{***}	,823 ^{***}	,878 ^{***}	,846 ^{***}	,872 ^{***}	,872 ^{***}
População feminina de 45 a 49 anos (2010)	,826 ^{***}	,804 ^{***}	,818 ^{***}	,876 ^{***}	,842 ^{***}	,868 ^{***}	,868 ^{***}
População feminina de 50 a 54 anos (2010)	,822 ^{***}	,797 ^{***}	,813 ^{***}	,873 ^{***}	,837 ^{***}	,863 ^{***}	,863 ^{***}
População feminina de 55 a 59 anos (2010)	,816 ^{***}	,788 ^{***}	,804 ^{***}	,867 ^{***}	,831 ^{***}	,856 ^{***}	,856 ^{***}
População feminina de 60 a 64 anos (2010)	,809 ^{***}	,776 ^{***}	,793 ^{***}	,860 ^{***}	,823 ^{***}	,847 ^{***}	,847 ^{***}
População feminina de 65 a 69 anos (2010)	,805 ^{***}	,769 ^{***}	,786 ^{***}	,854 ^{***}	,818 ^{***}	,841 ^{***}	,841 ^{***}
População feminina de 70 a 74 anos (2010)	,806 ^{***}	,771 ^{***}	,789 ^{***}	,855 ^{***}	,818 ^{***}	,843 ^{***}	,843 ^{***}
População feminina de 75 a 79 anos (2010)	,799 ^{***}	,758 ^{***}	,777 ^{***}	,847 ^{***}	,809 ^{***}	,832 ^{***}	,832 ^{***}
População feminina com 80 anos e mais (2010)	,792 ^{***}	,745 ^{***}	,766 ^{***}	,839 ^{***}	,800 ^{***}	,822 ^{***}	,822 ^{***}
População residente masculina (2010)	,830 ^{***}	,815 ^{***}	,827 ^{***}	,881 ^{***}	,850 ^{***}	,876 ^{***}	,876 ^{***}
População residente feminina (2010)	,827 ^{***}	,807 ^{***}	,820 ^{***}	,876 ^{***}	,844 ^{***}	,870 ^{***}	,870 ^{***}

* A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,05 (2 extremidades)

** A correlação é significativa estatisticamente no nível 0,01 (2 extremidades)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do banco de dados geral

ANEXO 03 - Quadro dos índices e/ou indicadores que possuíram uma correlação de grau médio, aquelas que expressavam um coeficiente acima +0,300 ou -0,300, indicando uma correlação média com os gastos em esporte e lazer:

Índices e Indicadores	
IDH	IDHM
	IDHM_Renda
	IDHM_Educação
IDHM-Renda	Renda per capita
IDHM-Educação	% de 18 anos ou mais, com ensino fundamental completo
	Subíndice de frequência escolar - IDHM Educação
	% dos ocupados, com fundamental completo - 18 anos ou mais
	% dos ocupados, com médio completo - 18 anos ou mais
	% dos ocupados, com superior completo - 18 anos ou mais
Educação-Escolaridade	% de 25 anos ou mais, com fundamental completo
	% de 18 anos ou mais, com médio completo
	% de 25 anos ou mais, com superior completo
	% de 25 anos ou mais, com médio completo
	Renda per capita
Renda-Nível/Composição	Renda per capita, exceto renda nula
	Renda per capita média do 1º quinto mais pobre
	Renda per capita máxima do 1º quinto mais pobre
	Renda per capita média do 2º quinto mais pobre
	Renda per capita máxima do 2º quinto mais pobre

	Renda per capita média do 3º quinto mais pobre
	Renda per capita máxima do 3º quinto mais pobre
	Renda per capita média do 4º quinto mais pobre
	Renda per capita máxima do 4º quinto mais pobre
	Renda per capita média do quinto mais rico
	Renda per capita média do décimo mais rico
	Renda per capita mínima do décimo mais rico
	Rendimento médio dos ocupados - 18 anos ou mais
	% dos ocupados, com rendimento de até 1 s.m. - 18 anos ou mais
	% dos ocupados, com rendimento de até 2 s.m. - 18 anos ou mais
	% dos ocupados, com rendimento de até 3 s.m. - 18 anos ou mais
	% dos ocupados, com rendimento de até 5 s.m. - 18 anos ou mais
	% dos ocupados, com fundamental completo - 18 anos ou mais
	% dos ocupados, com médio completo - 18 anos ou mais
Trabalho-Escolaridade	% dos ocupados, com superior completo - 18 anos ou mais
	População total
População-Total por domicílio	População urbana